



Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais (ENPPC)

FICHA TÉCNICA

Grupo de Trabalho

Luis Souto Barreiros (Coordenador) – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

Bruno Dimas - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

Cláudia Costa - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

Benvindo Maçãs – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P

José Palha – ANPOC – Associação Nacional Produtores Cereais, Oleaginosas e Proteaginosas

Bernardo Albino – ANPOC Associação Nacional Produtores Cereais, Oleaginosas e Proteaginosas

Luis Bulhão Martins – ANPROMIS – Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo

Tiago Silva Pinto – ANPROMIS – Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo

Joaquim Cabeça – AOP - Associação de Orizicultores de Portugal

João Reis Mendes - AOP - Associação de Orizicultores de Portugal

Equipa do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral que colaborou com o grupo de trabalho na elaboração da Estratégia:

David Gouveia, Inês Vacas, Nuno Manana, Ana Dulce Martins, Hugo Costa, Sónia Calção, Susana Barradas, Ana Rita Moura, Patrícia Gama, Rui Pereira, Ana Dias, Ana Filipe Morais, M^a Luz, Raquel David.

NOTA PRÉVIA

O Despacho do Senhor MAFDR n.º 5562/2017 veio constituir o Grupo de Trabalho de Cereais com a missão de propor uma estratégia nacional e um plano de ação para a promoção do desenvolvimento da cultura e produção nacional de cereais. Este trabalho surge da necessidade de inverter a tendência de diminuição da produção de cereais que se tem verificado nas últimas décadas, com as inerentes consequências negativas na taxa de aprovisionamento do país e na sustentabilidade dos respetivos sistemas agrícolas.

O Grupo de Trabalho foi coordenado pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) e foi constituído por representantes do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, da Associação Nacional de Produtores de Cereais (ANPOC), da Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo (ANPROMIS) e da Associação de Orizicultores de Portugal (AOP).

O estudo desenvolvido em sede do Grupo de Trabalho permitiu, não só descrever em pormenor a atual situação deste setor, mas também uma identificação dos principais vetores que atuam no setor, quer pela positiva quer pela negativa, e concluir sobre as principais áreas em que será necessário atuar no futuro, a curto, médio e longo prazo, e que se podem focar na prossecução de objetivos e metas estratégias orientadas para a redução da dependência externa, consolidação e aumento de áreas de produção, criação de valor na fileira e viabilização da atividade produtiva em todo o território nacional.

O trabalho foi desenvolvido com um grande envolvimento e empenho de todas as entidades que constituíram o grupo e contou ainda com o contributo de cerca de 25 organizações do setor e várias personalidades com trabalhos relevantes nesta área, conforme consta do anexo a este relatório. Com esta discussão alargada foi possível identificar varias dezenas de medidas e ações relevantes para o setor. De destacar ainda o trabalho desenvolvido pela equipa do GPP na elaboração do presente documento estratégico.

Considera-se que a presente proposta, e em particular a adoção das 20 medidas prioritárias, permitirá atingir, no prazo de 5 anos, os diferentes objetivos que estiveram na base da criação deste grupo de trabalho. É de salientar que medidas preconizadas envolvem muitas entidades e sensibilidades pelo que a sua implementação requer uma grande articulação ao nível da administração, dos representantes setoriais e dos próprios agentes económicos. Tendo em conta a volatilidade atual, e o facto de que muitos dos objetivos e medidas só terão impacto no medio, longo prazo, considera-se que esta estratégia deverá ser monitorizada periodicamente e necessariamente ser revisitada, após cinco anos de entrada em aplicação.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
1. CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL DE CEREAIS.....	8
1.1. PRODUÇÃO E OFERTA MUNDIAL DE CEREAIS	10
1.2. CONSUMO MUNDIAL DE CEREAIS	11
1.3. COMÉRCIO MUNDIAL.....	12
2. CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO CEREAIS EM PORTUGAL	13
2.1. EVOLUÇÃO DA SAU E SUA COMPOSIÇÃO	13
2.2. SUPERFÍCIE, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE.....	17
2.3. OCUPAÇÃO CULTURAL POR REGIÃO.....	26
2.4. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR TIPO DE CULTURA	27
2.5. IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DOS CEREAIS.....	29
3. ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.....	33
4. A FILEIRA	37
5. COMÉRCIO INTERNACIONAL DO SETOR DO CEREAIS.....	42
6. MEDIDAS DE APOIO AO SETOR DOS CEREAIS EM PORTUGAL	45
6.1. PRIMEIRO PILAR DA PAC.....	45
6.2. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL PRODER 2007 -2013.....	49
6.2.1. INVESTIMENTOS EFETUADOS AO NÍVEL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS.....	49
6.3. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL PDR2020	52
6.3.1. INVESTIMENTOS EFETUADOS AO NÍVEL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS.....	53
6.4. SEGUROS.....	56
6.5. MEDIDA DE SUPERFÍCIE PDR2020.....	58
7. INVESTIGAÇÃO, EXPERIMENTAÇÃO E DEMONSTRAÇÃO /ENSINO E FORMAÇÃO	61
7.1. ENSINO E FORMAÇÃO	61
7.2. INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO	61
8. DIAGNÓSTICO: ANÁLISE SWOT	64
9. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	67
10. MEDIDAS	70

10.1. MEDIDAS PARA REDUZIR A DEPENDÊNCIA EXTERNA, CONSOLIDAR E AUMENTAR AS ÁREAS DE PRODUÇÃO	70
10.1.1 MEDIDAS PARA REDUZIR CUSTOS DE PRODUÇÃO E DE CONTEXTO	70
10.1.2 MEDIDAS PARA PROMOVER O REGADIO	72
10.1.3 MEDIDAS PARA PROMOVER A INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO NO SETOR	73
10.2. MEDIDAS PARA FOMENTAR A CRIAÇÃO DE VALOR NA FILEIRA DOS CEREAIS	74
10.2.1 MEDIDAS PARA REFORÇAR O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES.....	74
10.2.3 MEDIDAS PARA PROMOVER A VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL	76
10.2.4. MEDIDAS AO NÍVEL DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	76
10.3 MEDIDAS PARA VIABILIZAR DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EM TODO O TERRITÓRIO.....	77
10.3.1 MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO E MELHORIA DO RENDIMENTO DOS AGRICULTORES.....	77
10.3.2 MEDIDAS PARA PROMOVER AÇÕES DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	78
10.3.3 MEDIDAS PARA PROMOVER A PRODUÇÃO DE BENS PÚBLICOS, A PRESERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS NATURAIS.....	78
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
ANEXO I.....	82
ANEXO II.....	88
ANEXO III.....	90
GRÁFICOS.....	92
FIGURAS.....	93
QUADROS.....	94
ACRONIMOS.....	95

SUMÁRIO EXECUTIVO

A cultura dos cereais em Portugal sofreu alterações profundas nas últimas décadas, nomeadamente no seguimento da adesão de Portugal à CEE e a consequente integração na PAC, cujo impacto se deu sobretudo a partir de 1991, após o final da etapa de transição.

A superfície cultivada com cereais ocupava, no final dos anos 80, cerca de 900 mil hectares, aproximadamente 10% do território nacional. Essa área tem vindo gradualmente a diminuir, a maior parte convertida em pastagens, sendo, em 2016, de 257 mil hectares. A produção também diminuiu, embora de modo menos pronunciado: de 1,65 milhões de toneladas para 1,1 milhões no mesmo período.

Portugal é historicamente dependente da importação de cereais, mas, se os níveis de autoaprovisionamento eram de 60% em 1989, a diminuição da produção e o aumento das necessidades conduziram a um valor atual particularmente baixo (cerca de 23%), constituindo uma singularidade no contexto europeu e mundial.

O défice alimentar, juntamente com o défice energético, constitui um dos desequilíbrios estruturais da economia portuguesa, sendo objetivo do governo a obtenção do equilíbrio na balança comercial agrícola no horizonte de duas legislaturas. O setor dos cereais representa mais de 10% das importações alimentares e mais de 30% das importações agrícolas, devendo dar um contributo para este desígnio, o que permitirá igualmente um combate ao abandono e despovoamento de zonas rurais, um melhor ordenamento do território e uma gestão ambiental mais adequada.

Tendo em conta um horizonte temporal de cinco anos para a implementação desta estratégia e a análise efetuada, considerou-se pertinente estabelecer um conjunto de metas em termos de aumento do grau de autoaprovisionamento. Assim, assumindo uma estabilização do consumo considera-se possível com a implementação das medidas à frente propostas atingir um grau de autoaprovisionamento em cereais de 38%, correspondendo 80% ao arroz, 50% ao milho e 20% aos cereais praganosos. Tendo presente o exposto, definiram-se três objetivos estratégicos e respetivos objetivos operacionais:

- 1) “Reduzir a dependência externa, consolidar e aumentar as áreas de produção”
- 2) “Criar valor na fileira dos cereais”
- 3) “Viabilização da atividade agrícola em todo o território”

O diagnóstico efetuado permitiu na sequência da elaboração de SWOT identificar um conjunto de pontos negativos e positivos a ter em conta na Estratégia de Promoção da Produção de Cereais. O setor apresenta debilidades decorrentes da elevada concorrência de produtores de países terceiros não sujeitos às mesmas regras e custos assim como da volatilidade acentuada dos preços. Os desequilíbrios de poder negocial na fileira, os aumentos de custos de transporte e da energia, os custos administrativos associados a exigências legais, o reduzido investimento em experimentação e divulgação, a pouca valorização da qualidade dos cereais e a diminuição de substâncias ativas para proteção das culturas constituem outros problemas que é necessário enfrentar. No futuro, deverá ter-se em conta a necessidade de adaptação às alterações climáticas.

Existem elementos positivos a aproveitar e a potenciar como é o caso da capacidade de organização da produção, com qualificações técnicas elevadas, dos vários aproveitamentos que podem ser dados aos cereais, da elevada qualidade sanitária da produção nacional, da existência de unidades industriais instaladas em Portugal com capacidade para escoar a produção e do investimento em tecnologias relacionadas com a agricultura de precisão.

O setor está igualmente bem posicionado para contribuir para a manutenção da atividade agrícola em todo o território, com evidentes benefícios ao nível do fomento do desenvolvimento económico, da paisagem e da promoção e preservação da biodiversidade bem como para a preservação de áreas agrícolas regadas no seio de manchas florestais, criando zonas de descontinuidade que contrariem a progressão dos incêndios. De facto, verifica-se a presença dos cereais em todo o território nacional associada a diferentes sistemas de produção, há uma forte adesão a métodos de produção ambientalmente sustentáveis e a produção de proximidade permite reduzir a pegada ecológica.

Outra área de oportunidade relaciona-se com a maior valorização por parte do consumidor da Origem Portugal, observando-se uma tendência crescente da indústria, distribuição e consumidores por compras de proximidade e com rastreabilidade definida. Neste quadro, surgem novos mercados de que são exemplos o milho pipoca, o milho para broa, o pão de cereais regionais ou os cereais com baixos teores em pesticidas. Finalmente, o Plano Nacional de Regadios cria condições para a expansão da cultura de cereais.

Neste contexto foram identificadas 20 medidas prioritárias, complementadas por um conjunto de outras medidas identificadas em anexo ao presente relatório, cuja adoção poderá conduzir à inversão da situação que o setor dos cereais hoje atravessa em Portugal nomeadamente ao nível de do grau de autoaprovisionamento. Estas medidas vão contribuir para um setor mais forte e

mais eficiente, com maior capacidade de resistência à volatilidade dos mercados, com capacidade de dar aos consumidores um produto de elevada qualidade, mais adaptado às alterações climáticas e que contribui significativamente para a proteção do solo, da água e da biodiversidade.

MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Medida 1 - Redução dos custos de energia

Medida 2 - Dinamizar a produção nacional de semente certificada e de genética nacional

Medida 3 - Reforço dos Meios de luta contra agentes bióticos

Medida 4 - Acompanhamento de processo de reconhecimento de OP

Medida 5 - Simplificação do processo de licenciamento de infraestruturas hidráulicas

Medida 6 - Aumento da capacidade de armazenamento de água e melhoria da eficiência do uso dos recursos hídricos e energéticos

Medida 7 - Prioridade ou majoração nos investimentos e redimensionamento de canteiros dos arrozais

Medida 8 - Agenda de inovação

Medida 9 - Promover a capacitação técnica, reforçar os meios disponíveis para experimentação e prestação de serviços no âmbito da agricultura de precisão ao nível das OP

Medida 10 - Reativar a medida de apoio ligado à concentração da oferta aos produtores de culturas arvenses

Medida 11 - Manutenção da discriminação positiva para OP no âmbito do apoio do desenvolvimento rural ao investimento

Medida 12 - Reforço das estruturas interprofissionais

Medida 13 - Valorizar a produção nacional

Medida 14 - Reforço do controlo sanitário à importação

Medida 15 - Estabilização do rendimento através do mutualismo

Medida 16 - Estabelecimento do apoio ligado ao setor

Medida 17 - Medidas agroambientais e alterações climáticas

Medida 18 - Criação de uma medida agroambiental de proteção dos recursos - solo, água e biodiversidade - designadamente por funcionamento em camadas

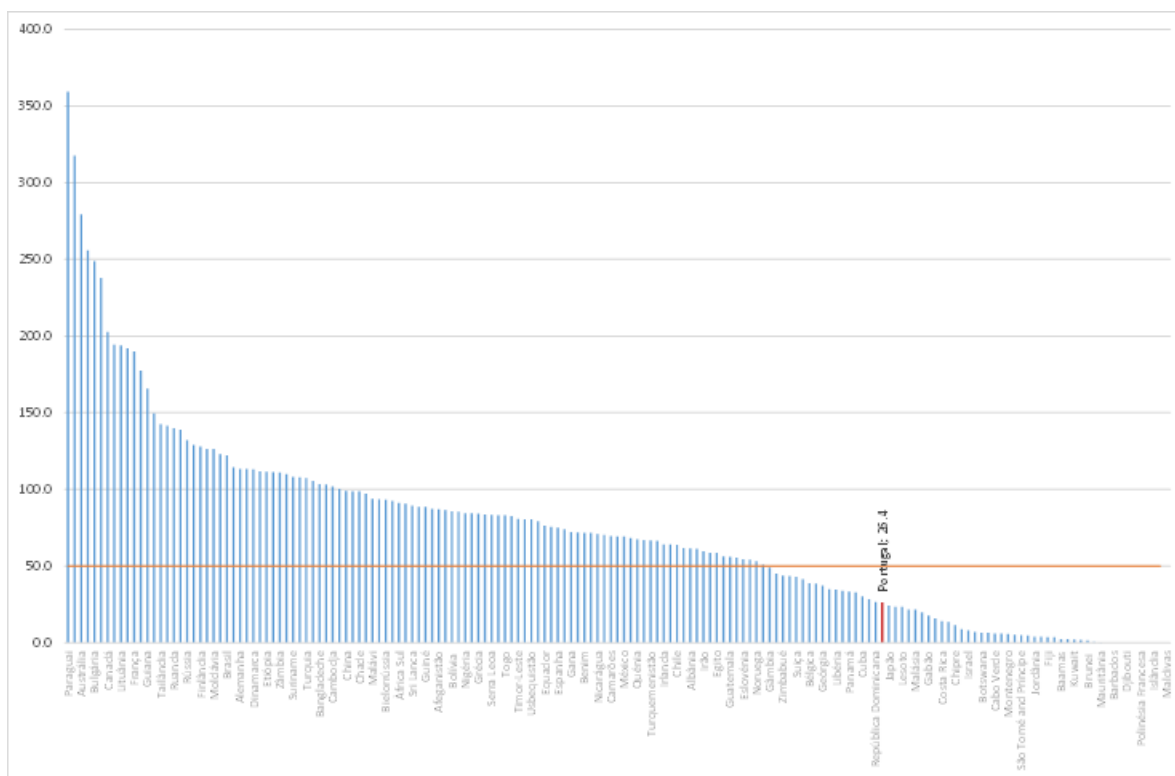
Medida 19 - Criação de uma medida agroambiental para os arrozais - Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Agrícolas Inundáveis

Medida 20 - Criação de medida agroambiental que promova manchas agrícolas de descontinuidade em áreas de risco de incêndio mais elevado

1. CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL DE CEREAIS

Os cereais constituem um dos elementos de base da alimentação na generalidade dos países, sendo que a grande parte tem graus de autoaproveitamento superiores a 50%.

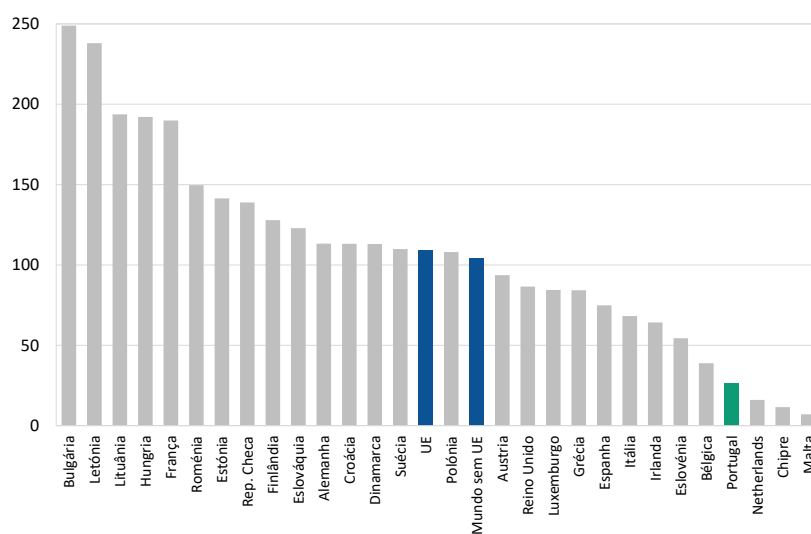
Gráfico 1 - Grau de Autoaproveitamento dos Cereais por País em 2013



Fonte: FAO

O grau de autoaproveitamento dos cereais na União Europeia, em 2013, era de 109,4%, segundo a FAO.

Gráfico 2 - Grau de autoaproveitamento dos cereais em 2013 (%)

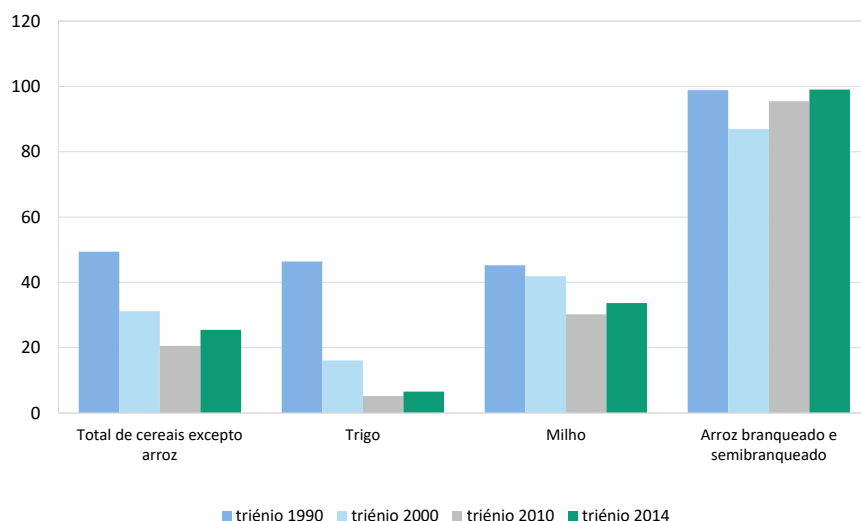


Fonte: FAO

Portugal apresenta um dos mais baixos níveis de autoaprovisionamento do mundo, sendo que na UE apenas têm valores inferiores Chipre, Malta e Holanda (que tem um consumo exceccionalmente elevado, mais do dobro do português, devido à importância da pecuária intensiva, sendo a sua produção de cereais 40% superior à portuguesa).

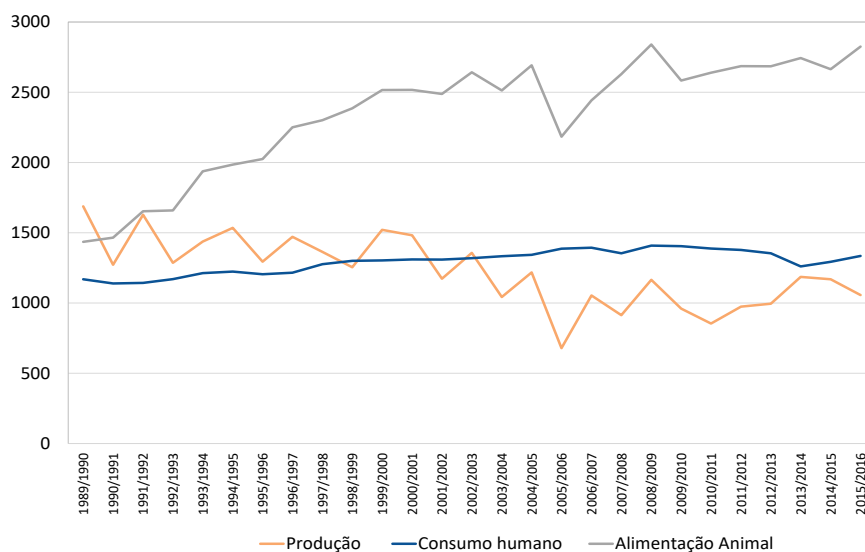
O grau de autoaprovisionamento dos cereais que era de cerca de 60% em 1989, é atualmente cerca de 23%, uma vez a produção não acompanhou o aumento do consumo interno, em particular para alimentação animal. A perda de autoaprovisionamento ocorreu no milho, de 45% para 31% e no trigo, de 49% para 6%. O arroz tem apresentado níveis mais elevados.

Gráfico 3 – Evolução do autoaprovisionamento dos cereais em Portugal (%)



Fonte: GPP a partir de balanço de aprovisionamento, INE

Gráfico 4 – Produção e utilização interna de cereais (s/ arroz) em alimentação animal e consumo humano 1989-2015 em Portugal (1000 ton)



Fonte: INE

1.1. PRODUÇÃO E OFERTA MUNDIAL DE CEREAIS

Em 2016/17, a produção mundial de cereais atingiu um novo record 2.133 milhões toneladas (ultrapassando o pico anterior de 2014), continuando o milho a ser o principal cereal produzido, com 1.079 milhões toneladas, (correspondendo a metade da produção mundial), seguido pelo trigo com cerca de um terço (754 milhões toneladas). Em termos de áreas, a situação é inversa, com o milho a ocupar 186 milhões hectares (63,5 milhões hectares nos principais exportadores¹ e o trigo 223 milhões hectares (117,8 milhões hectares nos principais exportadores²).

Desde 2013, a oferta mundial de cereais tem vindo a ultrapassar a procura, resultando numa contínua acumulação de existências e numa consequente pressão sobre os preços. Segundo a *International Grains Council* (IGC), a partir da campanha 2017/18 é possível que a tendência de acumulação de *stocks* se venha a alterar, já que se prevê que a procura (trigo para alimentação humana e milho para rações) cresça mais que a oferta, levando a que os *stocks* comecem a baixar,

De acordo com a OCDE, nos próximos anos, a disponibilidade de terra deverá ser mais limitada do que na década anterior, atendendo não só à reduzida possibilidade de converter floresta ou pastagem em terras aráveis, particularmente em países desenvolvidos, bem como à crescente urbanização e a desertificação em muitos países. Assim, a área global de cereais deverá ter um ritmo de crescimento mais moderado, apenas 8 milhões hectares, também devido aos baixos níveis de preços estimados e aos reduzidos incentivos à sua produção.

Neste contexto, para a próxima década, prevê-se que a produção de cereais aumente 12%, impulsionada principalmente por ganhos de produtividade que deverá aumentar cerca de 11% até 2026 em relação à média 2014-2016. Prevê-se ainda que em 2026, as produtividades globais de trigo, milho e arroz sejam respetivamente 9%, 11% e 12% superiores à média 2014-2016.

Em 2026 estima-se um aumento de 11% da produção de trigo, principalmente na Índia, UE, Rússia, Paquistão e China, 14% da produção de milho, liderada pelos EUA, Brasil, China, Argentina, UE e Índia, 13% da produção de arroz, com a maior parte do aumento concentrado em países asiáticos (Índia, Indonésia, Bangladesh, Tailândia, Vietname e China), 10% da produção dos restantes cereais, com os maiores aumentos na Etiópia, Índia, Argentina, Rússia e Nigéria.

Em termos prospetivos, a evolução do setor dependerá não só dos preços, que, a manterem-se a um nível baixo, poderão levar a opções por outras culturas mais rentáveis (como o caso das oleaginosas), mas também do comportamento das economias emergentes. A China, que detém a maior parte dos *stocks* de cereais terá certamente um papel importante no mercado mundial, não só pelo aumento da procura para alimentação, mas também pelo reflexo que têm no mercado mundial a adoção de políticas internas de abertura e a libertação dos seus *stocks* de milho e trigo, que poderão ter profundas implicações no comércio internacional.

após 5 anos sucessivos de ganhos contínuos.

¹ Argentina, Brasil, Ucrânia, EUA

² Argentina Austrália, Canadá, UE (26,6 milhões hectares),Cazaquistão, Rússia, Ucrânia, EUA

Nestes últimos anos, as produções de trigo e de milho foram as que registaram os maiores aumentos, sendo de salientar que na China os *stocks* de trigo têm vindo a aumentar nos últimos 6 anos e representam cerca de 42% dos *stocks* mundiais, no caso do milho, apesar de a partir de 2016 terem começado a decrescer, representam ainda 40% do total.

A União Europeia detém cerca de 21% da produção mundial de trigo, 41% de cevada e apenas 4% no milho. Já no caso do arroz, a UE não é um dos principais *players*, representando, com 1.700 milhões toneladas³, apenas 3% da produção mundial (503.400 milhões toneladas).

1.2. CONSUMO MUNDIAL DE CEREAIS

A campanha de comercialização 2017/2018, é 2ª maior campanha a nível mundial, (cerca de 2 milhões toneladas), inferior apenas em 3% à campanha *record* passada que atingiu 2.133 milhões toneladas de cereal, devendo-se esta redução à quebra de produção do trigo nos EUA, e no Canadá, e do milho nos EUA e UE, sendo igualmente o consumo e comércio *record* e com uma redução dos *stocks* pela primeira vez em 5 anos. A Rússia estima uma campanha *record* devendo ser a UE ultrapassada pela primeira vez na liderança dos exportadores de trigo pela Rússia.

Segundo OCDE, em termos gerais prevê-se que o consumo global de cereais cresça 13% até 2026. No trigo, o aumento deverá ser de 11%, continuando o consumo humano a principal utilização (67%), embora o uso para alimentação animal venha a aumentar principalmente na China, Paquistão e no Vietname. O uso para a produção de biocombustíveis deverá ser apenas de 1,2%.

No caso do milho, o crescimento deverá ser de 14%, bastante inferior à década anterior (31%), impulsionado pela procura para a pecuária intensiva nos países em desenvolvimento. A utilização de milho para consumo humano deverá crescer anualmente 1,8%, principalmente nos países em desenvolvimento, particularmente em África, que regista o maior aumento de consumo para alimentação. A utilização para biocombustível triplicou entre 2006 e 2016, contudo, na próxima década o aumento do seu consumo será limitado, resultado da alteração de política de utilização nos EUA.

No arroz também se prevê um aumento de consumo (12%) principalmente nos países asiáticos, continuando a alimentação a ser a principal utilização (produto base em grande parte da Ásia, África, América Latina e América Central).

O consumo dos restantes cereais também deverá aumentar em 12%, repartido entre alimentação animal (UE, Rússia) e humana (África) quase em igual proporção.

³ Equivalente branqueado

1.3. COMÉRCIO MUNDIAL

O comércio mundial de cereais deverá aumentar 14% até 2026, segundo a OCDE. A Rússia começou a desempenhar um papel importante nos mercados internacionais de trigo e milho nos últimos anos, tendo, em média sido o quinto maior exportador de trigo na última década, devendo tornar-se o segundo maior exportador nos próximos 10 anos, contribuindo com 15% para o comércio global. Estima-se que os países desenvolvidos continuem a ser os principais exportadores de trigo e outros cereais para os países em desenvolvimento, ao passo que o arroz é comercializado principalmente entre países em desenvolvimento, como o Camboja e o Myanmar cuja presença está a aumentar nestes mercados.

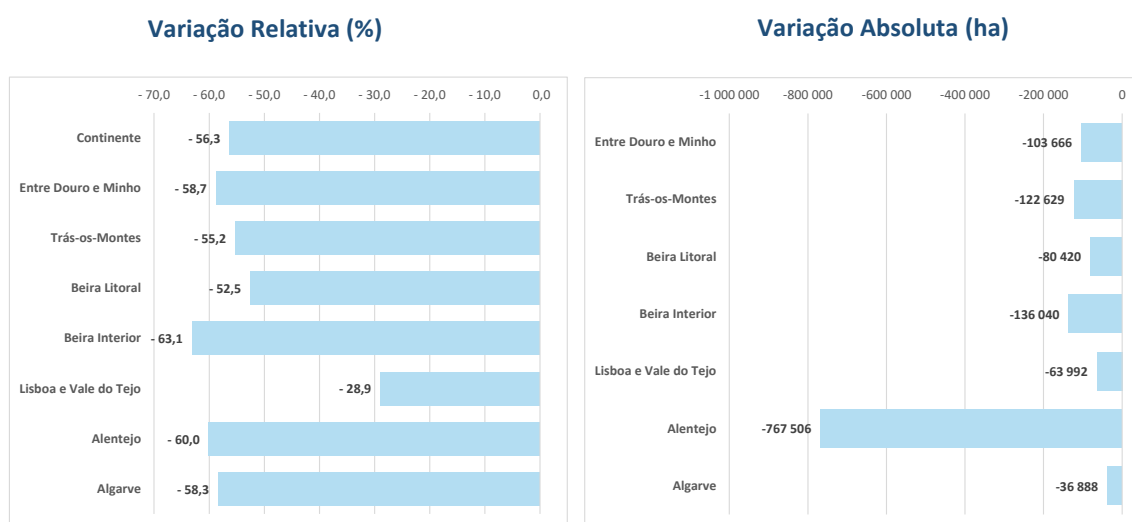
2. CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO CEREAIS EM PORTUGAL

2.1. EVOLUÇÃO DA SAU E SUA COMPOSIÇÃO

A análise da evolução dos grandes tipos de superfície que compõem a SAU evidencia, independentemente da região, uma quebra muito acentuada da área ocupada com terras aráveis. De facto, no Continente, entre 1989 e 2016, verificou-se uma diminuição de 56,2% com quebras acima de 60% na Beira Interior e no Alentejo, neste último representam mais de 767 mil hectares que mudaram o seu tipo de utilização.

A grande parte da área ocupada por terras aráveis foi substituída por pastagem permanente, salientando-se o aumento generalizado deste tipo de superfície: 141% no Continente (5,9% entre 2009 e 2016) e perto de 194% no Alentejo (2,6% entre 2009 e 2016), correspondendo nesta região a um acréscimo de cerca de 759 mil hectares de pastagens.

Gráfico 5 - Variação da Terra Arável por Região Agrária 2016-1989



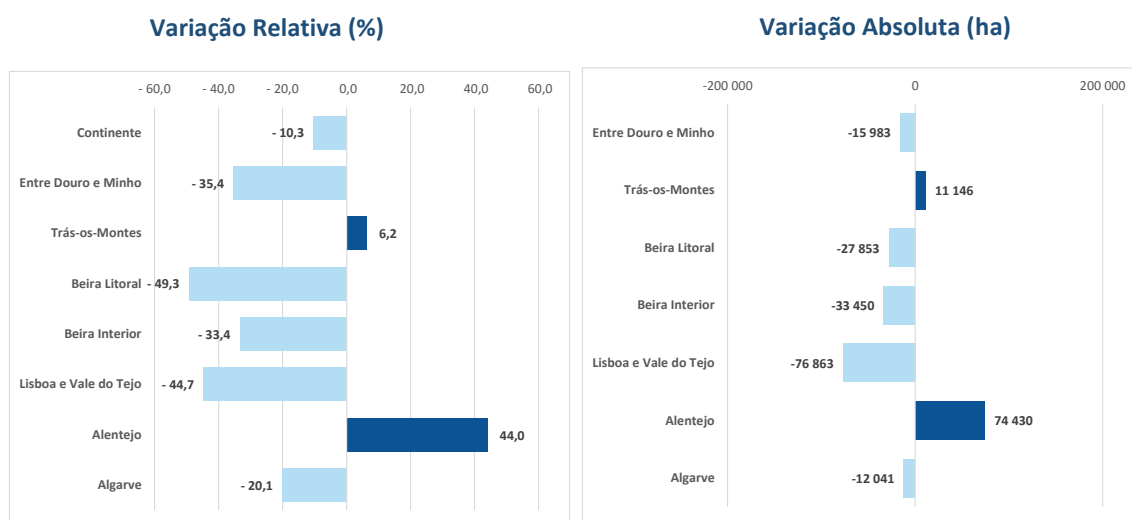
Fonte: INE

O impacto das políticas inerentes à adesão à UE teve uma importância substancial nesta alteração. Entre elas evidencia-se, numa primeira fase, as descidas dos preços à produção e, posteriormente, o desligamento das ajudas às culturas arvenses associado à manutenção de pagamentos ligados aos setores das vacas em aleitamento e ovinos e caprinos. Estas políticas levaram a que os solos mais pobres e com produtividades mais baixas deixassem de ser sustentáveis do ponto de vista económico, levando a que se mudasse a sua utilização.

Muitos destes solos passaram a ter afetação a novas funções que, também aqui, se diferenciam nas suas dinâmicas. Onde existia estrutura fundiária com dimensão suficiente para suportar um

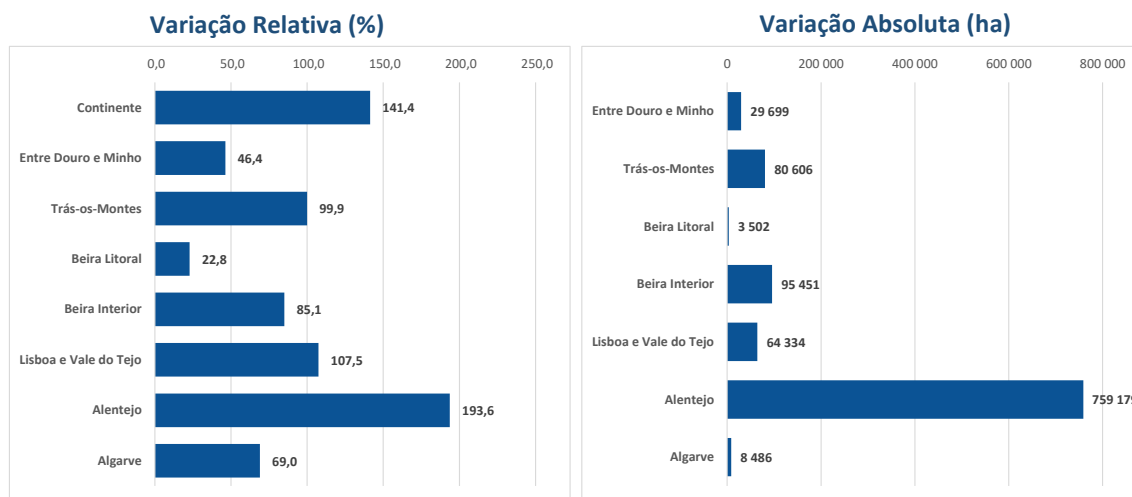
processo de extensificação, foram integrados na SAU com utilização na pastorícia. Em alguns casos, quando coexiste alguma dimensão e disponibilidade de água para irrigação, surgem novas explorações com elevado potencial produtivo evidenciado pelo aumento da superfície de culturas permanentes no Alentejo e Trás-os-Montes, correspondendo a novas áreas de modernos olivais e vinhas.

Gráfico 6 - Variação da Culturas Permanentes por Região Agrária 2016-1989



Fonte: INE

Gráfico 7 - Variação da Pastagens Permanentes por Região Agrária 2016-1989



Fonte: INE

Nos casos em que a estrutura fundiária da exploração não tem dimensão suficiente para suportar a extensificação, nem para garantir condições de assegurar uma sucessão adequada, estes solos saem da atividade produtiva levando ao desaparecimento das explorações e logo ao decréscimo da SAU.

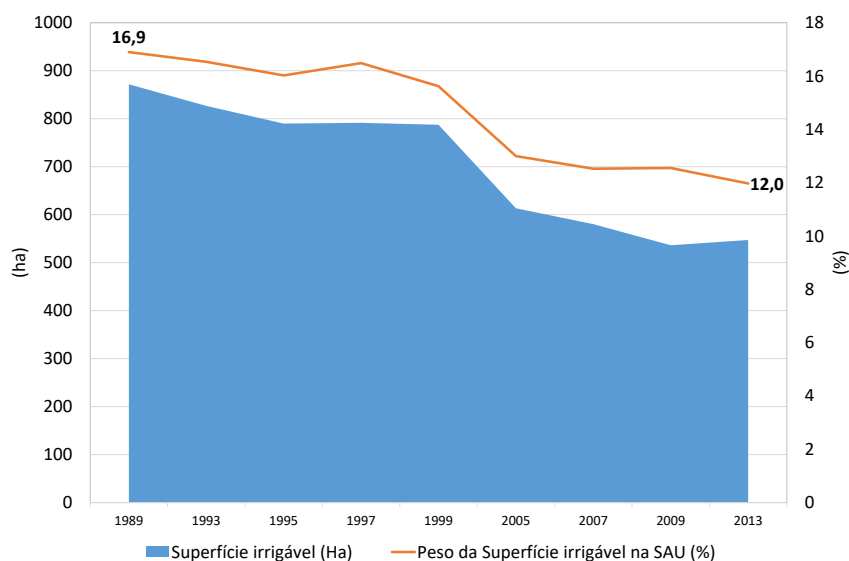
O REGADIO EM PORTUGAL

A agricultura, enquanto atividade económica que depende dos níveis de crescimento das plantas, está assim também dependente de uma disponibilidade de água que permita níveis de produtividade que, tendo em consideração todos os outros fatores, tornem as diversas culturas sustentáveis do ponto de vista económico.

Num país como Portugal, com as particularidades climáticas que o caracterizam e onde se distinguem claramente duas estações (uma estação seca, com precipitação quase nula, coincidindo com as temperaturas mais elevadas, e uma estação chuvosa em que ocorre a maior parte da precipitação, coincidindo com as temperaturas mais baixas), grande parte do território está sujeito a condições de escassez de água durante períodos cruciais para o desenvolvimento das plantas.

Os sistemas de irrigação e a agricultura irrigada desempenham assim uma função essencial de suporte a determinados sistemas agrícolas, com níveis de produtividade mais elevados, tornando-os muito menos dependentes da variabilidade das condições climáticas que se verifica de ano para ano neste tipo de climas, e dando sustentabilidade económica ao desenvolvimento de certos territórios que, sem este tipo de recurso, passariam provavelmente por processos de abandono do uso do solo.

Gráfico 8 - Evolução da Superfície Irrigável e do seu peso na SAU



Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas e Inquéritos às Estruturas das Explorações Agrícolas

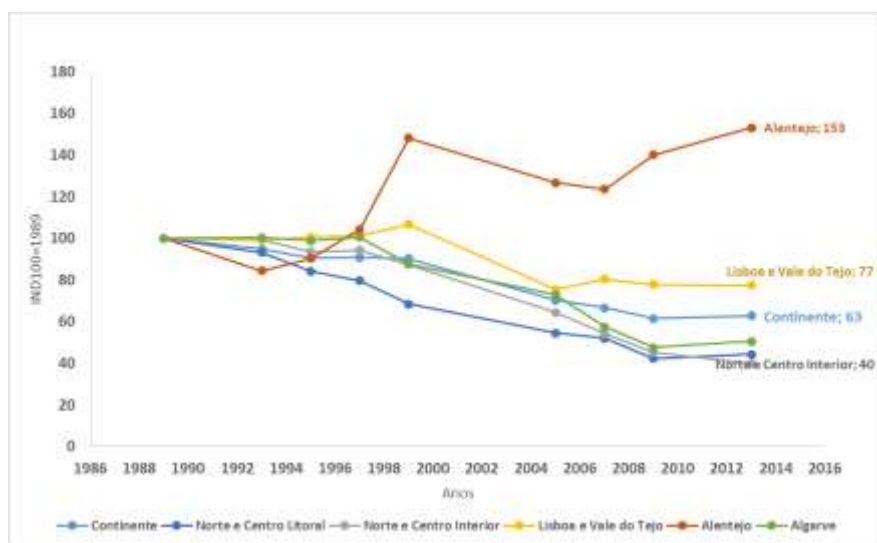
A superfície irrigável em Portugal continental apresenta uma tendência global de descida nas duas últimas décadas, quer em termos absolutos (passa de cerca de 872 mil hectares em 1989 para cerca de 536 mil em 2013), quer em termos da sua importância na SAU (que decresce de 17% para 12% no mesmo período).

No entanto, a evolução é distinta em termos regionais e por dimensão económica. O Norte e Centro revelam quebras constantes da superfície irrigável muito significativas, apresentando em 2013 apenas 40% do total da superfície irrigável que existia em 1989. O Alentejo, pelo contrário, mostra um acréscimo considerável, apresentando em 2013 mais 53% deste tipo de superfície do que aquele que existia no primeiro ano de análise. É nas explorações de grande dimensão física (> 50 ha) que se verifica um aumento considerável: nestas explorações, a superfície irrigável sobe cerca de 52% no período. Por outro lado, nas explorações de pequena dimensão, a superfície irrigável sofre uma quebra acentuada, sendo em 2013 apenas 27% do que era em 1989.

O REGADIO EM PORTUGAL (cont.)

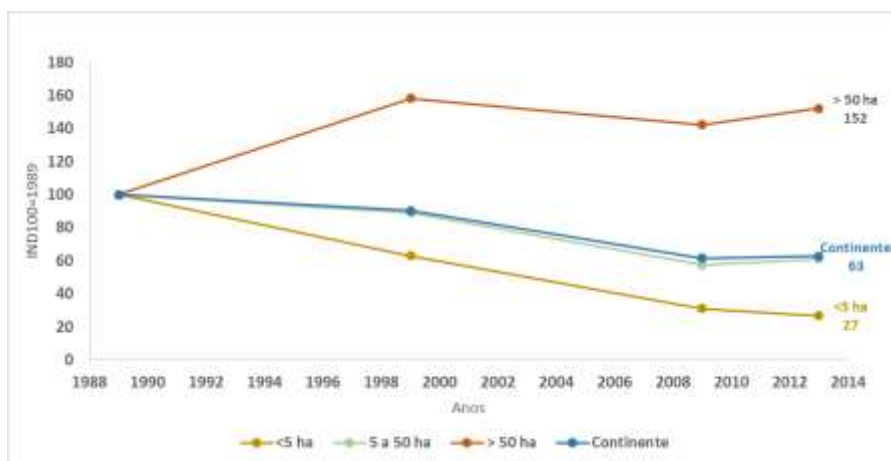
Estas tendências estão claramente associadas ao processo de ajustamento estrutural por que a agricultura portuguesa tem passado nestas duas décadas. Em traços gerais, o desaparecimento de um número muito elevado de explorações de pequena dimensão, em que a grande maioria apresentava uma superfície irrigável significativa, em grande parte utilizando sistemas de rega tradicionais. Por outro lado surgem investimentos em novos regadios, associados a explorações de média e grande dimensão, com sistemas de rega modernos que incorporam as atuais preocupações ambientais, como é o caso do aproveitamento do potencial criado pela barragem do Alqueva.

Gráfico 9 - Evolução da superfície Irrigável por região agrária (IND 100 = 1989)



Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas e Inquéritos às Estruturas das Explorações Agrícolas

Gráfico 10 - Evolução da superfície Irrigável por classe de dimensão física das explorações (100 = 1989)



Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas e Inquéritos às Estruturas das Explorações Agrícolas

2.2. SUPERFÍCIE, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

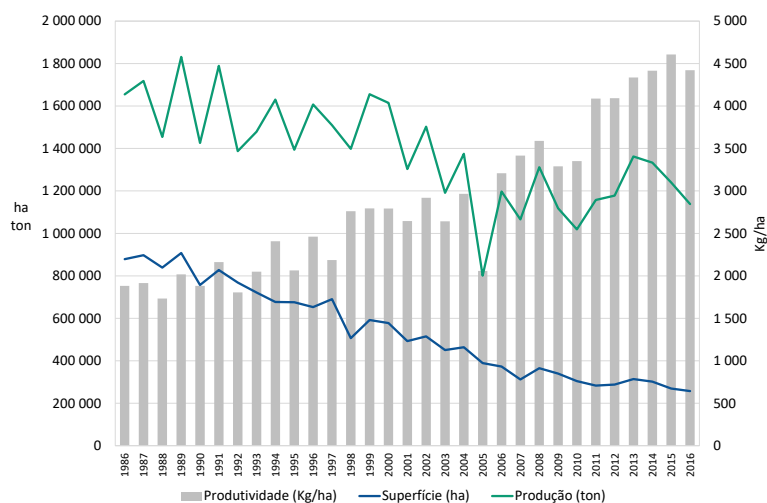
A cultura dos cereais em Portugal sofreu alterações profundas nas últimas décadas, nomeadamente no seguimento da adesão de Portugal à CEE e a consequente integração na PAC, cujo impacto se deu sobretudo a partir de 1991, após o final da etapa de transição.

A superfície cultivada com cereais ocupava, no final dos anos 80, cerca de 900 mil hectares, aproximadamente 10% do território nacional. Essa área tem vindo gradualmente a diminuir, a maior parte convertida em pastagens, sendo, em 2016, de 257 mil hectares.

Especificamente, na última década, a área de cereais reduziu-se em mais de um terço (130 mil hectares). O Alentejo foi a região em que se verificou a maior redução, 87 mil hectares, correspondente a 66%, mais de metade da redução da área total, seguido por Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho com quebras respetivas de 11 e 7%.

A produção também diminuiu, embora de modo menos pronunciado, de 1,65 milhões de toneladas para 1,14 milhões de toneladas, no período 1986-2016, em resultado dos acréscimos de produtividade.

Gráfico 11 – Superfície, produção e produtividade dos cereais em Portugal



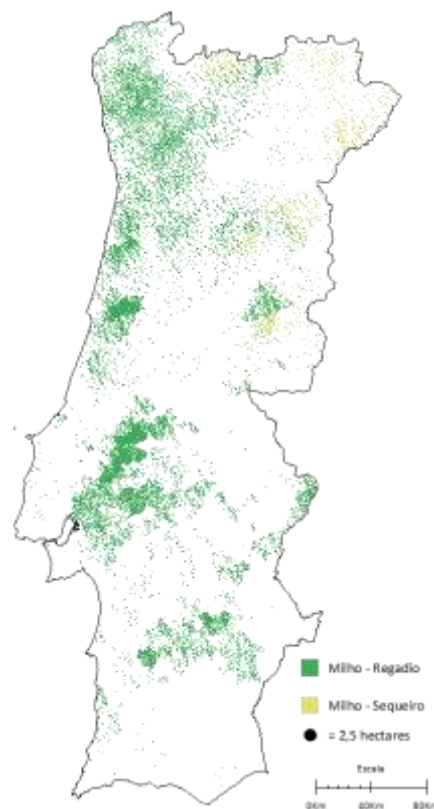
Fonte: INE

Esta evolução foi transversal às várias regiões portuguesas. Em 2016, continua a verificar-se que o Alentejo e o Ribatejo e Oeste são as regiões que produzem em conjunto cerca de 70% do total dos cereais, (Alentejo com 388.471 e Ribatejo 393.636 toneladas em 2016), correspondendo a uma ocupação da área total em 2016 (257.347 hectares) de 46% e 17% respetivamente.

Milho

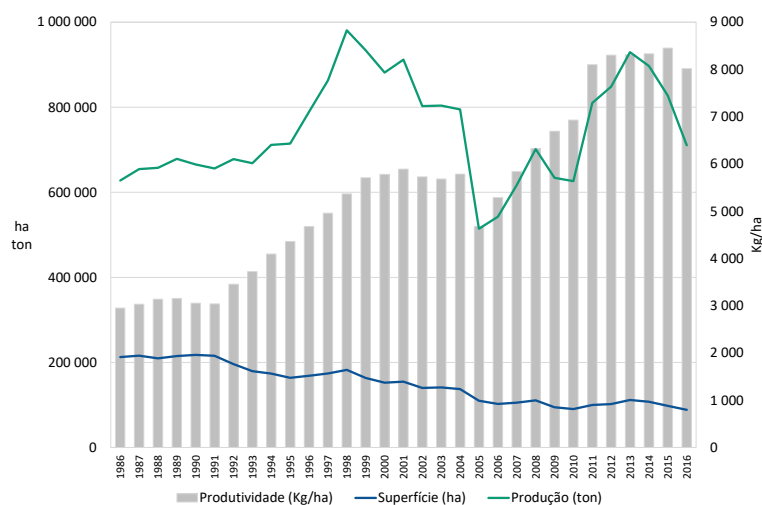
A superfície cultivada com milho grão ocupava, no final dos anos 80, mais de 200 mil hectares, tendo vindo gradualmente a diminuir, assumindo, em 2016, uma área inferior a 90 mil hectares. No entanto, o milho de regadio, apresentou na última década uma evolução diferenciada, com um crescimento a partir de 2010, em que se atingiu o pico de 101 mil hectares em 2013, a data a partir da qual se verificou uma redução fruto da conjugação de vários fatores, nomeadamente preços baixos no mercado mundial (quebra superior a 30% desde 2014⁴), obrigação de diversificação cultural para cumprimento do *greening* e condições climáticas nem sempre adequadas à cultura. Assim, entre 2013 a 2016 a área reduziu cerca de 23 mil hectares, com grande incidência na Beira Interior e Trás-os-Montes (>40%) Entre Douro e Minho e Beira Litoral (>20%) e no Algarve onde a área se pode considerar praticamente residual (190 hectares), com exceção do Alentejo em que houve um aumento (7%). Há ainda a referir o caso particular do milho forrageiro que representa uma área estável de cerca de 80 mil hectares intimamente associada à bovinicultura leiteira onde assume um papel relevante na alimentação do efetivo.

Figura 1 - Dispersão do milho grão no território do Continente



Fonte: GPP a partir de PU 2016

Gráfico 12 – Superfície, produção e produtividade do milho grão em Portugal

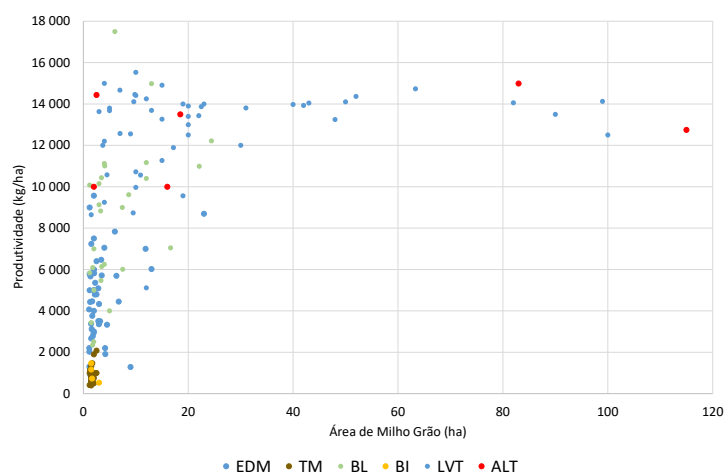


Fonte: INE

⁴ Fonte FAO/ Banco Mundial

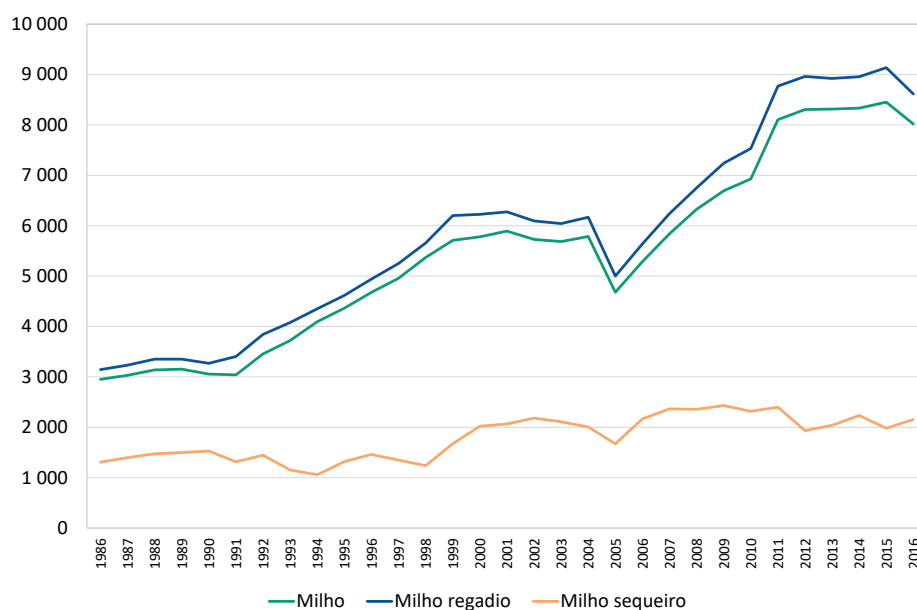
A cultura do milho tem-se expandido para áreas em que não era habitual, em virtude da disponibilidade de água proporcionada pelos novos regadios, em particular no Alentejo. Esta nova disponibilidade de água, associada à grande progressão tecnológica, conduziu à multiplicação das produtividades médias por três. No entanto, a produtividade na cultura do milho apresenta valores bastante díspares entre as regiões e entre o sequeiro e regadio, como se pode ver no gráfico 13 e 14.

Gráfico 13 – Dispersão da superfície e produtividade de milho por região agrária



Fonte: GPP a partir de RICA 2016

Gráfico 14 – Evolução produtividade milho (kg/ha)



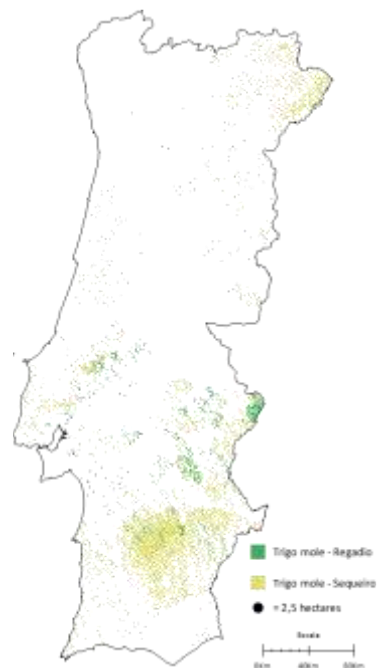
Fonte: INE

Cereais Praganosos

A área semeada com cereais praganosos (trigo, centeio, aveia, cevada e triticale) sofreu uma diminuição substancial (acima de 70% em média) desde 1986. Nomeadamente, o trigo ocupava mais de 300 mil hectares, tendo essa área vindo gradualmente a diminuir, sendo, em 2016, inferior a 40 mil hectares.

Na última década, a tendência de quebra na área do **trigo mole** em cerca de 75% (120 mil para 33 mil hectares), foi apenas contrariada entre 2007 e 2008 (crise das matérias primas). Este decréscimo verificou-se com grande expressão no Alentejo (76%), Ribatejo e Oeste (61%), Trás-os-Montes (52%), Minho e Algarve (50% cada).

Figura 2 – Dispersão do trigo mole no território do Continente



Fonte: GPP a partir de PU 2016

Figura 3 – Dispersão do trigo duro no território do Continente



Fonte: GPP a partir de PU 2016

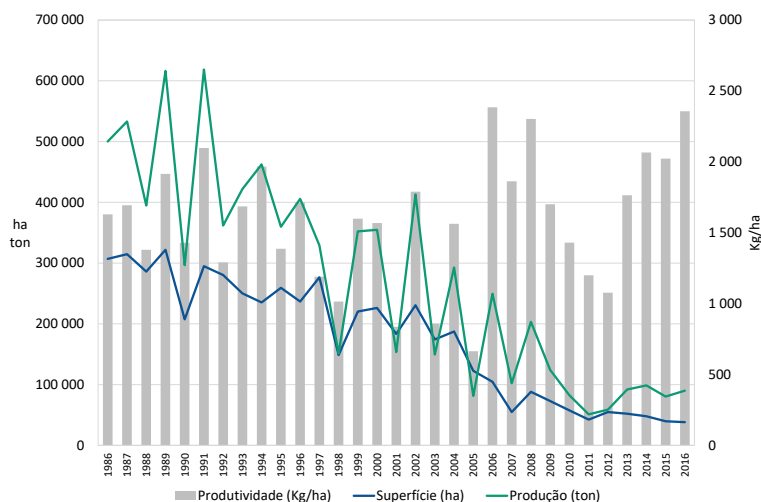
O **trigo duro** passou de uma área de cerca de 2 mil para 4,7 mil hectares durante a última década. O maior aumento ocorreu no Alentejo (158%), enquanto na região do Ribatejo e Oeste a área foi reduzida para metade. O período é marcado por três momentos no que respeita à evolução da área de trigo duro: acentuado aumento entre 2008 e 2009 (de 3 para 11 mil hectares), seguido de uma diminuição entre 2009 e 2013, em que se registou a menor área (1,4 mil hectares). A partir desse ano a área tem vindo a aumentar, fomentada sobretudo pela grande dinâmica do Clube Português dos Cereais de Qualidade (de registar que em 2017 a área aumentou para 5 mil hectares).

A produção de trigo, que chegou a ultrapassar as 600 mil toneladas em 1991, reduziu para valores de cerca de 50 mil toneladas neste milénio, apesar de alguma recuperação

recente, tendo atingido o valor de 90 mil toneladas em 2016. Em termos geográficos, o Alentejo concentra atualmente a quase totalidade da produção.

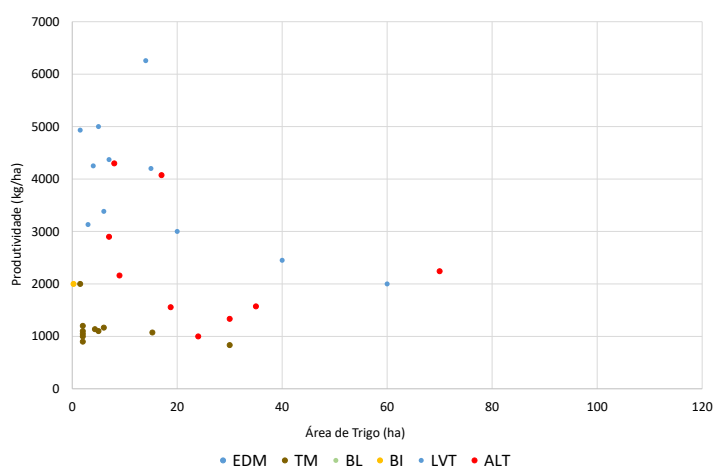
A evolução reflete o quadro de políticas: o preço de intervenção no último ano da etapa de transição, campanha 1990/91, foi 0,58€⁵, tendo atingido valores de 0,18€ nos anos mais recentes. Nos anos intermédios, vários apoios foram mitigando o efeito do preço de mercado (ajuda cofinanciada, ajuda às culturas arvenses), nomeadamente a ajuda ao trigo duro no seguimento da Agenda 2000, mas, a partir de 2005, deu-se o desligamento das ajudas da produção.

Gráfico 15 – Superfície, produção e produtividade do trigo em Portugal



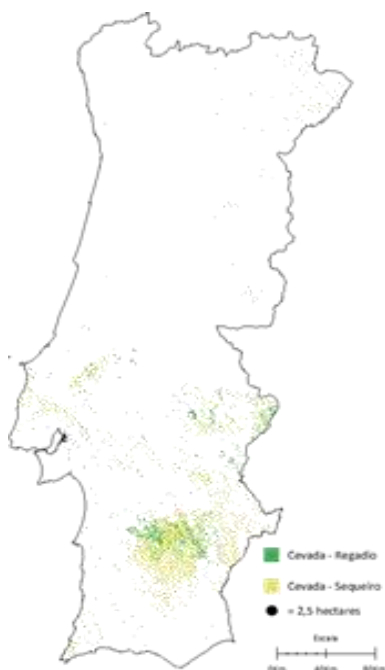
Fonte: INE

Gráfico 16 – Dispersão da superfície e produtividade de trigo por região agrária



Fonte: GPP a partir de RICA 2016

⁵ O preço foi de 50\$ por quilo, ou seja, 0,25€ à taxa de conversão definitiva do escudo, o que tomando em conta a inflação ocorrida entre 1991 e 2016 representa 0,58€ a preços de 2016.

Figura 4 - Dispersão da cevada no território do Continente**Cevada**

Quando se analisa a evolução das áreas semeadas com cereais entre 1986 e 2015, verifica-se que depois do trigo, foi a cevada que apresentou a maior descida de área diminuiu mais de 70% (de 73 mil hectares em 1986 para 21 mil hectares em 2015).

Verifica-se contudo que nos últimos anos resultado da resposta à procura exercida pela indústria cervejeira conjugado com o acesso às ajudas agroambientais, a área da cevada tem vindo a aumentar desde 2011 de 17 mil hectares para 21 mil hectares em 2015.

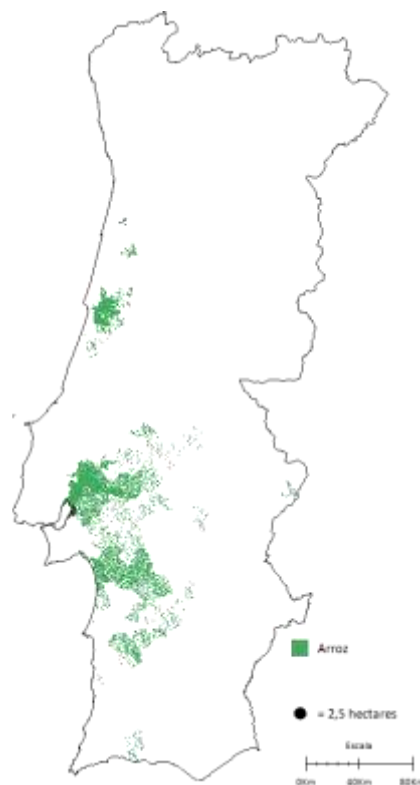
Em termos de localização geográfica continua a ser o Alentejo a principal região produtora com cerca de 90% da área nacional de cevada.

Arroz

A superfície cultivada com arroz ocupava, no final dos anos 80, mais de 32 mil hectares. Em 2016, os 29 mil hectares repartem-se entre a Beira Litoral, o Ribatejo e Oeste e o Alentejo com ocupação de 21%, 49% e 29% respetivamente.

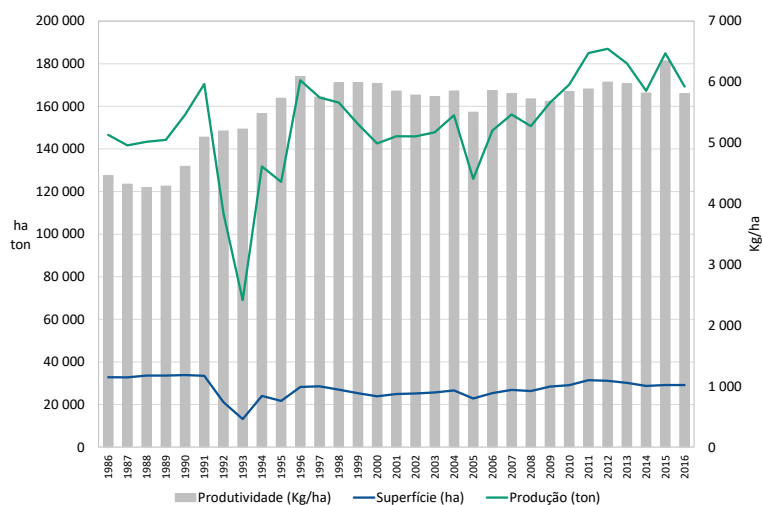
A produção do arroz aumentou, desde a adesão à CEE, em cerca de 15%, passando de 145 mil toneladas em 1986 para cerca de 170 mil toneladas em 2016, tendo no entanto registado no último ano uma quebra de 5% face à média dos últimos 5 anos.

No que respeita à produtividade verifica-se uma relativa estabilidade desde 1995 aproximadamente nos 6.000 kg/ha.

Figura 5 – Dispersão do arroz no território do Continente

Fonte: GPP a partir de PU 2016

Gráfico 17 – Superfície, produção e produtividade do arroz em Portugal



Fonte: INE

ALQUEVA

Evolução e Potencial de Produção de Cereais na Região de Alqueva

Na região de Alqueva as áreas outrora de sequeiro, onde eram cultivados cereais, encontram-se atualmente em grande parte ocupadas por olival.

Os sistemas produtivos das explorações de sequeiro, baseiam-se na pecuária extensiva e na produção de cereais, pastagens e forragens, como forma de produzir alimento para o gado. Com a entrada em funcionamento dos blocos de rega do EFMA, as explorações de sequeiro alteraram os seus sistemas produtivos de sequeiro para regadio, e muitas vezes a cultura de eleição para fazer essa transição é o milho. Assim, os cereais com o regadio continuam a manter alguma área na região, apenas existindo uma alteração na cultura, passando o milho a ocupar uma área de relevo no mosaico cultural dos perímetros de rega. Embora, na Campanha de 2017 tenham sido inscritos 116 hectares de arroz em Alqueva, não se afigura provável, face ao sistema tarifário de água e à conjuntura de preços e mercados, que esta cultura venha a ter viabilidade neste perímetro de rega.

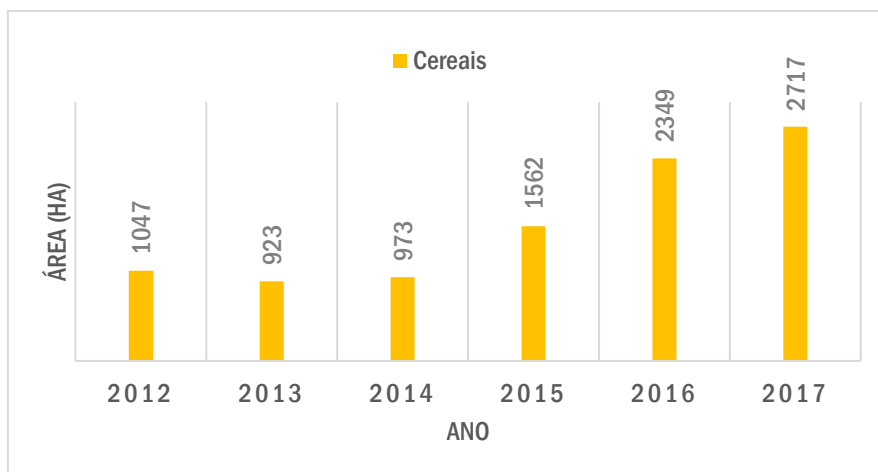
Cereais Praganosos

No gráfico seguinte constata-se que, nos primeiros dois anos de funcionamento dos perímetros de rega de Alqueva, as áreas ocupadas por cereais diminuíram, facto que está em linha com a redução a nível nacional das áreas ocupadas por estas culturas.

ALQUEVA (cont.)

Na campanha de 2015 existiu uma alteração do paradigma e as áreas ocupadas aumentaram exponencialmente, com valores próximo de 50 % de aumento em relação ao ano anterior. Em 2016 voltou novamente a aumentar, tendo este valor sido superior ao anterior em quase 40%. Este aumento de área é explicado, em parte, pelo aumento de interesse dos agricultores pela produção de cevada para malte contratualizada com a indústria cervejeira. Outro fator que explica este aumento, foi a disponibilização em 2016, de novas áreas equipadas na zona de Beja, que é uma área com ótimas condições para culturas cerealíferas. Em 2017 existiu um aumento da área de cereais praganosos, sendo que as culturas responsáveis por esse aumento foram a cevada e a aveia.

Gráfico 18 – Evolução da área ocupada por cereais no EFMA

**Potencialidades e Desafios**

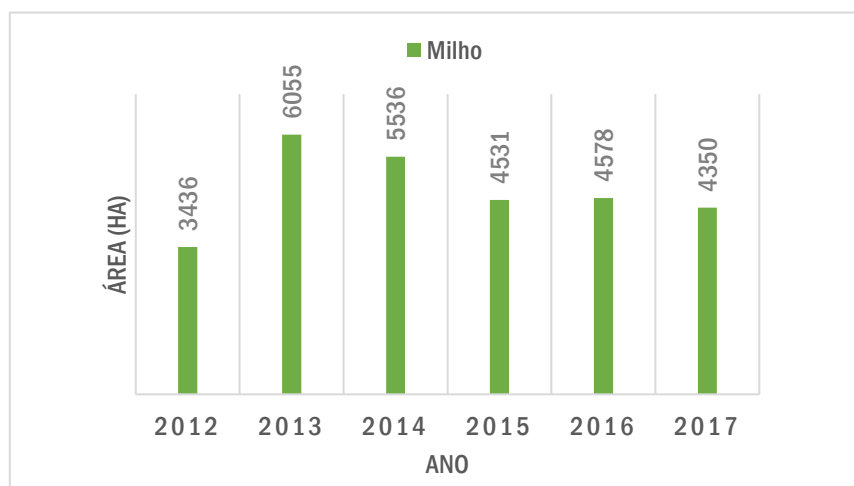
- De acordo com o Programa SISAP, que nos permite saber o potencial agronómico de uma região para uma dada cultura, para o Alqueva (120.000 hectares) considerando a área disponível (livre de culturas permanentes), as áreas com aptidão para estas culturas são as seguintes:
 - Aveia – 27.000 hectares
 - Cevada – 25.000 hectares
 - Trigo – 23.000 hectares
 - Triticale – 27.000 hectares
- Estas culturas, sendo dentro do regadio das mais extensivas, sofrem a concorrência de outras culturas mais produtivas.

ALQUEVA (cont.)

- No caso da cevada, a contratualização com a indústria permitiu demonstrar que a cevada poderá ser uma alternativa com viabilidade técnica/económica, inserindo-se bem em rotação com outras culturas como o milho, o girassol e a papoila.
- A exploração agrícola tipo onde se cultiva a aveia tem, usualmente, grandes dimensões, com uma área de culturas arvenses e outra de pecuária. Servindo a aveia para autoconsumo da exploração, quer como grão para rações, quer como forragem.
- Com a entrada em funcionamento dos perímetros de rega do empreendimento de Alqueva, a área ocupada pela cultura do trigo foi perdendo importância. Os agricultores optam por culturas de regadio mais rentáveis, o que não quer dizer que abandonem por completo o trigo.
- O trigo produzido no Alentejo tem elevada qualidade, existindo, nos últimos tempos o interesse em produzir pão com esta matéria-prima. Dentro de vários exemplos salienta-se o Projeto “Pão de Cereais do Alentejo”, o qual integra uma série de entidades, entre as quais associações de produtores, entidades de investigação e empresas privadas.

Milho

Pode-se constatar da análise do gráfico seguinte que a área da cultura do milho atingiu um máximo em 2013, que correspondeu à época em que maior área beneficiada entrou em regadio. Além de ser comumente reconhecido que a cultura do milho é aquela que apresenta maior interesse como cultura de transição do sequeiro para o regadio, os elevados preços de mercado e as boas condições meteorológicas contribuíram para este resultado. Depois de 2013, fruto das quebras de preços de mercado e da existência de culturas mais interessantes, existiu uma diminuição da área, nos anos de 2014 e 2015, tendo a área estabilizado nas campanhas seguintes num valor próximo dos cerca de 4.500 ha.

Gráfico 19 – Evolução da área ocupada por milho no EFMA

ALQUEVA (cont.)

Potencialidades e Desafios

- De acordo com o Programa SISAP, que nos permite saber o potencial agronómico de uma região para uma dada cultura, para o Alqueva (120.000 hectares) considerando a área disponível (livre de culturas permanentes), a área com aptidão para estas culturas é de 38.000 hectares.
- O milho foi a cultura de entrada no regadio para muitos agricultores de sequeiro na região de Alqueva. O facto de coincidir a entrada em funcionamento dos primeiros blocos de rega EFMA, com a alta do preço do milho nos mercados favoreceu o desenvolvimento desta cultura em Alqueva.
- Com as terras virgens de culturas de regadio, associado a bons anos meteorológicos, o milho atingiu, nalgumas situações, produções record (20 t/ha) em Alqueva. Neste momento na nossa região atingem-se médias superiores à média nacional (14 t/ha).

Por outro lado, têm surgido novas culturas de regadio em Alqueva que fazem concorrência ao milho, como é o caso das culturas permanentes, colza, cevada, girassol e horto-industriais.

2.3. OCUPAÇÃO CULTURAL POR REGIÃO

No que respeita à área total de cereais para grão, de acordo com os dados do INE (Estatísticas de produção vegetal), a região do Alentejo representa 46% do total nacional, seguida do Ribatejo e Oeste (17%) e Beira Litoral (12%).

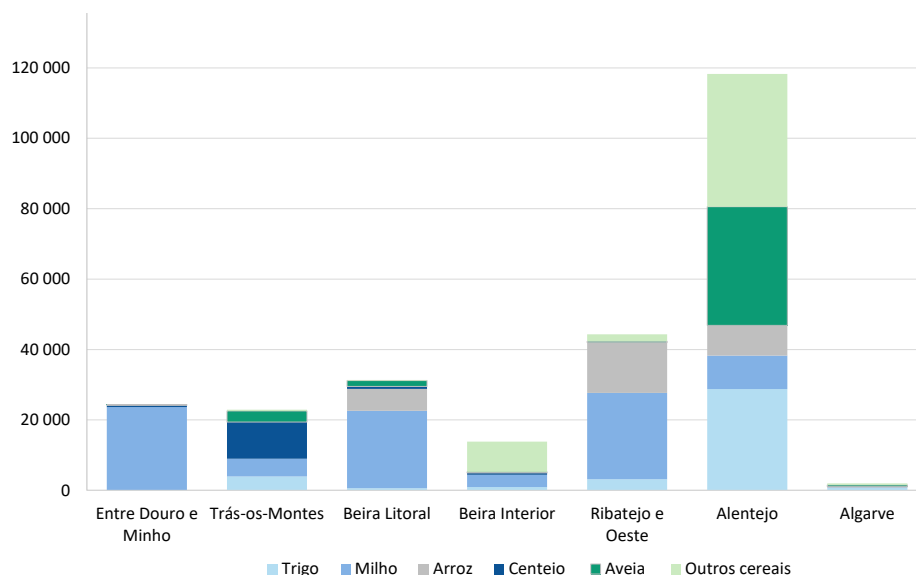
Analisando por cultura, verifica-se que o Alentejo, que é a região mais representativa em termos de área no que respeita aos praganosos (95 % trigo duro nacional, 73% trigo mole, 80 % aveia, 89% cevada), representa apenas 12% do total nacional da área de milho regadio.

Por outro lado, no Ribatejo e Oeste que representa apenas 17% da área total nacional de cereais, inclui 30% da área total de milho nacional, sendo esta a cultura que ocupa maioritariamente esta região (54% do total de cereais da região. Nesta região é ainda de destacar a cultura do arroz, que ocupando 32% da área de cereais da região, representa cerca de 50% da área nacional de arroz.

Na Beira Litoral existe igualmente um grau de especialização elevado, com o milho a representar 70% da área de cereais desta região, correspondendo a quase 25% da área nacional desta cultura. Por sua vez, o arroz representa 20% da área de cereais desta região.

Por fim, em Entre Douro e Minho é de assinalar o predomínio da cultura do milho (97% da área de cereais), e em Trás-os-Montes a importância do centeio, cultura que ocupa metade da área de cereais da região (60% do total nacional desta cultura).

Gráfico 20 – Superfície dos cereais por região agrária em 2016 (ha)



Fonte: GPP a partir de Estatísticas da produção vegetal INE

2.4. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR TIPO DE CULTURA

Em 2016, no número total de explorações com cereais em Portugal (99.675), o milho é a cultura mais representativa (66%), seguido do centeio (12%), da aveia (9%) e do trigo (8%). O arroz representa apenas 1% das explorações de cereais nacionais. Em termos regionais, o Norte integra 50% das explorações de cereais, e o centro 38%, cabendo ao Alentejo apenas 9% do número de explorações.

Nota metodológica

Para a caracterização do mercado de cereais em Portugal os subcapítulos do 2.1 ao 2.3 utilizam os dados por região agrária. Nos que se refere aos subcapítulos 2.4 e 2.5, a informação baseia-se nas NUTS II versão 2013.

A **NUT II Alentejo** inclui, para além da **região Agrária do Alentejo** a **NUT III Lezíria do Tejo**, que pertence à região Agrária Ribatejo e Oeste. A **NUT II Centro** inclui, para além das **regiões Agrárias da Beira Litoral e Interior** a **NUT III Médio Tejo e Oeste**, que pertence à região Agrária Ribatejo e Oeste. A **NUT II Área Metropolitana de Lisboa** corresponde ao remanescente da região Agrária Ribatejo e Oeste. E a **NUT II Norte** corresponde às regiões Agrárias de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes.

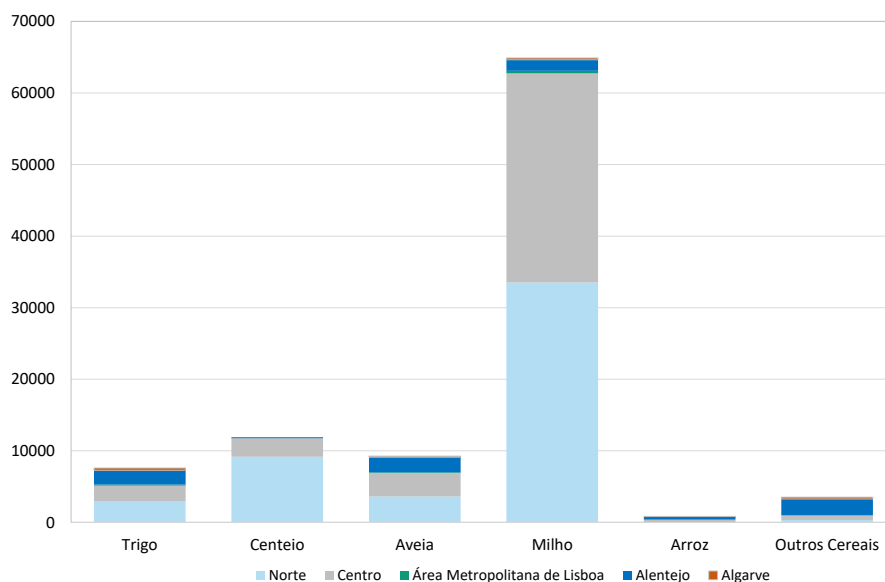
Particularizando as diferentes ocupações culturais, observa-se que as explorações com trigo estão repartidas pelo Norte (37%), Centro (28%) e Alentejo (25%), enquanto o Milho está mais representado em número de explorações no Norte (51%) e Centro (44%), situando-se no Alentejo apenas 2% das explorações com esta cultura. As explorações de Arroz estão praticamente em exclusivo no Alentejo (50%) e Centro (44%).

O Número total de explorações de cereais apresentou uma quebra de cerca de 28% no período 2009-2016, mantendo-se, no entanto, a repartição relativa do número de explorações em termos de culturas.

A nível regional, esta quebra teve maior significado no Centro (-33%), seguido pelo Norte (-24%), e o Alentejo (-20%).

Em termos de ocupação cultural, o arroz apresentou a maior redução do número de explorações (-61%), seguido da Cevada (-40%), e do trigo (-38%), com o milho a representar uma quebra de 27% no número de explorações.

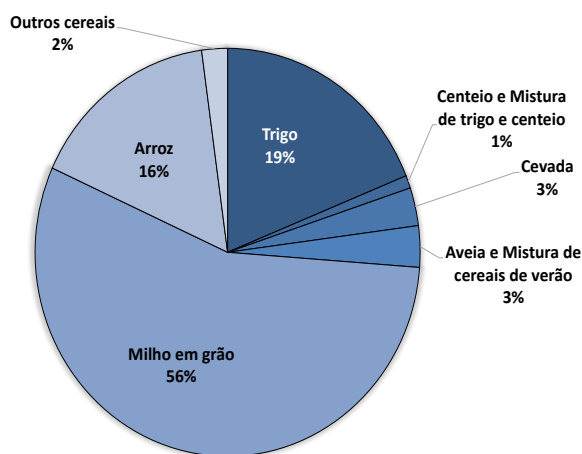
Gráfico 21 – Número de explorações dos cereais por NUTS II em 2016 (Nº)



2.5. IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DOS CEREAIS

Os cereais representam, atualmente, 3,5% da produção agrícola nacional, constituindo o milho em grão a componente com maior peso na produção de cereais (56%), seguida do trigo (19%) e do arroz (16%).

Gráfico 22 - Estrutura da produção de cereais (média 2015/16/17P) (%)



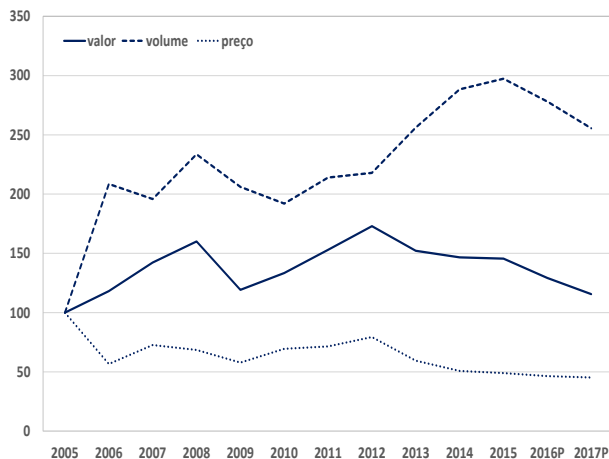
P – valores provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura, INE.

Data de atualização da informação: dezembro de 2017

Entre 2005 e 2016, verificou-se um crescimento da produção de cereais em volume (4,6% ao ano) embora se tenha verificado um crescimento negativo em valor (-1,1% ao ano) devido à evolução negativa dos preços (-5,7% ao ano). Saliente-se o crescimento dos cereais em volume (4,6% ao ano) face à produção agrícola no seu conjunto (0,8% ao ano), para o acentuado crescimento em volume, contribuíram essencialmente a produção do milho em grão e arroz.

Gráfico 23 - Evolução da produção de cereais - valor, volume e preço



P – valores provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura, INE.

Data de atualização da informação: dezembro de 2017

Especificamente, a produção de milho em grão aumentou 2,2% ao ano em volume, no entanto a evolução negativa dos preços (-1,4% ano) atenuou a evolução em valor (0,5% ano). Destaca-se a região do Alentejo que tem vindo a assumir uma maior relevância na produção desta cultura no continente (34% em 2005 e 53% em 2015).

Já a produção de trigo diminuiu em valor (-4,6% ano) em resultado essencialmente da diminuição da produção (-4,2% ao ano).

A produção de arroz aumentou (2,4% ano), contudo, o efeito negativo da evolução dos preços repercutiu-se na evolução em valor (-1,6% ano).

Quadro 1 - Estrutura de produção agrícola, a preços base e respetivas variações

	Estrutura de produção (%)			Taxa de crescimento médio anual - média 1999/01 e média 2015/17P (%)		
	média 2004/05/06	média 2015/16/17	Variação p.p.	Volume	Preço	Valor
Produção do Ramo Agrícola (Preços base)	100,0	100,0		0,8	0,2	1,0
Produção da Agricultura (Preços base)	96,9	97,4	0,4	0,9	0,2	1,1
Produção de Bens Agrícolas	95,0	95,2	0,2	0,9	0,2	1,1
Produção Vegetal	55,6	57,0	1,4	1,3	0,0	1,3
Cereais (inclui sementes)	4,4	3,5	-0,9	4,6	-5,4	-1,1
Trigo	1,2	0,7	-0,6	-4,2	-0,4	-4,6
Centeio e Mistura de trigo e centeio	0,1	0,0	0,0	-3,5	0,6	-2,9
Cevada	0,1	0,1	0,0	-1,5	1,7	0,1
Aveia e Mistura de cereais de verão	0,1	0,1	0,0	27,5	-21,7	-0,2
Milho em grão	2,1	1,9	-0,1	2,2	-1,7	0,5
Arroz	0,7	0,6	-0,2	2,4	-3,8	-1,6
Outros cereais	0,1	0,1	0,0	4,5	-0,6	3,9
Plantas Industriais ¹	1,3	0,7	-0,6	-6,1	2,0	-4,3
Plantas Forrageiras	4,4	3,6	-0,8	1,0	-1,8	-0,8
Vegetais e Produtos Hortícolas	14,6	16,9	2,2	1,3	1,0	2,4
Batatas (inclui sementes)	1,9	1,7	-0,2	-1,4	1,7	0,2
Frutos	14,3	17,3	3,0	2,3	0,5	2,8
Vinho	13,1	11,0	-2,1	-1,1	0,5	-0,6
Azeite	0,8	1,3	0,5	3,9	1,5	5,4
Outros Produtos Vegetais ²	0,7	1,0	0,3	3,9	0,3	4,2
Produção Animal	39,5	38,2	-1,2	0,3	0,4	0,8
Bovinos	8,7	8,2	-0,5	-1,2	1,8	0,5
Suínos	7,8	7,0	-0,8	0,1	0,0	0,0
Ovinos e Caprinos	2,0	1,8	-0,2	-0,5	0,8	0,3
Aves de capoeira	6,0	7,1	1,2	2,3	0,4	2,7
Leite	11,5	9,6	-1,8	-0,5	-0,1	-0,5
Outra produção animal ³	3,6	4,5	0,9	4,4	-1,3	3,1
Serviços Agrícolas	1,9	2,2	0,2	0,0	2,1	2,1
Atividades Secundárias Não Agrícolas (não separáveis)	3,1	2,6	-0,4	-0,8	0,6	-0,3

1 - A componente "plantas industriais" inclui "Sementes e frutos oleaginosos" (e.g. colza, girassol, soja), "Proteaginosas (incluindo sementes)", "Tabaco não manufaturado", "Beterraba sacarina", "Outras plantas industriais" (e.g. plantas fibrosas, lúpulo);

2 - A componente "outros produtos vegetais" inclui "Materiais para entrançar", "Sementes", "Batata-doce", "plantas aromáticas" e "Outros produtos vegetais: outros";

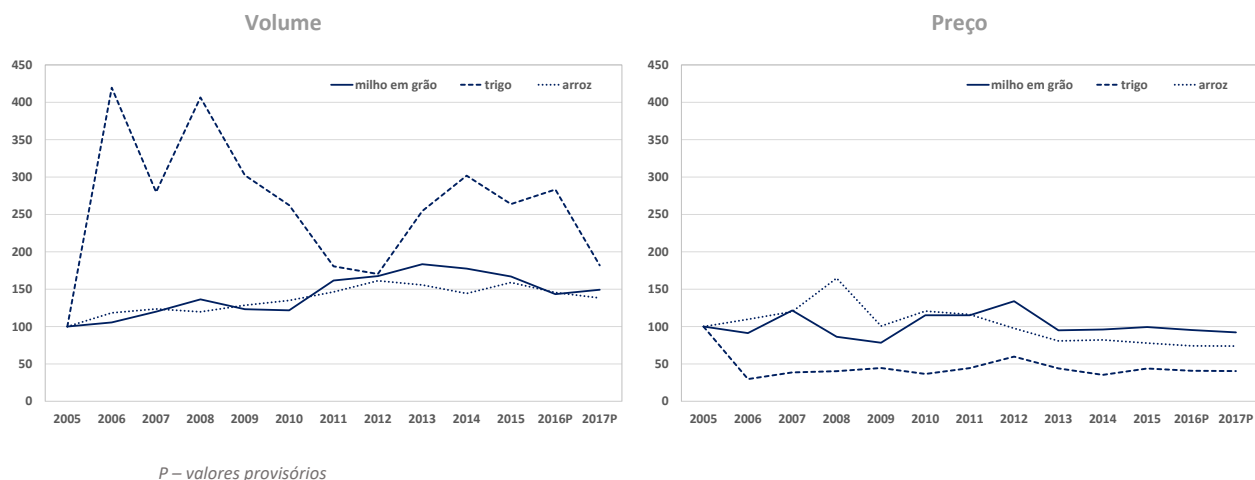
3 - A componente "outra produção animal" inclui "ovos", "mel", "caracóis", "outros produtos animais" (e.g. lã em bruto, casulos de bicho-da-seda), "outros animais" (e.g. equídeos)

P – valores provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura, INE.

Data de atualização da informação: dezembro de 2017

Gráfico 24 - Evolução da produção de milho em grão, trigo e arroz



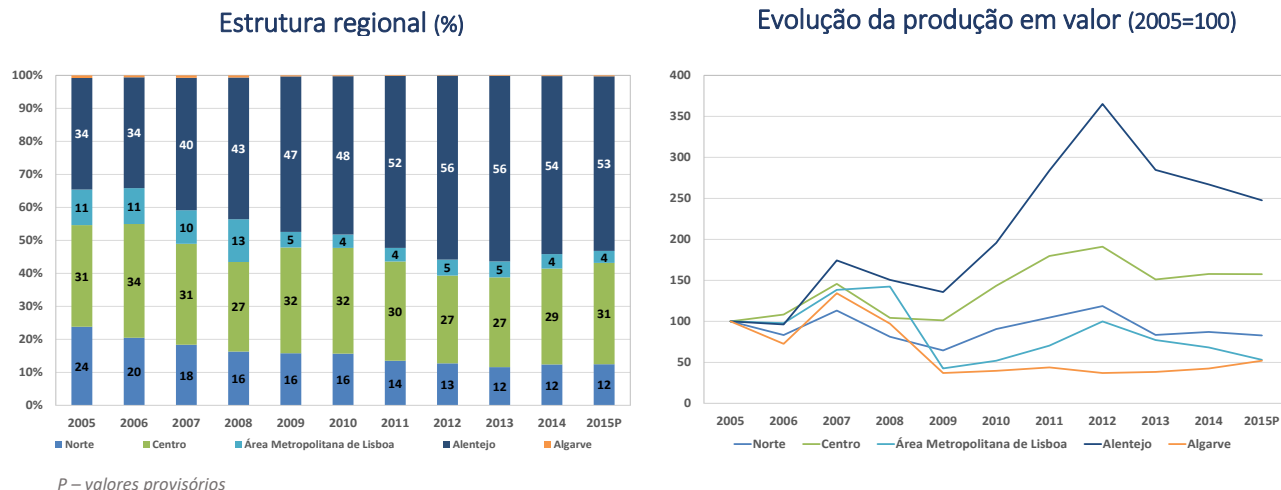
Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura, INE.

Data de atualização da informação: dezembro de 2017

Em termos regionais, a produção de cereais destaca-se na região do Alentejo (63%) seguida da região Centro (22%), não tendo os pesos regionais variado de forma significativa desde 2005. Contudo, relativamente à produção de milho em grão, o Alentejo⁶, que ocupava uma posição similar à da região Centro (34%) em 2005, passou a representar mais de metade da produção deste cereal (51%) em resultado sobretudo do desenvolvimento da área de influência do Alqueva.

Em relação ao trigo o Alentejo surge mais uma vez em destaque com 84% da produção. No que respeita ao arroz, a situação não é muito diferente dos restantes cereais, com o Alentejo a representar 66% da produção, não deixando de salientar a maior representação da área metropolitana de Lisboa na produção de arroz (7% em 2005 face a 16% em 2015).

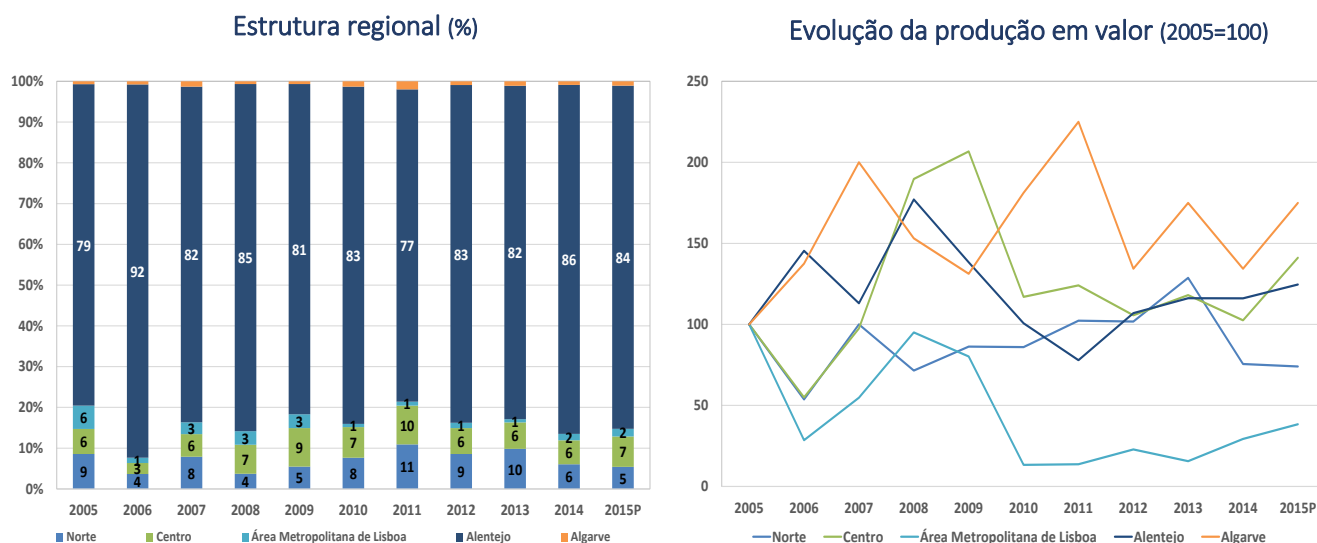
Gráfico 25 – Estrutura regional e produção de milho em grão por NUT II



Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura Regionais, INE.

Data de atualização da informação: dezembro de 2016

Gráfico 26 – Estrutura regional e produção de trigo por NUT II



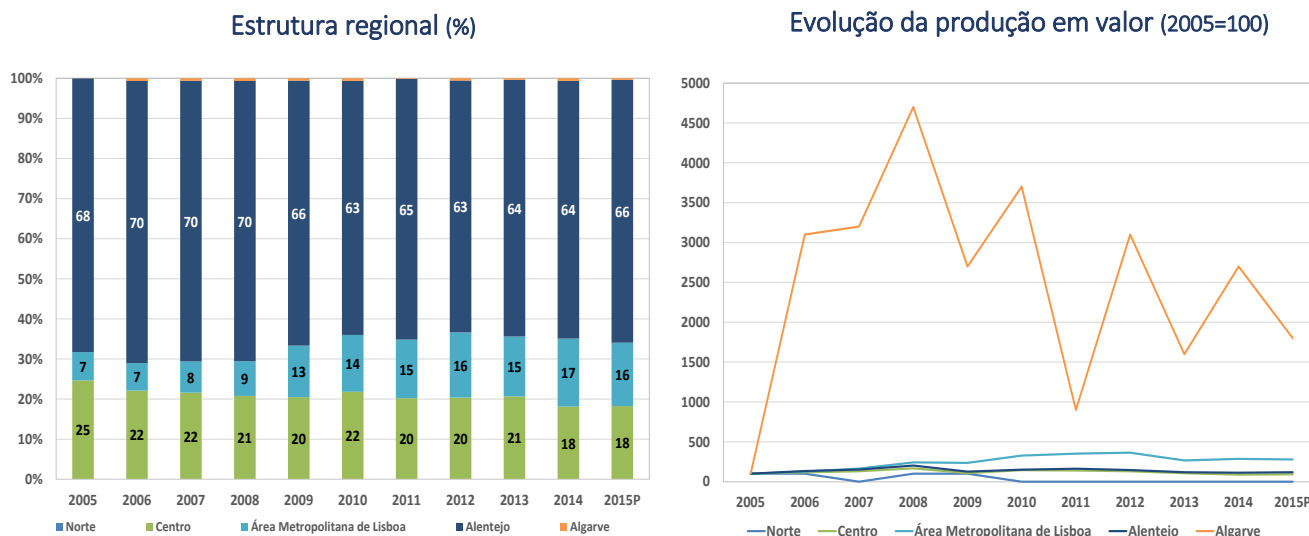
P – valores provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura Regionais, INE.

Data de atualização da informação: dezembro de 2016

Em concreto, a produção de cereais no Alentejo cresceu mais que nas restantes regiões (5,5% ao ano entre 2005 e 2015) registando “picos” de produção, em valor, nos anos 2008 e 2012. Salienta-se o forte crescimento da produção de milho, em valor, no Alentejo no período 2009-2012 (39% ao ano). Já a produção de trigo no Alentejo, após um período de decréscimo da produção entre 2008 e 2011 (-24% ao ano), tem vindo a assumir uma tendência de crescimento (12,5% ao ano entre 2011 e 2015). A produção de arroz, embora mais representada no Alentejo, destacou-se na região da área metropolitana de lisboa onde se verificaram crescimentos significativos (10,8% ao ano entre 2005 e 2015).

Gráfico 27 – Estrutura regional e produção arroz por NUT II



P – valores provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura Regionais, INE.

Data de atualização da informação: dezembro de 2016

3. ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

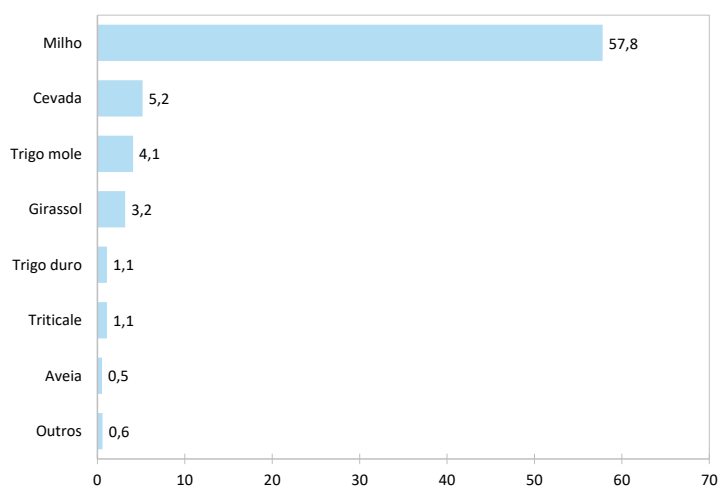
O reconhecimento de organizações de produtores (para todos os setores) encontra-se legalmente estabelecido na Portaria nº 169/2015, de 4 de Junho, entretanto alterada e republicada pela Portaria n.º 25/2016, de 12 de fevereiro.

Do panorama setorial, em termos de número de títulos de reconhecimento à data de janeiro de 2017, pode-se observar que os setores com maior representatividade são o setor hortofrutícola com 50% do número de OP, a carne de bovino com 12% e os cereais incluindo o milho (a seguir abreviadamente designado setor dos cereais)⁷, também com 12%. O setor do arroz representa 5,2% dos reconhecimentos ativos àquela data. Em janeiro 2016 existiam 13 reconhecimentos ativos de organizações de produtores no setor dos cereais e 6 no setor do arroz.

Por região agrária, os reconhecimentos no setor dos cereais estavam distribuídos da seguinte forma: 6 em Lisboa e Vale do Tejo, 6 no Alentejo e 1 reconhecimento na região agrária do Centro. No setor do arroz também 1 OP na região centro, 1 no Alentejo e 4 em Lisboa e Vale do Tejo.

O Valor da Produção Comercializada (VPC), em 2015, por OP no setor dos cereais foi de 73 M€, contra 94,6 M€ no ano anterior, quando estavam ativos 18 reconhecimentos. Apesar deste decréscimo em valor, o VPC médio por OP aumentou ainda assim marginalmente de 5,3 para 5,6 M€ de 2014 para 2015, fixando-se neste ano o grau de organização da produção em OP em 32% face a 37% no ano anterior.

Gráfico 28 - Principais produções comercializadas para o setor dos cereais, oleaginosas e proteaginosas em 2015 (M€)



Fonte: Relatórios anuais das OP, dados declarativos

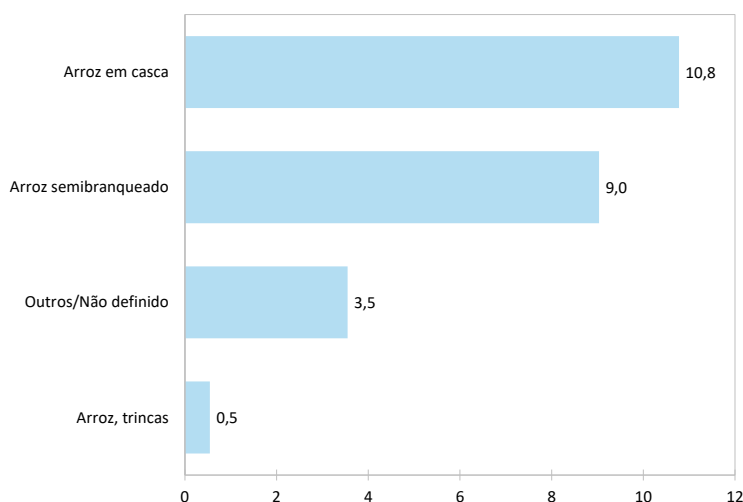
⁷ O grupo de produtos objeto de reconhecimento neste setor inclui ainda as culturas proteaginosas e oleaginosas, que apresentam relativamente pouca expressão em termos de VPC total das OP reconhecidas para este setor (4,4% em 2015)

Nos setor dos cereais, o milho destaca-se largamente como a principal produção, em valor, seguindo-se a cevada e o trigo mole.

Quanto ao setor do arroz, o VPC no ano 2015 foi de 22,2 M€, o que representou uma quebra face a 26,2 M€ em 2014, ano em que estavam reconhecidas 7 OP. Apesar disso, o VPC médio por OP manteve-se em 3,7 M€, tendo, no entanto, o grau de organização da produção em OP descido de 62% para 53%.

Dentro do setor do arroz, o produto com maior VPC é o arroz em casca, que representa 38,9% do VPC total das OP de arroz. No entanto, uma vez que algumas OP desempenham a componente de transformação agroindustrial de descasque e branqueamento, há a considerar também uma importante fatia do VPC para o arroz branqueado/semibranqueado com cerca de 27% do VPC total do setor.

Gráfico 29 - Principais produções comercializadas de arroz em 2015 (M€)



Fonte: Relatórios anuais das OP, dados declarativos

Em comparação com outros setores, o grau de organização da produção dos setores do arroz (50,3%) e dos cereais (31,7%) são os que se situam acima de 30% (subsetor milho 38%), seguindo-se o setor das frutas e produtos hortícolas com 26,6%.

Em janeiro de 2017, embora ainda sem dados disponíveis de valor da produção do ano 2016, tinham sido reconhecidas mais três OP no setor do arroz (APORIZA - Organização de Produtores, A.C.E. e SOPRASADO, Produtores de Arroz do Sado, S.A na região do Alentejo e PORTARROZ - Agrupamento de Produtores de Arroz, A.C.E. em Lisboa e vale do Tejo), o que, conjugado com

uma revogação entretanto ocorrida, elevou para 8 o número de reconhecimentos ativos neste setor.

No setor dos cereais manteve-se em janeiro de 2017 o número de reconhecimentos ativos face ao ano anterior.

Uma análise com base em dados provisórios dos preços médios de arroz (em casca) e cereais comercializados por OP em 2016, em comparação com os preços anuais no produtor publicado pelo INE para 2016, mostra que a comercialização através de OP acrescenta valor ao produto. Assim, o preço médio praticado pelas OP, no arroz foi 3% superior, no milho 4%, na aveia 10% e no trigo mole 12% superior ao preço anual médio publicado pelo INE. Por outro lado, na cevada e no trigo duro o preço médio da comercialização em OP foi apenas igual ou marginalmente superior ao indicador INE atrás referido.

Quanto a produtividades, também com base em dados provisórios declarativos de OP sobre o ano 2016, a análise preliminar comparada com valores médio INE para 2016 para alguns destes produtos, permite concluir que a produtividade física das produções de membros de OP é acima ou bastante acima da média nacional. Em 2016, e ressaltando-se o carácter provisório dos dados, a produtividade média de arroz em OP na ordem de 6,85 t/ha foi superior em 18% à média nacional, e a do milho de 11,88 t/ha, superior em 38% à produtividade do milho grão em regadio. A cevada e o trigo mole, produtividades médias respetivamente de 3,45 t/ha e 3,46 t/ha em OP, destacam-se vez que estes valores são respetivamente 53% e 50% superiores à média nacional (dados provisórios OP, ano 2016).

Capacidades de armazenagem

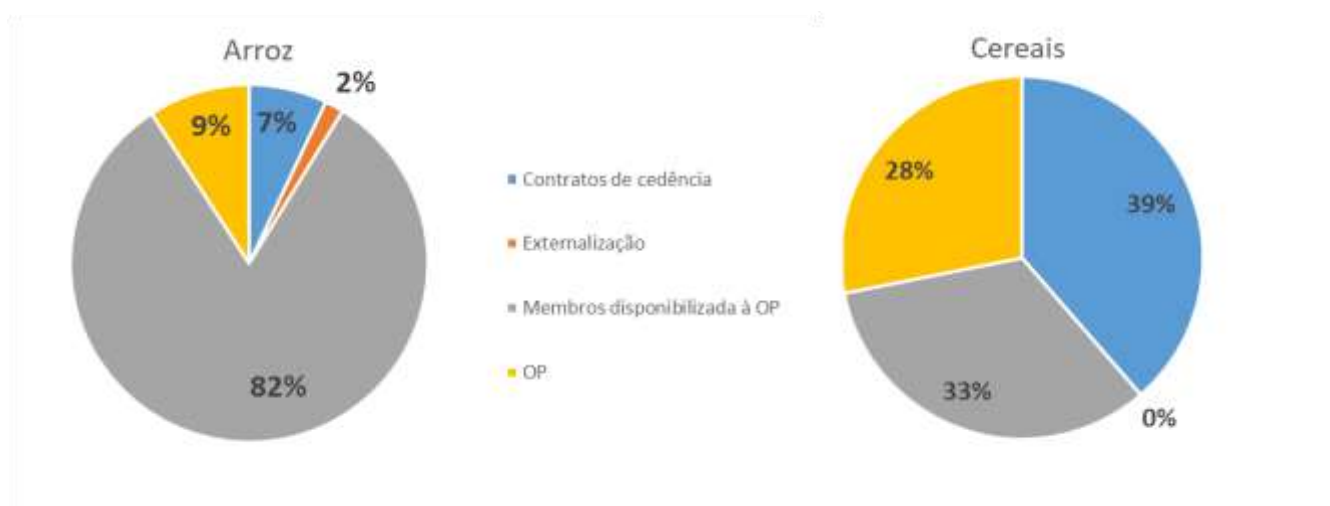
A existência de uma determinada capacidade mínima de armazenagem é um requisito das condições de reconhecimento de organizações de produtores, inscrito no n.º 7 do artigo 3º da Portaria 169/2015, onde se estabelece que a capacidade de armazenagem deve ser igual ou superior a 40% do volume médio da produção comercializada, considerados os três anos anteriores.

Para esse feito pode ser contabilizada a capacidade de armazenagem detida pelos membros da OP, desde que seja objeto de contrato ou acordo escrito, ou a capacidade de armazenagem detida por via de contratos de arrendamento ou de comodato reduzidos a escrito com não membros da organização de produtores.

Dos dados disponíveis para análise, que incluem as regiões do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo, no setor dos cereais e no setor do arroz, constata-se a capacidade de armazenagem atinge cerca de 400 mil toneladas, valor que é ligeiramente superior à produção total de cereais em OP no ano de 2016 (dados provisórios de produção), contabilizando-se aqui apenas os cereais praganosos (aveia, cevada, trigo duro, trigo mole e triticale) e o milho.

Por forma de detenção, nos cereais predomina os contratos de cedência (39% em volume), incluindo contratos com silos do Estado, enquanto no arroz é a capacidade detida por membros da OP que é predominante (82%), como se pode observar nos gráficos seguintes. Por comparação entre os dois setores é de realçar que no caso dos cereais a capacidade detida pelas próprias OP tem já um peso significativo (28%), por oposição com o setor do arroz em que as OP detêm apenas 9% da capacidade instalada.

Gráfico 30 - Formas de detenção de capacidade de armazenagem (%)



Fonte: Relatórios anuais das OP, dados declarativos

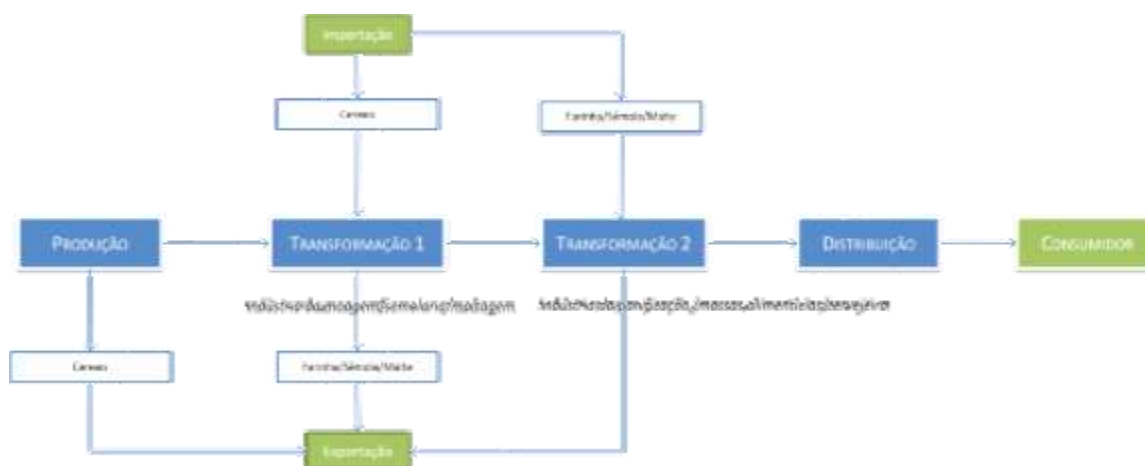
No setor do arroz a capacidade de armazenagem das OP reconhecidas em Portugal ronda 75% da produção em OP de arroz *paddy* (comparação com dados provisório de produção, 2016), ou cerca de 42% do total da produção nacional de arroz.

4. A FILEIRA

Fileira dos cereais praganosos

De uma forma simplificada, a fileira do trigo panificável inicia-se com a **produção de trigo mole**. O trigo mole destina-se sobretudo à **indústria da moagem** onde é transformado em farinha (1ª transformação). A farinha, na sua maioria nacional, é transportada para a **indústria da panificação** e transformada em pão e outros bens (2ª transformação), que são posteriormente fornecidos ao comércio e vendidos ao consumidor. O **trigo duro** destina-se sobretudo à **indústria das massas alimentícias** onde é transformado em **sêmola** numa 1ª transformação, e posteriormente transformada em massa (2ª transformação). A **cevada dística** destina-se à **indústria cervejeira**, sendo previamente objeto de um 1ª transformação em **malte**. É de sublinhar os recursos disponíveis de cereais praganosos são essencialmente importados.

Figura 6 - Esquema da fileira dos cereais praganosos



Os cereais de origem nacional destinam-se, na sua maioria, ao mercado interno, como matéria-prima das indústrias alimentares.

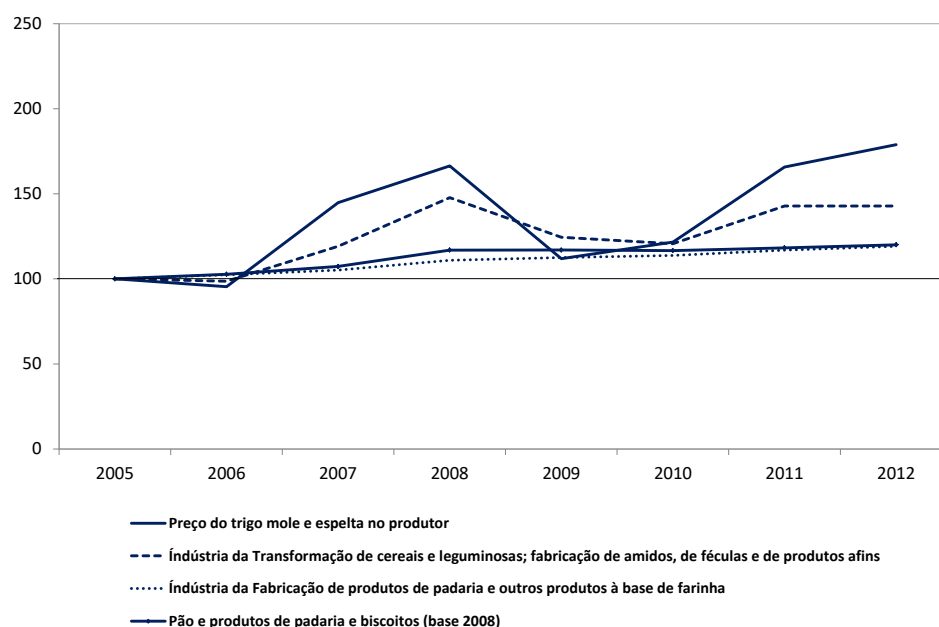
Em particular no caso da fileira do trigo, a **grande volatilidade dos preços ao produtor** reflete-se na indústria de moagem mas dilui-se à medida que se caminha para jusante, em consonância com a diminuição da proporção do seu custo nos custos intermédios da indústria (panificação) e da distribuição.

Assim, **as alterações verificadas nos preços pagos ao produtor não se refletem nos preços ao consumidor dos produtos à base de transformados de trigo**, que se apresentaram estáveis no período em observação.

Embora os preços dos consumos intermédios tenham algum efeito sobre o preço no produtor⁸, o preço de venda do trigo no mercado interno é determinado pelos preços internacionais, funcionando o país como tomador de preços.

O trigo e a respetiva farinha constituem alguns dos principais custos de produção da indústria da moagem e da panificação, respetivamente. Sendo que o trigo utilizado pela indústria da moagem provém predominantemente do exterior pelo que a evolução do preço na indústria será assim influenciada pelo comportamento do preço mundial dos cereais, e do trigo em particular, que tem apresentado grande volatilidade. Já a farinha de trigo que é utilizada pela indústria da panificação é maioritariamente de origem nacional, o preço da indústria estará, assim, relacionada com o preço farinha da indústria da moagem.

Gráfico 31 - Índices de preços da fileira do trigo no produtor, indústria e consumidor



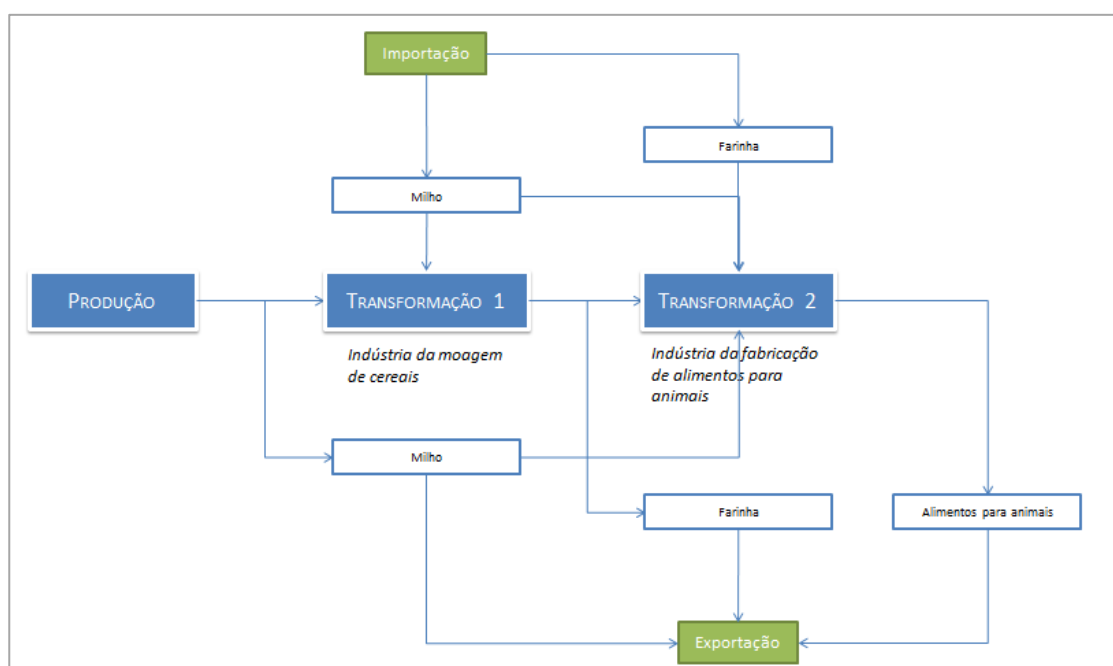
Fonte: GPP, a partir de INE

⁸ De acordo com o 4º relatório Índices de Preços na Cadeia de Abastecimento Alimentar (GPP, 2014) verificou-se uma evolução aproximada do preço do trigo no produtor e do preço dos fertilizantes, um dos consumos intermédios com maior peso na estrutura de custos da produção.

Fileira do milho

De forma simplificada, o milho pode destinar-se ao **produtor pecuário**, onde é consumido diretamente na exploração (alimento simples), à **indústria da moagem**, onde é transformado em farinha (simples ou composta) ou sêmolas de cereais, ou à **indústria da fabricação de alimentos para animais**. A produção nacional de milho assegura um terço das necessidades internas. Neste último caso, o milho e a farinha/sêmolas, resultantes respetivamente da produção de milho e da indústria da moagem, podem ser utilizados na fabricação de alimentos para animais.

Figura 7 - Esquema da fileira do milho – alimentação animal

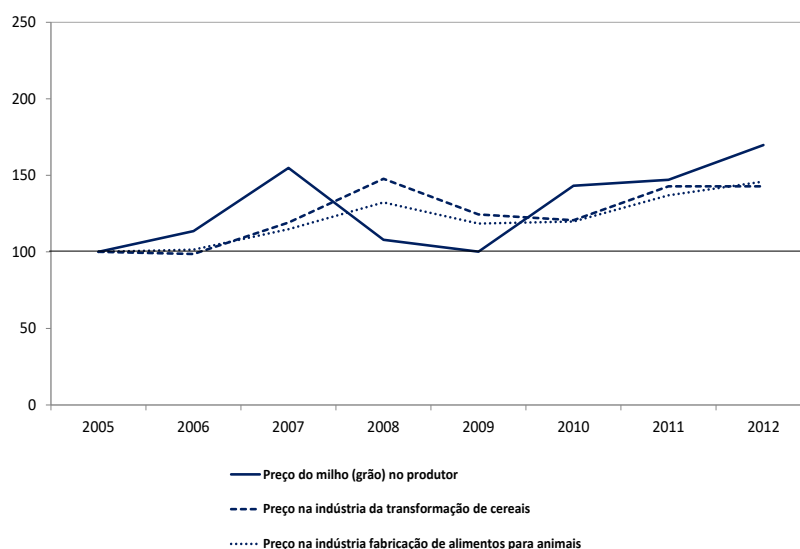


Fonte: GPP

A volatilidade dos preços no produtor do milho repercute-se nas indústrias a jusante (indústrias de moagem e de alimentos para animais), embora de modo atenuado, em particular nos movimentos descendentes.

Constituindo o milho um dos principais custos de produção da indústria da moagem e da fabricação de alimentos para animais, dado que provém maioritariamente do mercado externo, a evolução do preço nas indústrias (moagem e fabricação de alimentos para animais) poderá estar relacionada com o comportamento do preço mundial dos cereais, que tem apresentado grande volatilidade. Os preços nas indústrias de moagem e de alimentos para animais evoluíram de forma similar, apresentando uma forte correlação.

Gráfico 32 - Índices de preços da fileira do milho no produtor e indústria



Fonte: GPP, a partir de INE

Fileira do arroz

A fileira do arroz tem início com a **produção de arroz em casca**. O arroz em casca (nacional e importado⁹) destina-se sobretudo à **indústria do descasque, branqueamento e glaciagem** onde é descascado branqueado e glaciado, e posteriormente fornecido à distribuição e vendido ao consumidor¹⁰. A indústria absorve praticamente toda a produção nacional de arroz em casca. O setor agrícola assegura 91% das necessidades de arroz em casca e 60% de arroz em película.

Figura 8 - Esquema da fileira do arroz



Fonte: GPP.

⁹ 91% dos recursos disponíveis de arroz em casca são produção nacional (GPP, a partir de Estatísticas Agrícolas 2012 INE).

¹⁰ 91% dos recursos disponíveis de arroz branqueado e semi-branqueado são produção nacional (GPP, a partir de Estatísticas Agrícolas 2012 - INE).

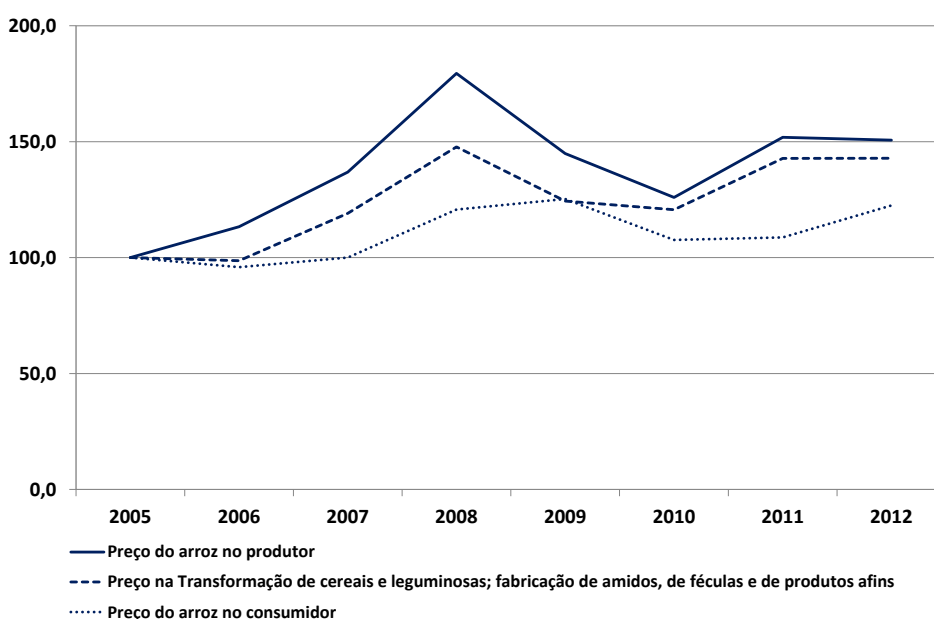
Existe uma grande volatilidade dos preços internos ao nível da produção que se vai diluindo à medida que se caminha para jusante¹¹.

Embora o preço no produtor reflita de algum modo os preços dos consumos intermédios, o preço parece ser determinado fundamentalmente pelos preços internacionais, funcionando o país como tomador de preços, o que constitui um fator de risco bem expresso pela volatilidade observada.

O arroz em casca e o arroz em película são dos consumos intermédios com maior peso na indústria do descasque, branqueamento e glaciagem. Acresce que, aproximadamente 9% do arroz em casca e 40% do arroz em película é importado pela indústria. Sendo assim, a evolução do preço na indústria será influenciada em parte pelo comportamento do preço do arroz em casca e, sobretudo, em película do exterior que tem apresentado alguma volatilidade.

Os preços do arroz no consumidor apresentaram alguma estabilidade refletindo essencialmente a inflação mas repercutindo os movimentos ascendentes mais pronunciados dos preços na produção e na indústria.

Gráfico 33 - Índices de preços da fileira do arroz no produtor, indústria e consumidor



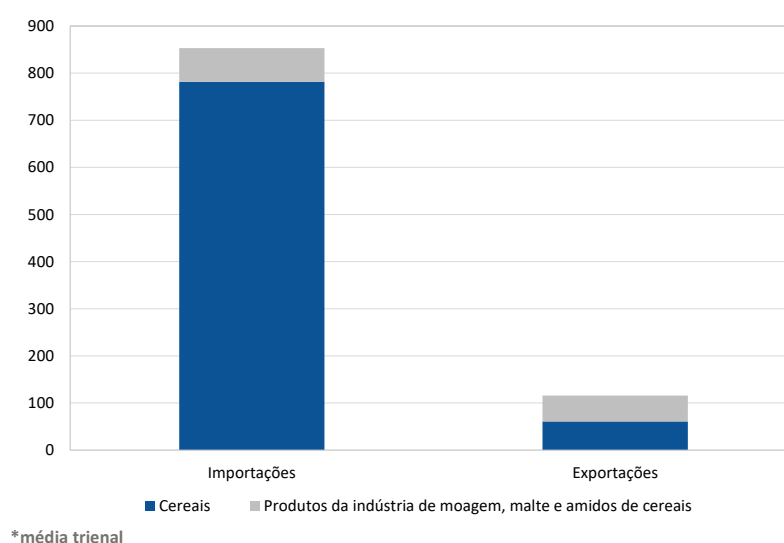
Fonte: GPP, a partir de INE

¹¹ De acordo com o 5º relatório Índices de Preços na Cadeia de Abastecimento Alimentar (GPP, 2014)

5. COMÉRCIO INTERNACIONAL DO SETOR DO CEREAIS

Os cereais e os produtos da indústria de moagem representaram, em média no triénio 2015, cerca de 853,2 M€ de importações o que representa 11% das importações agroalimentares e 1,2% do total de importações de bens e serviços da economia, sendo essencialmente constituídas por produto não transformado (782 M€). As exportações assumiram 115,7 M€ representando 2,2% das exportações agroalimentares e 0,2% do total de exportações de bens e serviços da economia. O saldo comercial deficitário (-737,5 M€) representa 1/4 défice agroalimentar.

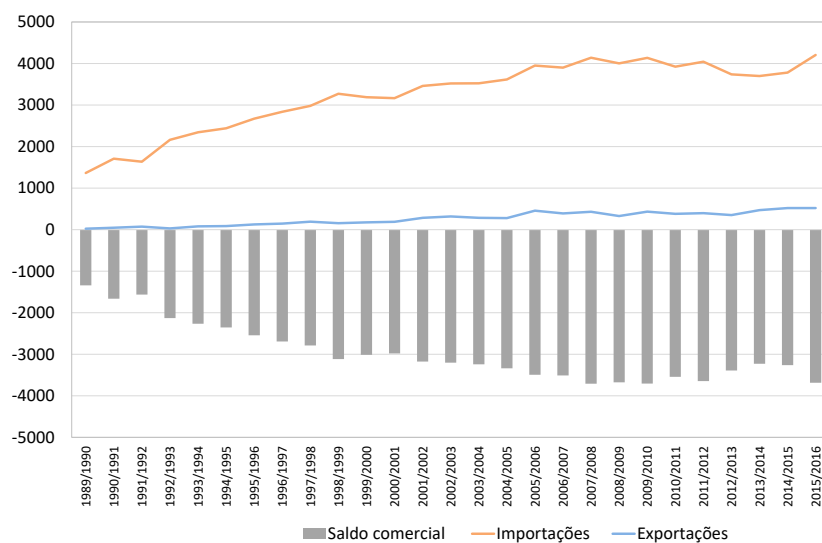
Gráfico 34 – Importações e exportações dos cereais e produtos de indústria de moagem 2015*(M€)



Fonte: GPP, a partir de INE

As importações de cereais em quantidade, no período 1992 a 2016, apresentaram um crescimento significativo de 148% (3,8% ao ano), passando de 1,6 milhões de toneladas em 1992 para 3,9 milhões de toneladas em 2016. O crescimento substancial das exportações de cereais, no entanto pouco significativas face ao volume importado, de 48 mil toneladas para 503 mil toneladas, não se repercutiu no saldo comercial que se tornou mais deficitário, passando de 1,5 milhões de toneladas para 3,4 milhões. A última década tem vindo a apresentar uma estabilidade. Este volume de exportações inclui todos os produtos que contenham cereais (produtos base e transformados) sendo a quantidade de produtos transformados convertida em cereal através de um fator de conversão definido a nível da UE. Assinala-se a título de exemplo o caso do trigo, com uma produção de cerca de 80 mil toneladas as exportações atingiram 294 mil toneladas em 2015 sendo que estas deverão corresponder sobretudo a trigo incorporado no produto transformado.

Gráfico 35 - Evolução de exportações, importações e saldo comercial de cereais 1990-2016 (1000 ton)



Fonte: GPP, a partir de INE

As importações de trigo e milho compõem a grande parte das importações de cereais (82% triénio 2015). Tendo-se mantido, no período 2008-2015 uma certa estabilidade e, termos globais, verificou-se uma substituição das importações de trigo (-36M€) por milho (+41M€). Saliente-se o aumento das exportações de arroz, que passou a representar cerca de 58% das exportações de cereais, tendo esta situação sido o reflexo da exportação para a Turquia em 2015, devido a uma situação conjuntural de excesso de arroz carolino armazenado.

Quadro 2 - Evolução estrutural do comércio internacional de cereais por produto

	Importações			Exportações		
	Triénio 2008	Triénio 2015	Evolução (M€)	Triénio 2008	Triénio 2015	Evolução (M€)
Trigo	319.6	283.8	-35.8	14.9	6.0	-8.9
Centeio	5.3	5.6	0.3	0.0	0.0	0.0
Cevada	66.5	59.6	-6.9	4.3	3.6	-0.6
Aveia	2.6	4.0	1.4	0.6	0.5	-0.1
Milho	316.1	357.1	41.1	15.6	14.3	-1.2
Arroz	54.0	63.4	9.4	8.4	35.5	27.1
Sorgo de grão	10.8	1.7	-9.2	0.8	0.1	-0.7
Outros cereais	11.4	6.5	-4.9	1.4	0.8	-0.6
Total de cereais	786.4	781.7	-4.7	46.0	60.9	14.9

Fonte GPP a partir de INE-Base dados Comércio Internacional

Entre os períodos em análise, França e Espanha continuam a ser as principais origens das nossas importações de cereais. Neste período verificou-se a saída dos países da América do Sul (Argentina e Brasil) substituídos pela Ucrânia e Canadá na lista dos principais parceiros (o milho é o principal responsável pela alteração).

Quadro 3 – Principais parceiros comerciais: evolução do Top 5 de importações de cereais

Posição	Triénio 2008 (País; €, %)			Triénio 2015 (País; €, %)		
	País	Valor	(%) do total	País	Valor	(%) do total
1	França	196 349 520	25,0	França	160 362 077	20,5
2	Espanha	101 837 111	13,0	Espanha	122 238 533	15,6
3	Argentina	86 710 207	11,0	Ucrânia	115 023 036	14,7
4	Brasil	75 742 731	9,6	Canadá	57 597 690	7,4
5	Reino Unido	58 611 615	7,5	Reino Unido	49 959 019	6,4
Total top 5		519 251 184	66,0	Total top 5	505 180 355	64,6
Total		786 386 486	100,0	Total	781 721 694	100,0

Fonte: GPP, a partir de INE

Quadro 4 – Principais parceiros comerciais: evolução do Top 3 de exportações de cereais

Posição	Triénio 2008 (País; €, %)			Triénio 2015 (País; €, %)		
	País	Valor	(%) do total	País	Valor	(%) do total
1	Espanha	33 629 075	73,1	Espanha	27 427 263	45,0
2	Venezuela	3 362 705	7,3	Turquia	6 453 053	10,6
3	França	2 722 080	5,9	França	6 119 884	10,1
Total top 3		39 713 860	86,3	Total top 3	40 000 200	65,7
Total		46 014 471	100,0	Total	60 888 357	100,0

Fonte: GPP, a partir de INE

6. MEDIDAS DE APOIO AO SETOR DOS CEREAIS EM PORTUGAL

6.1. PRIMEIRO PILAR DA PAC

A última reforma da PAC de 2013 introduziu no quadro dos pagamentos diretos aos agricultores, um conjunto de novos regimes que visam dar resposta aos desafios económicos, ambientais e territoriais com que agricultura europeia se defronta.

Neste sentido, a atual arquitetura da PAC contempla a nível nacional, os seguintes regimes:

- Regime de pagamento base (RPB);
- Regime da pequena agricultura (RPA);
- Pagamento para as práticas benéficas para o clima e ambiente (*Greening*);
- Pagamento para os jovens agricultores;
- Apoio associado voluntário;
- Pagamento redistributivo a partir do ano 2017.



Em Portugal, relativamente à convergência interna do pagamento base, foi decidido:

- Aplicação do modelo de convergência parcial com aproximação a 1/3 de 90% da média a atingir gradualmente por etapas até 2019, incluindo montante mínimo por hectare estabelecido em 60% do pagamento base médio por hectare;
- Aplicação da limitação de 30% das perdas de pagamento base ao nível do agricultor face a 2015;

- Integração no valor de referência inicial dos montantes individuais recebidos pelos agricultores a título do apoio à qualidade do artigo 68.º:
 - Totalidade do apoio - Melhoria da qualidade dos produtos agrícolas nos setores dos cereais (incluindo trigo duro), oleaginosas, proteaginosas, azeite e azeitona de mesa (art. 68º do R. 73/2009);
 - Parte do apoio (48,6%) - Prémio por vaca em aleitamento + Melhoria da qualidade dos produtos agrícolas no setor da carne de bovino (art. 68º);
- Pagamento *greening* em função do nível de pagamento base, com o objetivo de mitigar a convergência interna, apoiando mais as explorações com maior custo de adaptação ao *greening*.

Assim, a partir de 2015, com a nova reforma da PAC, os produtores de cereais que beneficiavam do apoio no âmbito do Regime de Pagamento Único, continuaram a poder beneficiar do regime de pagamento de base:

- Regime de pagamento de base (RPB) para os agricultores que beneficiaram do apoio no âmbito do Regime de Pagamento Único (RPU), desde que sejam agricultores ativos, se tenham candidatado ao regime em 2015, e desde que tenham tido direito a receber pagamentos diretos em 2013, ou que não tendo direitos de RPU, a título de propriedade ou arrendamento, tenham apresentado pedido único em 2013;
- Acesso à reserva nacional de direitos a pagamento RPB para os agricultores que se instalem pela primeira vez como jovens agricultores ou como agricultores em início da atividade agrícola desde que, sejam agricultores ativos, e demonstrem nível de formação mínima;
- Foi decidido com efeitos a partir da campanha de 2017, reforçar o apoio forfetário aos participantes no regime da pequena agricultura, de 500€ para 600€, introduzir o pagamento redistributivo através de uma majoração de 50€ a conceder a um máximo de cinco primeiros hectares, e introduzir um limite máximo de apoio direto nos 300.000 €, descontando no processo de cálculo os encargos com o emprego relacionado com a atividade agrícola;
- Pagamento para os jovens agricultores que não tenham mais 40 anos de idade, podendo candidatar-se a este pagamento pessoas singulares ou coletivas que se instalem pela

primeira vez numa exploração agrícola na qualidade de responsáveis da exploração ou se instalaram já como tal num período de cinco anos anterior à primeira apresentação de um pedido ao abrigo do regime de pagamento de base e demonstrem formação adquirida;

- Pagamento *greening* para agricultores com direitos RPB, desde que respeitem em toda a superfície elegível da exploração, as práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente, nomeadamente a prática de diversificação de culturas, de manutenção dos prados permanentes e de superfícies de interesse ecológico, ou em alternativa o regime de certificação ambiental, este último a partir de 2016.
- Regime nacional de certificação ambiental:

O regime nacional de certificação ambiental, de adesão voluntária, aplicável às explorações agrícolas especializadas na cultura de milho ou na cultura de tomate para indústria a partir de 2016, é constituído pelas práticas agrícolas do *greening* – manutenção dos prados permanentes, superfície de interesse ecológico e por uma prática equivalente à diversificação de culturas - «Cobertura do solo durante o inverno».

A exigência de cobertura do solo no período de outono-inverno aplica-se sobre a totalidade parcelas de terra arável da exploração, através da instalação de uma cultura semeada, estreme ou consociada, utilizando para o efeito espécies identificadas.

No caso das explorações especializadas na cultura do milho, a sementeira da cultura de cobertura do solo deve ser realizada até 31 de outubro do ano do Pedido Único, admitindo-se que a sementeira seja realizada em data posterior limitada a 15 dias após a data de colheita do milho. A destruição, colheita ou incorporação da cultura de cobertura só é autorizada a partir de 15 de março do ano seguinte ao ano a que respeita o Pedido Único.

Com efeitos a partir de 2017, para a cultura do tomate para indústria foi decidido proceder à antecipação em quinze dias da data limite de sementeira e da data de destruição da cultura de cobertura.

- Pagamento específico por superfície ao arroz:

Os produtores de arroz podem beneficiar do pagamento específico por superfície ao arroz, pagamento esse que tem como objetivo assegurar um aprovisionamento estável à indústria local de transformação, que permita manter um certo nível de produção específico e evitar

situações disruptivas no setor que conduzam ao abandono da atividade. O valor unitário indicativo deste apoio é de 194€/ha, sendo o envelope financeiro anual no valor de 6 M€.

O pagamento específico por superfície ao arroz é atribuído anualmente aos agricultores que semeiem ou plantem, o mais tardar até 30 de junho, arroz em terrenos sistematizados especificamente para esta cultura, utilizando o alagamento como método exclusivo de irrigação, e que mantenham a cultura pelo menos até ao início de estágio de grão leitoso em condições normais de crescimento.

O setor dos cereais e do arroz beneficia ainda de um conjunto importante de apoios de natureza agroambiental e de apoio à manutenção da atividade agrícola em zona desfavorecida.

Com base em informação do Pedido Único de 2015, a área total de cereais para grão é de 258 706 hectares, dos quais:

- Milho - 78 600 hectares (Orientação Arvenses Regadio - 39%; Orientação Policultura - 21%; Orientação Mistas - 14%)
- Aveia - 49 700 hectares (Orientação Outros Ruminantes - 19%; Orientação Mistas - 18%; Orientação Bovinos de Carne Extensivos - 18%; Orientação Arvenses sequeiro - 16%; Orientação Policultura - 14%)
- Trigo - 35 800 hectares (Orientação Arvenses Sequeiro - 32%, Orientação Mistas - 17%; Orientação Policultura - 16%)
- Arroz - 29 000 hectares (Orientação Arroz - 68%; Orientação Mistas - 11%)
- Triticale - 21 600 hectares (Orientação Bovinos Carne Extensivos - 22%; Orientação Mistas - 21%; Orientação Outros Ruminantes - 19%; Orientação Arvenses Sequeiro - 18%)
- Cevada - 20 100 hectares (Orientação Arvenses Sequeiro - 39%, Orientação Mistas - 15%; Orientação Policultura - 11%)
- Centeio - 15 200 hectares (Orientação Policultura - 29%; Orientação Mistas - 17%; Orientação Outros Ruminantes - 17%; Arvenses Sequeiro - 14%)
- Sorgo - 7 000 hectares (Orientação Outros Ruminantes - 22%; Orientação Mistas - 20%; Orientação Bovinos Carne Extensivos - 14%; Orientação Bovinos Leite - 12%)
- Outros Cereais - 1 600 hectares (Orientação Policultura - 33%; Orientação Mistas - 23%; Orientação Arvenses Regadio - 11%; Orientação Arvenses Sequeiro - 10%).

6.2. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL PRODER 2007 -2013

6.2.1. INVESTIMENTOS EFETUADOS AO NÍVEL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

O apoio ao investimento no setor dos cereais e arroz Programa de Desenvolvimento Rural do continente para o período 2007-2013 (PRODER) foi promovido através da ação 1.1.1 – Modernização e capacitação das empresas, quer relativamente ao investimento nas explorações agrícolas (componente 1), quer para a transformação e comercialização de produtos agrícolas (componente 2).

No âmbito do investimento nas explorações agrícolas (componente 1) foram apoiadas, em modo de produção convencional, 126 explorações especializadas em cereais (exceto arroz), plantas oleaginosas e plantas proteínicas, o que representou 3,1% do total das explorações apoiadas no PRODER, representando 2,3% de investimento (28,9 M€). Em modo de produção biológico, foram apoiadas 39 explorações com atividade agrícola “combinação de diversas culturas arvenses”, o que representou 9% do total das explorações e um investimento total de 3,6 M€.

Quadro 5 - Investimentos nas explorações agrícolas (ação 1.1.1- componente 1) – Pedidos de Apoio apoiados

Atividade agrícola	Pedidos de Apoio		FEADER		Despesa Pública		Investimento	
	Nº	%	mil euros	%	mil euros	%	mil euros	%
<i>Modo de produção convencional</i>								
Explorações especializadas cerealicultura (exceto arroz), plantas oleaginosas e plantas proteínicas	126	3,1	7 509	2,7	8 944	2,6	28 866	2,3
Total	4 049	100,0	279 959	100,0	346 925	100,0	1 254 784	100,0
<i>Modo de produção biológico</i>								
Explorações com combinação de diversas culturas arvenses	39	9,0	898	5,5	1 080	5,2	3 585	5,0
Total	432	100,0	16 283	100,0	20 809	100,0	72 276	100,0

Fonte: PRODER - Relatório de encerramento 2007/2015

O investimento nas explorações, especializadas no setor cereais, oleaginosas e proteaginosas apoiado, foi na sua maioria para “máquinas e equipamentos” representou cerca 62,6% do total investimento apoiado.

Quadro 6 - Investimento apoiado no setor cereais, oleaginosas e proteaginosas, por rubrica de investimento, na Modernização e capacitação das empresas (ação 1.1.1 – componente 1)

Rubrica	Cereais, oleaginosas e proteaginosas
Captação de água	2,1
Compra de terrenos	0,0
Cumprimento de novas normas	0,0
Edifícios e outras construções	2,1
Electrificação	2,1
Energias renováveis	2,9
Estufas ou outras estruturas	2,1
Instalações animais	0,2
Investimentos ambientais	0,6
Máquinas e equipamentos	62,6
Melhoramentos fundiários	12,5
Plantações	2,3
Rede de rega	8,4
Outros investimentos	2,1
Total	100,0

Fonte: PRODER - Relatório de encerramento 2007/2015

A área contratada em investimentos nas explorações agrícolas (ação 1.1.1 – componente 1) proveniente da atividade agrícola “cereais, oleaginosas e proteaginosas” representou 13% (44 mil hectares) do total de área com apoio ao investimento.

Quadro 7 - Composição da SAU das explorações contratadas em investimentos nas explorações agrícolas (ação 1.1.1 - componente 1)

Atividade agrícola	Área contratada	
	ha	%
Cereais, oleaginosas e proteaginosas	44 295	12,6
Total	350 376	100,0

Fonte: PRODER - Relatório de encerramento 2007/2015

No âmbito do apoio à transformação e comercialização (ação 1.1.1 – componente 2), no setor dos cereais houve 16 pedidos de apoio (2% do total), sendo o investimento de 22,8M€. O PRODER apoiou 14 mil hectares na instalação de jovens agricultores, no setor cereais, oleaginosas e proteaginosas, representando 8,5% da área afeta aos jovens agricultores.

Quadro 8 – Pedidos de apoio na transformação e comercialização de produtos agrícolas no setor dos cereais (ação 1.1.1- componente 2)

	Pedidos de apoio		Investimento proposto	
	Nº	%	mil euros	%
Cereais	16	2,0	22 781	1,9
Total	806	100,0	1 214 013	100,0

Fonte: PRODER - Relatório de encerramento 2007/2015

Quadro 9 – Área contratada dos pedidos de apoio à instalação de jovens agricultores (acumulado) no setor cereais, oleaginosas e proteaginosas (ação 1.1.3)

Jovens Agricultores	Área contratada	
	ha	%
Cereais, oleaginosas e proteaginosas	14 192	8,5
Total	166 222	100,0

Fonte: PRODER - Relatório de encerramento 2007/2015

6.3. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL PDR2020

O PDR 2020 é o principal instrumento de política pública para possibilitar o aumento da capacidade de gerar valor acrescentado pelo setor agroflorestal, assegurar condições que permitam melhorar a gestão sustentável dos recursos e viabilizar o tecido produtivo e social nas zonas rurais.

A promoção do investimento em infraestruturas, modernização e em tecnologias mais eficientes de regadio, é um dos motores de desenvolvimento e competitividade das explorações agrícolas, devendo o mesmo ser promovido de uma forma sustentável, quer através da proteção da qualidade da água, quer através do seu uso eficiente. No contexto do PDR2020 procura-se, assim, através do apoio às ações de investimento na exploração agrícola e infraestruturas coletivas promover a adoção de processos e técnicas inovadoras e eficientes nesta matéria.

No âmbito do apoio à exploração agrícola, privilegia-se o apoio a práticas inovadoras através da promoção do investimento no desenvolvimento, na adoção de tecnologias mais eficientes priorizando critérios relacionados com a melhoria da fertilidade do solo, da utilização de tecnologias de precisão e da melhoria de eficiência energética.

Assumem igualmente particular relevância os instrumentos de apoio à Instalação de Jovens Agricultores, quer enquanto fator de rejuvenescimento do setor, quer enquanto apoio à instalação de agentes com maior potencialidade de empreendedorismo e inovação nos territórios.

O PDR 2020 prevê um conjunto alargado de apoios de natureza agroambiental, desde ações de natureza holística como a Produção Integrada e a Agricultura Biológica, até ações que visam a proteção de recursos específicos como sejam as ações de conservação do solo e do uso eficiente da água.

É também dada especial relevância ao reforço da Organização da Produção, assegurando condições que permitem apoiar a criação de Agrupamentos e Organizações de Produtores agrícolas e florestais, apoio às Organizações Interprofissionais e à cooperação empresarial, contribuindo para contrariar o desequilíbrio existente ao nível da cadeia de valor.

Em Portugal, na estratégia definida para o setor no âmbito do desenvolvimento rural, nomeadamente através do PDR 2020, a inovação e o conhecimento têm um papel relevante, através de apoios à formação, aconselhamento, bem como à constituição de parcerias - Grupos

Operacionais, com vista à operacionalização de projetos de inovação em áreas temáticas consideradas prioritárias, tendo em vista a melhoria da produtividade e a sustentabilidade da agricultura.

A **Gestão do risco** no âmbito da atividade agrícola assume uma importância crescente num contexto de elevada volatilidade, preocupações ambientais e alterações climáticas, sendo fundamental para dar previsibilidade e estabilidade financeira as explorações agrícolas, sem a qual a atratividade e o investimento setorial decrescem de modo significativo, tendo em conta a especificidade do setor neste particular. Existindo apoio através do PDR2020 a prémios de seguros e apoio à criação e fundos mutualistas.

6.3.1. INVESTIMENTOS EFETUADOS AO NÍVEL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para o período 2014-2020 (PDR2020) tem vindo a apoiar o setor dos cereais através das medidas de apoio ao investimento na exploração agrícola (ação 3.2), na transformação e comercialização de produtos agrícolas (ação 3.3) e apoio à instalação de jovens agricultores (ação 3.1). Os dados reportados referem-se a 31 de dezembro de 2016.

Especificamente, na operação Investimento na exploração agrícola (3.2.1) estão aprovados 178 projetos no setor dos cereais, dos quais 55 projetos são de jovens agricultores. Que se traduz em cerca de 44 M€ de investimento, representando 5,1% do total investimento aprovado à data.

Quadro 10 - Investimento na exploração agrícola (3.2.1) - Projetos aprovados no setor dos cereais e arroz

	Projetos Aprovados		Investimento Total		Despesa Pública		FEADER	
	Nº	%	mil euros	%	mil euros	%	mil euros	%
Total de Agricultores								
Cereais exceto arroz	138	4,3	36 332	4,2	15 119	4,5	12 775	4,6
Arroz	40	1,2	7 676	0,9	3 001	0,9	2 449	0,9
Cereais	178	5,5	44 008	5,1	18 120	5,4	15 224	5,4
Total	3 219	100,0	867 080	100,0	336 063	100,0	280 717	100,0
Jovens Agricultores								
Cereais exceto arroz	45	1,9	15 423	2,7	7 061	3,0	5 983	3,1
Arroz	10	0,4	2 027	0,4	938	0,4	744	0,4
Cereais	55	2,3	17 450	3,1	7 999	3,4	6 727	3,5
Total	2 351	100,0	567 122	100,0	232 374	100,0	194 035	100,0

Fonte: PDR2020 - Relatório de execução anual 2016 (31 de dezembro de 2016)

Note-se que, foram aprovadas 53 instalações de jovens agricultores neste setor, o que representa 2,3% das instalações.

Quadro 11 – Instalação de Jovens Agricultores (3.1) - projetos aprovados no setor dos cereais e arroz

Jovens Agricultores	Projetos Aprovados		Despesa Pública		FEADER	
	Nº	%	mil euros	%	mil euros	%
Jovens Agricultores						
Cereais exceto arroz	43	1,9	1 303	2,1	1 170	2,1
Arroz	10	0,4	290	0,5	252	0,5
Cereais	53	2,3	1 593	2,6	1 422	2,6
Total	2 258	100,0	60 829	100,0	54 537	100,0

Fonte: PDR2020 - Relatório de execução anual 2016 (31 de dezembro de 2016)

A área apoiada em investimentos na exploração agrícola (3.2.1) no setor cerealicultura, oleaginosas, proteaginosas e leguminosas representa 23% (61 mil hectares) da área apoiada.

Quadro 12 - Investimento na exploração agrícola (3.2.1) – Área apoiada no setor Cerealicultura, oleaginosas, proteaginosas e leguminosas

Atividade agrícola	Área apoiada	
	ha	%
Total de Agricultores		
Cerealicultura, oleaginosas, proteaginosas e leguminosas (exceto arroz)	49 325	18,3
Arroz	11 771	4,4
Total cerealicultura, arroz, proteaginosas e leguminosas	61 096	22,6
Total	270 124	100,0
Jovens Agricultores		
Cerealicultura, oleaginosas, proteaginosas e leguminosas (exceto arroz)	5 534	2,0
Arroz	559	0,2
Total cerealicultura, arroz, proteaginosas e leguminosas	6 093	2,3
Total	74 917	27,7

Fonte: PDR2020 - Relatório de execução anual 2016 (31 de dezembro de 2016)

Relativamente ao apoio aos pequenos investimentos nas explorações agrícolas (operação 3.2.2) estão aprovados 138 projetos no setor dos cereais, que se traduz em um investimento de 3,4M€, representando 5,4% do pequeno investimento aprovado.

Quadro 13 - Pequeno investimento na exploração agrícola (3.2.2) - Projetos aprovados no setor dos cereais e arroz

	Projetos Aprovados		Investimento Total		Despesa Pública		FEADER	
	Nº	%	mil euros	%	mil euros	%	mil euros	%
Total de Agricultores								
Cereais exceto arroz	127	4,6	3 093	4,9	1 191	5,1	1 007	5
Arroz	11	0,4	307	0,5	107	0,5	79	0
Cereais	138	5,0	3 400	5,4	1 298	5,6	1 086	5,6
Total	2 780	100,0	62 702	100,0	23 138	100,0	19 445	100,0

Fonte: PDR2020 - Relatório de execução anual 2016 (31 de dezembro de 2016)

A área apoiada em pequenos investimentos, transformação e comercialização de produtos agrícolas (3.2.2), no setor cerealicultura, oleaginosas, proteaginosas e leguminosas representa 8% da área apoiada nesta medida (aproximadamente 10 mil hectares).

Quadro 14 - Pequeno investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas (3.2.2) – Área apoiada no setor cerealicultura, oleaginosas, proteaginosas e leguminosas

Atividade agrícola	Área apoiada	
	ha	%
Total de Agricultores		
Cerealicultura, oleaginosas, proteaginosas e leguminosas (exceto arroz)	8 995	7,4
Arroz	662	0,5
Total cerealicultura, arroz, proteaginosas e leguminosas	9 657	7,9
Total	122 190	100,0

Fonte: PDR2020 - Relatório de execução anual 2016 (31 de dezembro de 2016)

Na mesma data, foram aprovados oito projetos, no setor cereais e arroz, em Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas (operação 3.3.1), cujo investimento foi cerca de 9,5M€ representando 4% do investimento total apoiado por esta operação.

Quadro 15 - Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas (3.3.1) - Projetos aprovados no setor cereais e arroz

	Projetos Aprovados		Investimento Total		Despesa Pública		FEADER	
	Nº	%	mil euros	%	mil euros	%	mil euros	%
Total de Agricultores								
Cereais exceto arroz	4	2,4	4 607	1,8	1 266	1,7	1 003	1,6
Arroz	4	2,4	4 861	1,9	1 571	2,1	1 335	2,1
Cereais	8	4,9	9 468	3,7	2 837	3,8	2 338	3,7
Total	164	100,0	254 694	100,0	75 471	100,0	62 915	100,0

Fonte: PDR2020 - Relatório de execução anual 2016 (31 de dezembro de 2016)

Foram também aprovados dois projetos, neste setor no valor de 269 mil euros de investimento, para apoio aos pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (operação 3.3.2), 1,5% do total de investimento neste âmbito.

Quadro 16 - Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas (3.3.2) - Projetos aprovados no setor dos cereais

	Projetos Aprovados		Investimento Total		Despesa Pública		FEADER	
	Nº	%	mil euros	%	mil euros	%	mil euros	%
Total de Agricultores								
Cereais	2	1,9	269	1,5	107	1,7	91	1,7
Total	107	100,0	17 458	100,0	6 420	100,0	5 418	100,0

Fonte: PDR2020 - Relatório de execução anual 2016 (31 de dezembro de 2016)

6.4. SEGUROS

O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para o período 2014-2020 (PDR2020), no âmbito da ação 6.1 seguros comparticipa os prémios relativos a seguros de colheitas, do qual é beneficiário o setor dos cereais.

Nesta ação foram apresentadas, em 2017, 598 candidaturas do setor dos cereais, que abrangem uma área de 52 mil hectares e uma produção de 250 mil toneladas. O capital seguro rondou os 56M€, a que correspondeu uma bonificação (comparticipação do prémio de seguro) de 132 mil euros.

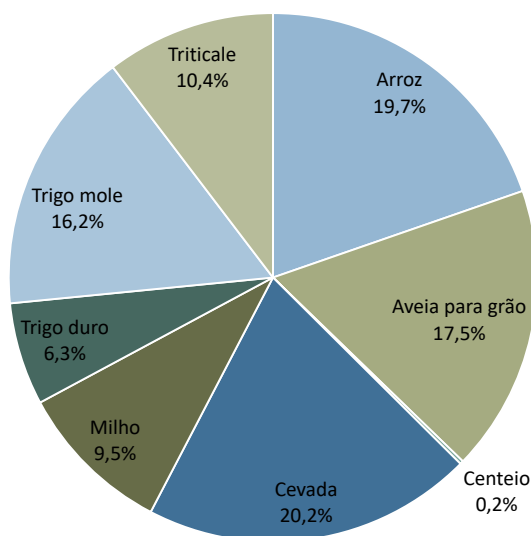
Quadro 17 - Número de candidaturas, área segura, produção segura, bonificação e capital seguro, por tipo de apólice, no setor cereais 2017

	Tipo de apólice		
	Coletiva	Individual	Total
Candidaturas (Nº)	40	968	598
Aderentes (Nº)	685	957	1 005
Área segura (ha)	25 872	26 127	51 999
Produção segura (kg)	139 878 001	109 262 028	249 140 030
Bonificação (despesa pública) (€)	77 565	54 743	132 308
Capital seguro (€)	33 099 726	22 542 425	55 642 151

FONTE: GPP, A PARTIR DE IFAP, 27 DE OUTUBRO DE 2017

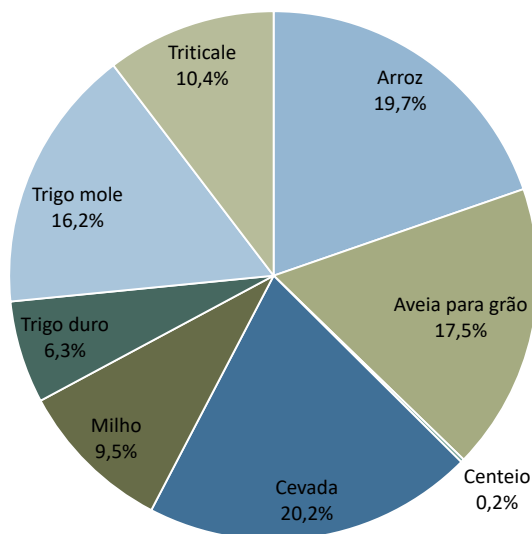
Em termos de área segura, a cevada (20%), o arroz (20%) e a aveia para grão (18%) representam 57% da área segura no setor dos cereais. Cerca de 60% do valor do capital seguro foi referente ao arroz (38%) e milho (21%).

Gráfico 36 – Distribuição da área segura no setor dos cereais 2017



FONTE: GPP A PARTIR DE IFAP, A 27 DE OUTUBRO DE 2017

Gráfico 37 - Distribuição do valor do capital seguro dos cereais 2017



FONTE: GPP A PARTIR DE IFAP, A 27 DE OUTUBRO DE 2017

6.5. MEDIDA DE SUPERFÍCIE PDR2020

MEDIDA 7 - AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS

O PDR2020 tem um conjunto de apoios às culturas arvenses e arroz no âmbito da medida 7- Medida agricultura e recursos naturais, que com base no pagamento único de 2015, assumiu o valor pago de 15M€, tendo 46% deste valor como destino os pagamentos à operação Produção Integrada.

Quadro 18 – Pagamentos PDR 2020 - Medida 7
2015

MIL EUROS																		
	Medida 7 Agricultura e recursos naturais																	
	Total Medida 7	7.1.1	7.1.2	7.12.1	7.6.1	7.6.2	7.4.1	7.4.2	7.9.1	7.2.1	7.7.1	7.7.1	7.7.2	7.7.3	7.8.1	7.5.1	7.3.2	7.3.1
Arvenses e Outras Cult. pred. Regadio	6 229,156	44,628	184,700	0,000	34,456	0,180	162,786	7,948	1,843	4 368,840	0,908	0,034	3,301	0,350	20,480	1 377,713	13,431	7,558
Arvenses e Outras Cult. pred. Sequeiro	2 607,616	39,490	164,604	0,021	211,772	4,505	69,553	7,945	5,541	1 389,227	0,439	0,140	30,564	0,000	6,903	324,877	183,306	168,731
Arroz	6 091,443	6,072	7,062	0,000	2,840	0,000	41,055	0,000	0,000	6 016,503	0,000	0,000	3,794	0,000	11,164	2,954	0,000	0,000
Total arvenses e arroz	14 928,215	90,190	356,365	0,021	249,068	4,685	273,393	15,893	7,384	11 774,569	1,347	0,174	37,658	0,350	38,547	1 705,545	196,737	176,289
Total	160 857,135	10 509,972	15 365,648	14,414	16 895,149	5 732,197	642,896	2 080,634	123,173	74 465,621	1 653,449	639,222	4 591,216	1 450,364	8 335,253	5 299,878	4 593,659	8 464,390

FONTE: PU 2015

OPERAÇÃO 7.1.1 - CONVERSÃO PARA AGRICULTURA BIOLÓGICA
 OPERAÇÃO 7.1.2 - MANUTENÇÃO EM AGRICULTURA BIOLÓGICA
 OPERAÇÃO 7.12.1 - APOIO AGROAMBIENTAL À APICULTURA
 OPERAÇÃO 7.6.1 - CULTURAS PERMANENTES TRADICIONAIS
 OPERAÇÃO 7.6.2 - CULTURAS PERMANENTES TRADICIONAIS - DOURO VINHATEIRO
 OPERAÇÃO 7.4.1 - CONSERVAÇÃO DO SOLO - SEMEITEIRA DIRETA OU MOBILIZAÇÃO NA LINHA
 OPERAÇÃO 7.4.2 - CONSERVAÇÃO DO SOLO - ENRELVAMENTO DA ENTRELINHA DE CULTURAS PERMANENTES
 OPERAÇÃO 7.9.1 - MOSAICO AGROFLORESTAL
 OPERAÇÃO 7.2.1 - PRODUÇÃO INTEGRADA
 OPERAÇÃO 7.7.1 - PASTOREIO EXTENSIVO - APOIO À MANUTENÇÃO DE LAMEIROS DE ALTO VALOR NATURAL (REGADIO)
 OPERAÇÃO 7.7.1 - PASTOREIO EXTENSIVO - APOIO À MANUTENÇÃO DE LAMEIROS DE ALTO VALOR NATURAL (SEQUEIRO)
 OPERAÇÃO 7.7.2 - PASTOREIO EXTENSIVO - APOIO À MANUTENÇÃO DE SISTEMAS AGRO-SILVO-PASTORIS SOB MONTADO
 OPERAÇÃO 7.7.3 - PASTOREIO EXTENSIVO - APOIO À PROTEÇÃO DO LOBO-IBÉRICO
 OPERAÇÃO 7.8.1 - RECURSOS GENÉTICOS - MANUTENÇÃO DE RAÇAS AUTÓCTONES EM RISCO
 OPERAÇÃO 7.5.1 - USO EFICIENTE DA ÁGUA
 OPERAÇÃO 7.3.2 - PAGAMENTOS REDE NATURA - APOIOS ZONAIS DE CARACTER AGROAMBIENTAL
 OPERAÇÃO 7.3.1 - PAGAMENTOS REDE NATURA - PAGAMENTO NATURA

MEDIDA 9 – MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EM ZONAS DESFAVORECIDAS

No âmbito da medida 9 do PDR2020, o apoio para a **manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas** totalizou 5,8 M€ nas orientações produtivas arvenses e arroz, representando 5% do total de pagamentos aos beneficiários.

Quadro 19 – Pagamentos PDR 2020 - Medida 9
2015

	Medida 9			
	Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas			
	Total Medida 9	9.0.1	9.0.2	9.0.3
Arvenses e Outras Cult. pred. Regadio	1 470,992	861,652	604,980	4,360
Arvenses e Outras Cult. pred. Sequeiro	4 018,677	2 174,647	1 835,669	8,361
Arroz	294,370	5,291	289,079	0,000
Total arvenses e arroz	5 784,040	3 041,591	2 729,727	12,722
Total	116 923,103	86 231,879	30 079,462	611,762

FONTE: PU 2015

OPERAÇÃO 9.0.1 - ZONAS DE MONTANHA

OPERAÇÃO 9.0.2 - ZONAS, QUE NÃO SÃO DE MONTANHA, SUJEITAS A CONDICIONANTES NATURAIS SIGNIFICATIVAS

OPERAÇÃO 9.0.3 - ZONAS SUJEITAS A CONDICIONANTES ESPECÍFICAS

7. INVESTIGAÇÃO, EXPERIMENTAÇÃO E DEMONSTRAÇÃO /ENSINO E FORMAÇÃO

7.1. ENSINO E FORMAÇÃO

Em Portugal existe um grande número de estabelecimentos de ensino superior universitário (6) e politécnico (8) que oferecem formação superior na área agrícola integrando nos seus planos curriculares unidades pedagógicas relacionadas com as culturas arvenses.

Também na área da Formação Profissional é possível encontrar uma vasta oferta de Escolas Profissionais Agrícolas e de Desenvolvimento Rural (17) que proporcionam formação especializada na área agrícola (www.dgadr.pt).

Para além desta oferta formativa, há que destacar pela importância que têm na transferência de conhecimento para os agricultores o papel das Associações de Agricultores de âmbito nacional bem como do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) na dinamização de ações de cariz eminentemente prático.

7.2. INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Relativamente à investigação o SCTN abrange um leque bastante variado de instituições sendo possível identificar o INIAV que desenvolve programas relacionados com os cereais desde os anos 1940. Mais recentemente o Instituto Politécnico de Beja tem vindo igualmente a realizar estudos na área dos cereais.

Estas entidades integram o Clube Português dos Cereais de Qualidade e o Clube Português de Cereais Forrageiros de Qualidade, organizações de carácter informal que têm vindo a desempenhar um papel de vital importância no reforço da organização das fileiras, nomeadamente no que se refere à identificação de problemas a ser contemplados na agenda de investigação e também como motores de transferência de conhecimento. Estes clubes reúnem representantes da produção, da indústria da transformação e da investigação.

Especificamente para o caso do arroz o COTARROZ e o INIAV têm sido responsáveis pelo programa de melhoramento genético.

O Centro Nacional de Competências da Cultura do Milho e Sorgo (InovMilho) instalado na Estação Experimental António Teixeira em Coruche é o resultado da parceria entre a ANPROMIS, INIAV e Câmara Municipal de Coruche reunindo cerca de 33 entidades, entre Universidades, Institutos Politécnicos e Associações ligadas com a fileira da Produção e Transformação do Milho e Sorgo. No âmbito do PRODER

foi reforçado o conceito de desenvolvimento de projetos que envolvem metodologias integradas em rede, com várias entidades, e multidisciplinares visando sobretudo melhorar a eficiência do uso dos fatores, nomeadamente, da água e do azoto.

Destacam-se os seguintes projetos:

Novas Tecnologias de Produção de Trigo de Qualidade em Regadio.

PRODER, Medida 4.1. “Cooperação para a Inovação”. Apoio n. 13022; 2010-2014.

Parceiros: INIAV, ANPOC, Cersul, Procereais, Cooperativa de Beja e Brinches, Cooperativa de Beringel, Agrocamprest, Ceres, Germen e Cerealis.

ROTALQ - Soluções integradas de rotações culturais com viabilidade técnica, ambiental e económica na área de influência de Alqueva.

PRODER, Medida 4.1. “Cooperação para a Inovação”. Apoio n. 46275; 2013-2015.

Parceiros: INIAV, Agro Vale Longo, Sociedade Agrícola Saramago de Brito, ANPROMIS - Associação Nacional dos Produtores de Milho e Sorgo, ANPOC - Associação Nacional dos Produtores de Cereais, Oleaginosas e Proteaginosas, COTR - Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio, Instituto Politécnico de Beja – Escola Superior Agrária de Beja.

LVR – Lista de variedades recomendadas de trigo mole de qualidade.

PRODER, Medida 4.1 “Cooperação para a Inovação”. Apoio n. 53643; 2014-2017.

Parceiros: INIAV, Procereais - Agrupamento de Produtores de Cereais e Oleaginosas, ANPOC, Instituto Politécnico de Beja – Escola Superior Agrária de Beja, Cerealis - Moagens, SA, Germen - Moagem de cereais, SA e Moagem Ceres A. De Figueiredo & Irmão, SA.

FERTITRIGO – Otimização da fertilização azotada em trigo mole melhorador.

PRODER, Medida 4.1 “Cooperação para a Inovação”. Apoio n. 52012; 2014-2017.

Parceiros: INIAV, Procereais - Agrupamento de Produtores de Cereais e Oleaginosas, ANPOC - Associação Nacional dos Produtores de Cereais, Oleaginosas e Proteaginosas, COTR - Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio e Instituto Politécnico de Beja – Escola Superior Agrária de Beja

Promoção e valorização económica de variedades tradicionais de arroz.

PRODER, Medida 2.2.3.1. Conservação e melhoramento de recursos genéticos - Componente Vegetal; 2011-2015.

Parceiros (projeto sem parceria): INIAV

LUSARROZ – Obtenção de variedades portuguesas de arroz.

PRODER, Medida 4.1. “Cooperação para a Inovação”. Apoio n. 13022; 2014-2017.

Parceiros: INIAV, COTArroz – Centro Operacional e Tecnológico do Arroz; BENAGRO – Cooperativa Agrícola de Benavente, APARROZ – Agrupamento de produtores de arroz do Vale do Sado.

SeArroz – Arroz biofortificado em Selénio.

PRODER, Medida 4.1 “Cooperação para a Inovação”. Apoio n. 43376; 2013-2015.

Parceiros: INIAV, FCT/UNL – Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Orivárzea – Orizicultores do Ribatejo.

Valorização da Produção Nacional de Cevada Dística – Introdução de Variedade Diferenciadas.

PRODER, Medida 4.1. “Cooperação para a Inovação”. Apoio n.42032; 2013-2015.

Parceiros: INIAV, ANPOC, IP Beja/ESA Beja, Procereais, COTR

Trigos BTP - Baixo Teor em Pesticidas.

Ação 1.1 «Grupos Operacionais», integrada na Medida 1. «Inovação» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020); 2018-2022.

Parceiros: INIAV, IPBeja/ESA, ANPOC, CERSUL, Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches, Espiral Pixel

Valorização de trigo duro de qualidade superior para o fabrico de massas alimentícias.

Ação 1.1 «Grupos Operacionais», integrada na Medida 1. «Inovação» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020); 2018-2022.

Parceiros: INIAV, IPBeja/ESA, ANPOC, Soc. Agrícola da Herdade de Torre de Curvo, CERSUL, Cerealis, Espiral Pixel, FCT-UNL, COTR

GO – Fortificação de arroz em selénio.

Ação 1.1 «Grupos Operacionais», integrada na Medida 1. «Inovação» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020); 2018-2022.

Parceiros: INIAV, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (entidade gestora do Consórcio), Instituto Superior de Agronomia, António José Madaleno Unipessoal Lda, COTArroz – Centro Operativo e Tecnológico do Arroz, ORIVÁRZEA – Orizicultores do Ribatejo, S.A., António Madaleno, Unipessoal, Lda.

+Arroz.

Ação 1.1 «Grupos Operacionais», integrada na Medida 1. «Inovação» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020); 2018-2022.

Parceiros: INIAV, Lusosem, COTArroz – Centro Operativo e Tecnológico do Arroz.

GO Trigo biofortificado.

Ação 1.1 «Grupos Operacionais», integrada na Medida 1. «Inovação» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020); 2018-2022.

Secmilho – Aproveitamento do carolo e/ou palha de milho como fonte de energia dos secadores de milho

PRODER, Medida 4.1 “Cooperação para a Inovação”. Apoio n. 43315, 2012-2014.

Parceiros: Agromais, ANPROMIS e LNEG

Sanimilho - Optimização da produção de milho prevenindo a cefalosporiose

PRODER, Medida 4.1 “Cooperação para a Inovação”. Apoio n. 51916; 2014-2016.

Parceiros: TerraMilho, ANPROMIS e INIAV

Qualimilho - Novas estratégias de integração sustentáveis que garantam a qualidade e segurança na fileira do milho nacional

Ação 1.1 «Grupos Operacionais», integrada na Medida 1. «Inovação» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020); 2017-2020. ponto forte estes projetos refletem a importância que as fileiras atribuem à organização das parcerias que procuram envolver os principais agentes que permitem a identificação de soluções para a resolução dos problemas reais que se colocam.

8. DIAGNÓSTICO: ANÁLISE SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>TODOS OS CEREAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior parte das OP de cereais presta apoio técnico; • Concentração da produção comercializada através de OP; • Setor produtivo organizado em Associações de âmbito nacional fortes, com capacidade de mobilização e de difusão técnica; • Existência de formas de organização vertical da Fileira mais ou menos formais nomeadamente através da Interprofissional Casa do Arroz, do Clube Português dos Cereais de Qualidade e do Clube Português dos Cereais Forrageiros de Qualidade; • Manutenção da atividade agrícola, com evidentes benefícios ao nível do fomento do desenvolvimento económico, da paisagem e da promoção e preservação da biodiversidade própria das regiões, tanto em sequeiro como no regadio; • Presença dos cereais em todo o território nacional associada a diferentes sistemas de produção; • Produção de proximidade permite reduzir a pegada ecológica/carbono; • Forte adesão a métodos de produção ambientalmente sustentáveis; • Existência de conhecimento técnico especializado; • Domínio da tecnologia das culturas; • Inúmeros aproveitamentos que são dados aos cereais como matéria-prima para a alimentação humana e animal e para fins energéticos; • Elevada qualidade sanitária dos cereais produzidos no nosso país (Ex: baixo teor em micotoxinas); • Existência de capacidade de armazenagem junto da produção <p>MILHO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência do Centro Nacional de Competências para as Culturas do Milho e Sorgo “InovMilho”; • Boas condições de produção que permitem alcançar elevadas produtividades; • Versatilidade própria das culturas anuais vs culturas permanentes (rotações / adaptação ambiente envolvente); • Cultura boa iniciadora da agricultura de regadio, nomeadamente nos novos regadios. 	<p>TODOS OS CEREAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fim dos incentivos específicos à concentração da produção de qualidade comercializada por OP no âmbito do 1º Pilar da PAC; • Falta de apoio, consistente e previsível, à concentração da produção no âmbito de 2º Pilar da PAC; • Reduzidos investimentos em experimentação, tecnologia e divulgação técnica; • Descapitalização das explorações agrícolas; • Custos de produção médios elevados e superiores aos dos concorrentes Europeus; • Ausência ou reduzida valorização, por parte dos industriais, da qualidade dos cereais produzidos em Portugal; • Reduzido conhecimento por parte da produção da ponderação relativa dos critérios qualitativos utilizados pela Indústria na formação do preço; • Reduzida utilização de contratos formais entre a produção e a indústria; • Deslocalização dos centros de transformação industrial face às principais regiões de produção; • Elevada concorrência de produtores de países terceiros não sujeitos às mesmas exigências em termos de higiene e segurança alimentar, condições de trabalho; • Desmantelamento progressivo da rede ferroviária com o consequente aumento de custos de transporte. <p>MILHO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução progressiva do nível de apoio direto nas explorações especializadas na sequência da reforma da PAC de 2013; • Inexistência de estrutura interprofissional.

<p>PRAGANOSOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Boa articulação entre a produção, a indústria e a investigação através do INIAV e IP Beja; • Rusticidade cultural confere as estas culturas uma maior resiliência face às alterações climáticas; • Forte Ligação e complementaridade com pecuária extensiva; • Versatilidade própria das culturas anuais vs culturas permanentes (rotações / adaptação ambiente envolvente); • Existência de uma fileira para a cevada dística. <p>ARROZ</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de um Centro Tecnológico – COTArroz; • Função ecológica de proteção dos solos dos aquíferos, da fauna e da flora do ecossistema do arrozal; • Condições naturais favoráveis à produção com utilização de solos não adaptáveis para outras culturas; • Elevada percentagem da produção nacional em regimes certificados; • Produção de produtos diferenciados (Produção Integrada (PRODI), IGP); • Identificação cultural e gastronómica com o tipo de arroz carolino. 	<p>PRAGANOSOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condições edafo-climáticas geram inconstância qualitativa e quantitativa no sequeiro; • Muita concentração na generalidade da indústria, 1ª e 2ª transformações; • Inexistência de estrutura interprofissional. <p>ARROZ</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de eficiência na utilização de água por deficientes redes de rega e enxugo em certas zonas do país; • Reduzido número de variedades nacionais adaptadas às condições edafo-climáticas do país; • Elevado número de parcelas e explorações de pequena dimensão; • Reduzidos meios de luta eficazes contra as infestantes, pragas e doenças; • Cultura pouco viável sem apoios; • Insuficiente capacidade de secagem e armazenamento de arroz em casca das OP em algumas zonas de produção.
<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <p>TODOS OS CEREAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço do papel das OP na “regulação mercado”; • Capacidade que os sistemas cerealíferos têm de preservar a Biodiversidade das zonas onde se localizam, tanto em sequeiro como no regadio; • Preservação de áreas agrícolas regadas no seio de manchas florestais, criando zonas de descontinuidade que contrariam a progressão dos incêndios; • Definição pública da dimensão de uma reserva estratégica nacional para os setores do milho, praganosos e arroz; • Culturas capazes de ocupar, em extensão, uma vasta área de Alqueva e dos novos regadios que vão surgindo ou que vão sendo reabilitados, previstos no Plano Nacional de Regadios; • Investimento em tecnologias relacionadas com a agricultura de precisão, potenciando a eficiência das explorações cerealíferas; • Reduzido grau de autoaprovisionamento; • Valorização da qualidade sanitária da produção nacional de cereais (nomeadamente os baixos teores de micotoxinas); 	<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <p>TODOS OS CEREAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevada carga administrativa exigida às OP reconhecidas; • Alterações climáticas maior probabilidade de ocorrência de fenómenos extremos, com incrementos no risco associado à produção; • Abandono da atividade em algumas zonas de produção tradicionais; • Solos de maior aptidão e com água disponível - aumento do interesse da produção e investidores por culturas permanentes; • Custo da rega – água e energia; • Falta de água em períodos de seca prolongada; • Ambiente político europeu desfavorável ao regadio • Dificuldades no licenciamento de infraestruturas hidráulicas; • Crescentes condicionantes ao nível da produção nas zonas vulneráveis de nitratos; • Crescente redução das substâncias ativas disponíveis ao nível nacional e europeu;

<ul style="list-style-type: none"> • Valorização da produção nacional, tanto para a alimentação humana como animal, diferenciando-a face aos mercados não tradicionais (Ex: milho pipoca, milho para broa, cereais com baixos teores em pesticidas, etc); • Tendência crescente da indústria, distribuição e consumidores por compras de proximidade e com rastreabilidade definida; • Valorização por parte do consumidor da Origem Portugal; • Existência de unidades industriais instaladas em Portugal com capacidade para escoar a produção nacional; • Implementação da proteção integrada e de novas técnicas de proteção contra agentes bióticos. <p>MILHO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Novos projetos que surgem, nomeadamente ao nível das Biorefinaria; <p>PRAGANOSOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recurso a água para rega complementar pode duplicar produção por hectare; • Desenvolvimento da produção nacional de semente certificada; • Procura crescente de centeio e trigos BTP, trigos melhoradores, trigos biológicos. <p>ARROZ</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da produção nacional de semente certificada; • Hábitos de consumo enraizados; • Criação de Rotas do Arroz Carolino; • Proximidade com a distribuição. 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução nos apoios comunitários ao setor; • Elevados preços dos fatores de produção face aos restantes concorrentes Europeus; • Ausência de uma Política Europeia de defesa da Biotecnologia em contraste com os concorrentes no Mercado Mundial; • Custos de produção acrescidos resultantes de normativos comunitários cada vez mais exigentes (ambiente, segurança alimentar e proteção laboral) face a países terceiros; • Lentidão do processo de aprovação de projetos de investimento apresentados no âmbito do PDR2020; • Manutenção da tendência em baixa dos preços pagos à produção; • Volatilidade dos preços; • Pragas e doenças emergentes. <p>PRAGANOSOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Solos de menor aptidão agrícola - Aumento do interesse por atividades agrícolas com menor risco (gado, forragens) em detrimento dos cereais para grão; • Perda de <i>know-how</i> e equipamento por força da redução drástica de áreas semeadas nos últimos anos. <p>ARROZ</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preço da semente importada; • Eventual redução das ajudas específicas; • Alteração do padrão de consumo do arroz carolino devido ao reduzido conhecimento dos consumidores quanto à forma mais adequada para o confecionar; • Assimetria no poder negocial da distribuição e crescimento da quota de mercado das marcas “próprias” da Distribuição.
---	---

9. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Tendo presente as linhas de orientação desta estratégia nomeadamente a necessidade de inverter a tendência de diminuição da produção de cereais que se tem verificado nas últimas décadas, com as inerentes consequências negativas na taxa de aprovisionamento do país e na sustentabilidade dos respetivos sistemas agrícolas.

Estabeleceu-se um prazo de vigência para esta estratégia que não deveria ser demasiado longo tendo em conta a volatilidade atual, e que necessariamente deveria incluir o início do próximo período de programação pós 2020 uma vez que será nesta fase que Portugal deverá estabelecer os principais instrumentos de política agrícola para o médio prazo. Deste modo e sem prejuízo de que muitos dos objetivos e medidas só terão impacto no médio e longo prazo, considerou-se que cinco anos com início em 2018 seria um prazo adequado para a vigência desta estratégia que necessariamente deverá ser revisitada após essa data.

Definiram-se três objetivos estratégicos (OE), o primeiro “Reduzir a dependência externa, consolidar e aumentar as áreas de produção” muito virado para a melhoria da eficiência produtiva e redução dos custos. Um segundo objetivo estratégico “Criar valor na fileira dos cereais” assente no aumento do valor do produto e por fim um último objetivo “Viabilização da atividade agrícola em todo o território” muito orientado para as questões do ordenamento, ambiente e rendimento dos agricultores. Num segundo nível foram estabelecidos objetivos operacionais (OOP), dentro de cada objetivo estratégico, para os quais serão propostas medidas concretas.

Tendo em conta um horizonte temporal de cinco anos para a implementação desta estratégia e a análise efetuada do setor, considera-se razoável estabelecer um conjunto de metas em termos de aumento do grau de autoaprovisionamento invertendo assim a situação que se tem vindo a verificar nos últimos anos. Assim, assumindo uma estabilização do consumo considera-se possível com a implementação das medidas propostas atingir um grau de autoaprovisionamento em cereais de 38%. Este crescimento será possível essencialmente por força de uma melhoria na produtividade média, mas no caso do milho e dos praganosos também pelo aumento de áreas.

No caso do milho, um aumento de área para 125.000 ha¹² poderá conduzir a uma produção de 1.300.000 toneladas¹³, ou seja um grau de autoaprovisionamento de 50%.

¹² Na campanha 2013/14 cultivaram-se 112 mil ha, valor máximo dos últimos 10 anos, pelo que tendo em conta o Plano Nacional de Regadio, considera-se que é razoável adicionar 13.000ha a esse valor de referência.

¹³ Pressupondo que as novas áreas poderão atingir produtividades de 14 t/ha e as áreas habituais poderão aumentar ainda a produtividade em 15% (nos últimos 5 anos o aumento foi 21%).

No caso dos cereais praganosos, um aumento de área para 150.000 ha¹⁴ poderá conduzir a uma produção de 380.000 toneladas¹⁵, ou seja um grau de autoaprovisionamento de 20%.

No caso do arroz, assumindo uma estabilização da área de produção considera-se que o aumento da produtividade média em 11%, nomeadamente pela introdução de variedades portuguesas mais produtivas poderá conduzir a um grau de autoaprovisionamento de 80%.

Da análise SWOT surgem como pilares desta estratégia as Organizações de Produtores, a organização ao longo da fileira da produção, a inovação e transferência de conhecimento e a PAC como principal instrumento de apoio à estabilização do rendimento dos agricultores e de incentivo ao investimento e adoção das práticas desejadas.

As OP, pelo papel que desempenham na organização e comercialização da produção, encontram-se numa situação privilegiada para apoiarem os produtores em várias vertentes essenciais à melhoria da eficiência produtiva, bem como para, em parceria com a indústria desenvolverem uma oferta adequada às necessidades do mercado. Assim, o reforço do papel destas entidades assume uma particular importância para o desenvolvimento do setor. Paralelamente à organização interna da produção, a organização da fileira como um todo é essencial para que o setor crie valor de uma forma sustentável, ajustando-se às necessidades do mercado numa perspetiva de ganhos mútuos. A inovação e a transferência do conhecimento para a produção e indústria desempenham um papel fundamental no reforço da competitividade do setor, permitindo produzir mais, com uma utilização de recursos mais eficiente e com melhor qualidade.

OE 1 – REDUZIR A DEPENDÊNCIA EXTERNA, CONSOLIDAR E AUMENTAR AS ÁREAS DE PRODUÇÃO

Para este primeiro objetivo estratégico foram definidos quatro objetivos operacionais “ OOP 1.1 - Produzir mais e melhor”, “ OOP 1.2 - Melhorar a eficiência produtiva”, “OOP 1.3 - Reduzir os custos de produção e de contexto”, “ OOP 1.4- Potenciar a inovação e transferência de conhecimento”. Estes objetivos centram-se no reforço da competitividade produtiva e visam tornar a produção nacional mais competitiva face ao produto importado, eliminando custos e desvantagens por um lado, e potenciando eficiência produtiva por outro.

¹⁴ Corresponde a um aumento de área de 36%.

¹⁵ Correspondendo a um aumento de produtividade por hectare de 50%, induzido pelo aumento da área de regadio

OE 2 – CRIAR VALOR NA FILEIRA DOS CEREAIS

Neste segundo objetivo estratégico foram definidos quatro objetivos operacionais “OOP 2.1 Reforçar a interligação dos agentes ao longo da fileira”, “OOP 2.2 Reforçar a organização dos produtores”, “OOP 2.3 Valorizar a produção nacional”, “OOP 2.4 Fomentar novas utilizações”.

OE 3 – VIABILIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EM TODO O TERRITÓRIO

Por fim, neste terceiro objetivo estratégico, foram definidos três objetivos operacionais, “OOP 3.1 Estabilizar e melhorar o rendimento dos agricultores”, “OOP 3.2 Promover ações de mitigação e adaptação as alterações climáticas”, “OOP 3.3 Promover a produção de bens públicos, a preservação e utilização eficiente dos recursos naturais”.

10. MEDIDAS

10.1. MEDIDAS PARA REDUZIR A DEPENDÊNCIA EXTERNA, CONSOLIDAR E AUMENTAR AS ÁREAS DE PRODUÇÃO

10.1.1 MEDIDAS PARA REDUZIR CUSTOS DE PRODUÇÃO E DE CONTEXTO

Descrição da medida	Calendário
Medida 1 - Redução dos custos de energia	Até final 1º Semestre 2019
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none">1. Redução de tarifário;2. Negociação conjunta;3. Implementar a sazonalidade nos contratos de potência de energia para a agricultura à semelhança de França, Espanha e Itália.	
Fundamentação: <p>O setor é confrontado com elevados preços dos fatores de produção, incluindo os relativos ao consumo de energia face aos preços praticados nos restantes Estados-Membros. Esta situação ganha especial relevância nos sistemas agrícolas cerealíferos de regadio onde o consumo de energia assume maior importância na estrutura de custos dos mesmos. Assinala-se o elevado peso das taxas fixas de potência e de taxa de potência em hora de ponta, as quais são cobradas durante todo o ano apesar da campanha de rega se limitar aos meses de abril a setembro. Neste âmbito assume especial relevância a possibilidade de modificar a taxa de potência contratada duas vezes por ano bem como pagar em função da potência real registada e não em função da potência contratada, e alargar o âmbito de aplicação do regime de interruptibilidade para as utilizações agrícolas.</p>	
Entidades envolvidas: MAFDR, Ministério da Economia, OA.	

Descrição da Medida	Calendário
Medida 2 - Dinamizar a produção nacional de semente certificada e de genética nacional.	Período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none">1. Introdução de ajuda ligada à produção para os multiplicadores de semente (baseada no apoio existente no âmbito da reforma da PAC de 2003 – Regulamento (UE) n.º 1782/2003);2. Relançar e fomentar os programas de melhoramento de variedades nacionais de semente certificada;3. Fomentar a utilização de semente certificada como fator relevante para diferenciação da produção, nomeadamente através da sensibilização da indústria para o valor acrescentado gerado por esta diferenciação.	
Fundamentação: Aproveitar o valor acrescentado gerado pela diferenciação do produto.	
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP, INIAV), OA	

Descrição da Medida	Calendário
Medida 3 - Reforço dos Meios de luta contra agentes bióticos	Até final 1º Semestre 2019
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> Disponibilizar em Portugal as mesmas substâncias ativas que nos outros Estados-Membros: <ol style="list-style-type: none"> Reforço da capacidade de resposta por parte do MAFDR na análise dos processos de homologação de produtos fitofarmacêuticos, com especial prioridade para os produtos fitofarmacêuticos em processo de homologação. Defesa nas Instituições Comunitárias da manutenção dos meios de luta contra agentes bióticos existentes enquanto não existirem alternativas. Dinamização da Proteção integrada no subsector cereais através da Implementação de um Sistema de avisos envolvendo a DGAV e as OP. 	
Fundamentação: Tendência verificada de crescente redução das substâncias ativas disponíveis ao nível nacional e europeu.	
Entidades envolvidas: MAFDR (DGAV), OP	

Descrição da Medida	Calendário
Medida 4 - Acompanhamento de processo de reconhecimento de OP	Até final 1º Semestre 2018
Ações a desenvolver <ol style="list-style-type: none"> Criação de Comissão Técnica de Acompanhamento Permanente que envolva setor e AP 	
Fundamentação: Elevada carga administrativa exigida às Organizações de Produtores reconhecidas	
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP, IFAP, DRAP), OA	

Descrição da Medida	Calendário
Medida 5 - Simplificação do processo de licenciamento de infraestruturas hidráulicas	Até final 2018
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> Criação de Comissão Técnica de Acompanhamento Permanente que envolva setor e AP; Adaptação da Legislação relativa ao Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental. 	
Fundamentação: Tendo em conta o enquadramento da Diretiva relativa à Avaliação do Impacte Ambiental n.º2011/92/EU:	

<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de adaptação da Legislação nacional de impacto ambiental no caso de ampliação de barragens agrícolas de forma a que a exigência de AIA seja definida em função de limiares fixos, em detrimento de ser exigida em função de % de desvio da ampliação face à capacidade instalada (Decreto-Lei n.º 151-B/2013). • No caso de barragens novas adequar à realidade os limiares a partir dos quais é exigida AIA em termos dos seguintes requisitos: área inundada, volume de armazenamento, coroamento e altura da barragem (Decreto-Lei n.º 151-B/2013). • Necessidade de ajustar o nível das taxas de licenciamento AIA das barragens agrícolas (Portaria n.º 368/2015).
Entidades envolvidas: MAMB, MAFDR, OA

10.1.2 MEDIDAS PARA PROMOVER O REGADIO

Descrição da Medida	Calendário
Medida 6 - Aumento da capacidade de armazenamento de água e melhoria da eficiência do uso dos recursos hídricos e energéticos	Período programação 2014-2020 e Período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio à reabilitação e modernização dos Aproveitamentos Hidroagrícolas existentes no quadro do Plano Nacional de Regadios. 2. Promover os pequenos regadios individuais através de regime de apoio no âmbito do PDR 2020 e no quadro da PAC pós-2020. 3. No quadro da PAC pós-2020 manutenção dos apoios comunitários ao Regadio para permitir a melhoria da eficiência do uso dos recursos hídricos e energéticos. 4. No quadro da PAC pós-2020 promover a elegibilidade dos investimentos em eletrificação das explorações agrícolas às medidas de apoio do desenvolvimento rural. 	
Fundamentação: Culturas capazes de ocupar, em extensão, uma vasta área de Alqueva e dos novos regadios que vão surgindo ou que vão sendo reabilitados, previstos no Plano Nacional de Regadios (todos os cereais); Recurso a água para rega complementar pode duplicar produção por hectare (praganosos). A promoção de pequenos regadios individuais através de apoio no desenvolvimento rural adaptado à necessidade de construção ou ampliação de pequenas e médias barragens, assim como construção de açudes, abertura e revestimento de charcas, redes primárias de rega e aquisição de equipamento de bombagem como forma de adaptação às alterações climáticas, nomeadamente fenómenos extremos de seca.	
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP, DGADR, EDIA AG PDR 2020), OA	

Descrição da Medida	Calendário
Medida 7 - Prioridade ou majoração nos investimentos e redimensionamento de canteiros dos arrozais.	Período programação 2014-2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer prioridade ou majoração nos investimentos e redimensionamento de canteiros de arroz. 	
Fundamentação: Falta de eficiência na utilização de água por deficientes redes de rega e enxugo em certas zonas do país (arroz).	
Entidades envolvidas: MAFDR (AG PDR 2020), OA	

10.1.3 MEDIDAS PARA PROMOVER A INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO NO SETOR

Descrição da Medida	Calendário
Medida 8 - Agenda de inovação	Período programação 2014-2020 e Período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de Centro operativo ou equivalente para os cereais praganosos (modelo COTArroz) 2. Fomentar para cada uma das 3 fileiras uma Agenda de Inovação, com prazo plurianual e definição com intervenção de todos os agentes da fileira (investigação, produção, industria) dos temas a investigar, nomeadamente na área da agricultura de precisão através do desenvolvimento de novos sensores, ferramentas integradoras de conhecimento e conectividade em meio rural, incluindo: <ol style="list-style-type: none"> a. Promoção de projetos de demonstração; b. Identificação de termos de referência para elegibilidades dos futuros instrumentos de apoio da PAC pós-2020, nomeadamente na área de formação/divulgação de práticas da agricultura de precisão. 3. Discriminar positivamente os projetos apresentados no âmbito dos Centros de Competências existentes e estabelecer critérios de avaliação que tenham em consideração o impacto económico da inovação. 	
Fundamentação: Redução dos custos de produção numa lógica de intensificação sustentável.	
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP, INIAV), OA, entidades do SCTN	

Descrição da Medida	Calendário
Medida 9 - Promover a capacitação técnica, reforçar os meios disponíveis para experimentação e prestação de serviços no âmbito da agricultura de precisão ao nível das OP	Período programação 2014-2020 e período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de Programa próprio de divulgação e experimentação destinado a OP visando a formação e capacitação dos agricultores para aumentar as produtividades unitárias por hectare, em articulação com a rede REXIA 2. 2. Identificar elegibilidades no âmbito de apoios existentes no POISE. 3. Apoio à capacitação técnica das OP, nomeadamente ao nível do apoio técnico e divulgação, através de criação de elegibilidades no âmbito do desenvolvimento rural da PAC pós-2020. 4. Apoio às OP no investimento em ferramentas visando a prestação de serviços no âmbito da agricultura de precisão, no desenvolvimento e integração de Sistemas de Informação Geográfica, na aquisição de dados sobre a variabilidade temporal e espacial dos recursos, fatores e produto. 	
Fundamentação: Necessidade de promover os investimentos experimentação e divulgação técnica de forma a aproveitar setor organizado em associações de âmbito nacional fortes, com capacidade de mobilização e de difusão técnica. Potenciar o papel das OP na prestação de apoio técnico e de serviços aos seus associados, nomeadamente na área da agricultura de precisão.	
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP, DGADR, AG PDR 2020, INIAV), OA, AdCoesão, SCTN	

10.2. MEDIDAS PARA FOMENTAR A CRIAÇÃO DE VALOR NA FILEIRA DOS CEREAIS

10.2.1 MEDIDAS PARA REFORÇAR O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES

Descrição da Medida	Calendário
Medida 10 - Reativar a medida de apoio ligado à concentração da oferta aos produtores de culturas arvenses	Período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação de elementos que justifiquem a criação de um apoio ligado à concentração da oferta aos produtores de culturas arvenses com reforço da componente de qualidade e de contratos obrigatórios, no quadro das novas regras aplicáveis no período de programação pós 2020. 	
Fundamentação: Incentivo da organização da produção.	
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP), OA	

Descrição da Medida	Calendário
Medida 11 - Manutenção da discriminação positiva para OP no âmbito do apoio do desenvolvimento rural ao investimento	Período programação 2014-2020 e período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Manutenção da discriminação positiva ao nível da VGO, para quem seja associado de uma OP 2. Reposição da majoração para projetos de investimentos promovidos pelas OP <ol style="list-style-type: none"> a. Identificar tipologias de investimento prioritárias para a ação das OP b. Identificar <i>deficits</i> de secagem e armazenagem existentes ao nível das OP 	
Fundamentação: O setor constata falta de apoio consistente e previsível à concentração da produção no âmbito do 2º pilar da PAC.	
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP; AG PDR 2020)	

10.2.2 MEDIDAS PARA REFORÇAR A INTERLIGAÇÃO DOS AGENTES AO LONGO DA FILEIRA

Descrição da Medida	Calendário
Medida 12 - Reforço das estruturas interprofissionais	Ação 1 - Até final 2018 Ação 2 - período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de uma Organização Interprofissional na área dos cereais (milho e praganosos) com lançamento do diálogo inicial entre estruturas representativas das atividades económicas ligadas à produção e a, pelo menos, uma das seguintes fases da cadeia de abastecimento, para desencadear processo de formalização de pedido de reconhecimento junto do MAFDR/GPP 2. Assegurar no PDR os instrumentos de apoio à atividade das Organizações Interprofissionais medida/ação específica para apoio à atividade de Organizações Interprofissionais semelhante ao que existe atualmente 	
Fundamentação: A reduzida utilização de contratos formais entre a produção e a indústria e o número elevado de condicionantes várias identificadas no diagnóstico podem aconselhar à criação de uma estrutura interprofissional que simultaneamente promova a autorregulação e incremente o diálogo institucional com a administração pública.	
Entidades envolvidas: Associações representativas da produção e da transformação e/ou distribuição / GPP AG PDR 2020/Setor/Organizações Interprofissionais dos setores envolvidos	

10.2.3 MEDIDAS PARA PROMOVER A VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL

Descrição da Medida	Calendário
Medida 13 - Valorizar a produção nacional	Até final 2018
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none">1. Criação de marca “Cereais de Portugal” com gestão conjunta para os 3 setores.2. Programa de promoção dos cereais nacionais com valor acrescentado para exportação.3. Rotulagem obrigatória da origem para o Arroz, desenvolvimento das diligências necessárias no âmbito de procedimento regulamentar junto da CE e EM, nomeadamente à respetiva fundamentação e comunicação formal, para posterior implementação de legislação nacional.	
Fundamentação: A valorização da produção nacional, tanto para a alimentação humana como animal, diferenciando-a face aos mercados não tradicionais é uma oportunidade para potenciar produções de qualidade produzidos no nosso país, aproveitando a valorização por parte do consumidor da Origem Portugal.	
Entidades envolvidas: OA; MAFDR (GPP/DGAV), Comissão Europeia; AICEP	

10.2.4. MEDIDAS AO NÍVEL DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Descrição da Medida	Calendário
Medida 14 - Reforço do controlo sanitário à importação	Até final 2018
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none">1. Reforço do controlo sanitário à importação no âmbito do Plano Nacional de Controlo Plurianual Integrado (PNCPI).	
Fundamentação: Elevada qualidade sanitária dos cereais produzidos no nosso país (Ex: baixo teor em micotoxinas); Elevada concorrência de produtores de países terceiros não sujeitos às mesmas exigências em termos de higiene e segurança alimentar, condições de trabalho.	
Entidades envolvidas: MAFDR (DGAV)	

10.3 MEDIDAS PARA VIABILIZAR DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EM TODO O TERRITÓRIO

10.3.1 MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO E MELHORIA DO RENDIMENTO DOS AGRICULTORES

Descrição da Medida	Calendário
Medida 15- Estabilização do rendimento através do mutualismo	Período programação 2014-2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none">1. Elaboração de termos de referência relativos à constituição de Fundo mutualista, incluindo n.º de associados, capital seguro, direitos de voto dos associados, percentagem do valor a compensar em caso de sinistro.2. Implementação de um projeto piloto de um seguro ao rendimento no setor dos cereais no quadro de uma reprogramação do PDR2020.	
Fundamentação: A Gestão do risco no âmbito da atividade agrícola assume uma importância crescente num contexto de elevada volatilidade, preocupações ambientais e alterações climáticas, sendo fundamental para dar previsibilidade e estabilidade financeira as explorações agrícolas, sem a qual a atividade e o investimento setorial decrescem de modo significativo, tendo em conta a especificidade do setor neste particular.	
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP, IFAP, AG PDR 2020), OA	

Descrição da Medida	Calendário
Medida 16 - Estabelecimento do apoio ligado ao setor	Período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none">1. Manutenção da ajuda ligada ao arroz, através de:<ol style="list-style-type: none">a. Identificação de elementos que justifiquem a manutenção de um apoio ligado ao arroz no quadro das novas regras aplicáveis no período de programação pós 2020;b. Sensibilização das instâncias europeias para a especificidade da cultura do arroz em zonas húmidas no âmbito da PAC pós 2020.2. Apoio à pecuária extensiva como atividade complementar à produção de cereais, através da identificação de elementos que justifiquem a manutenção de um apoio ligado dada a complementaridade que esta tem com a produção de cereais e ocupação sustentável do território, no quadro das novas regras aplicáveis no período de programação pós 2020.	
Fundamentação: Eventual redução das ajudas específicas para uma cultura pouco viável sem apoios (arroz). Forte Ligação e complementaridade dos cereais praganosos com a pecuária extensiva.	
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP); OA	

10.3.2 MEDIDAS PARA PROMOVER AÇÕES DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO A ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Descrição da Medida	Calendário
Medida 17 - Medidas agroambientais e alterações climáticas	Período de programação pós 2020
<p>Ações a desenvolver:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar medidas relevantes para o setor em termos de adaptação às alterações climáticas em articulação com as ações previstas no Programa AGRI-ADAPT do GT Agricultura da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas 2020. 2. No quadro da PAC pós-2020 fomento da investigação aplicada, nomeadamente em programas de longa duração visando a adaptação às alterações climáticas. 3. Identificar medidas relevantes para o setor em termos de mitigação às alterações climáticas. 4. Identificar medidas relevantes para o setor em termos de adaptação às alterações climáticas em articulação com as ações previstas no Programa de Ação do GT Biodiversidade da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas 2020. 	
<p>Fundamentação: Necessidade de dar resposta às alterações climáticas tendo em conta a maior probabilidade de ocorrência de fenómenos extremos, com incrementos no risco associado à produção setorial.</p>	
<p>Entidades envolvidas: Entidades do GT AGRI, GT BIODIV da ENAAC 2020, OA</p>	

10.3.3 MEDIDAS PARA PROMOVER A PRODUÇÃO DE BENS PÚBLICOS, A PRESERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS NATURAIS

Descrição da Medida	Calendário
Medida 18 - Criação de uma medida agroambiental de proteção dos recursos - solo, água e biodiversidade - designadamente por funcionamento em camadas	Período programação pós 2020
<p>Ações a desenvolver:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação de impacto e valor ambiental dos sistemas cerealíferos no quadro da arquitetura ecológica da PAC pós-2020 e do respetivo Plano Estratégico: <ol style="list-style-type: none"> a. Elaboração de termos de referência de Estudo, incluindo Lógica de intervenção, Resultados a obter e Indicadores de medição b. Identificação de Projetos relevantes que permitam avaliar o valor ambiental dos sistemas cerealíferos 2. Identificação da tipologia de compromissos a partir da evolução das atuais medidas agroambientais que promovem a proteção dos recursos solo, água e biodiversidade. 	

3. No desenho das medidas ter em conta necessidade de equiparar níveis de apoio aos cereais praganosos de outono-inverno de regadio, aos níveis praticados para as mesmas culturas de primavera-verão.
Fundamentação: Necessidade de dar continuidade à adesão do setor a métodos de produção ambientalmente sustentáveis.
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP, AG PDR 2020, IFAP), OA

Descrição da Medida	Calendário
Medida 19 - Criação de uma medida agroambiental para os arrozais - Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Agrícolas Inundáveis	Período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação da tipologia de compromissos relativa à Medida de Conservação da Biodiversidade nos Arrozais. 	
Fundamentação: Capacidade que os arrozais têm enquanto Ecossistemas Agrícolas Inundáveis de preservar a Biodiversidade das zonas onde se localizam.	
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP), OA	

Descrição da Medida	Calendário
Medida 20 - Criação de medida agroambiental que promova manchas agrícolas de descontinuidade em áreas de risco de incêndio mais elevado	Período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação de tipologia de compromissos de natureza agroambiental que compensem a criação de manchas agrícolas de descontinuidade, incluindo culturas temporárias, nomeadamente cereais de regadio, nas áreas de risco de incêndio mais elevado. 	
Fundamentação: Preservação de áreas agrícolas regadas no seio de manchas florestais, criando zonas de descontinuidade que contrariam a progressão dos incêndios.	
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP), OA	

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor dos cereais tem atravessado nas últimas décadas um período de desafios resultantes de condicionalismos e adversidades que contribuíram para uma redução da produção nacional e consequente prejuízo para a taxa de autoaprovisionamento.

Atendendo à relevância deste setor, em múltiplas dimensões de que se podem destacar aspetos socioeconómicos e territoriais, ambientais e alimentação humana e animal, justificou-se proceder a uma análise aprofundada da evolução que se fez sentir nas últimas décadas, e principais fatores que atuam sobre a dinâmica setorial e os seus agentes, que resultou no presente documento estratégico, na sequência do Despacho do Senhor MAFDR n.º 5562/2017, de 1 de junho.

O estudo desenvolvido em sede do Grupo de Trabalho permitiu, não só descrever em pormenor a atual situação deste setor, mas também uma identificação dos principais vetores que atuam no setor, quer pela positiva quer pela negativa, e concluir sobre as principais áreas em que será necessário atuar no futuro, a curto, médio e longo prazo, e que se podem focar na prossecução de objetivos e metas estratégias orientadas para a redução da dependência externa, consolidação e aumento de áreas de produção, criação de valor na fileira e viabilizar a atividade produtiva em todo o território nacional.

Estes objetivos têm uma correlação forte com aspetos da atividade agrícola em termos de redução de custos de contexto e de produção, inovação e tecnologia, reforço da organização da produção e da interligação entre os agentes da fileira e ainda a componente ambiental e de adaptação a alterações climáticas, e uma importante função de produção de bens públicos e preservação e utilização eficiente de recursos naturais.

Em conclusão, considera-se que a adoção em particular das 20 medidas prioritárias complementadas pelas restantes medidas identificadas, poderão inverter situação que atravessa o setor dos cereais que se traduz num nível de autoaprovisionamento global de 23% (em 2015/2016) um dos mais baixos níveis de autoaprovisionamento do mundo. Estas medidas vão contribuir para um setor mais forte e mais eficiente, com maior capacidade de resistência à volatilidade dos mercados, com capacidade de dar aos consumidores um produto de elevada qualidade, mais adaptado às alterações climáticas e que contribui significativamente para a proteção do solo, da água e da biodiversidade.

Assim, será possível, num prazo de 5 anos, atingir os diferentes objetivos propostos e em particular atingir um grau de autoaprovisionamento em cereais de 38 % dos quais 50 % no milho, 20% nos cereais praganosos e 80% no arroz.

Tendo em conta a volatilidade atual, e o facto de que muitos dos objetivos e medidas só terão impacto no médio, longo prazo, considera-se que esta estratégia deverá necessariamente ser revisitada, após cinco anos de entrada em aplicação.

Importa assinalar a multidisciplinaridade das medidas preconizadas, cuja implementação vai exigir um grande dinamismo e articulação de participação das muitas entidades envolvidas nas várias sensibilidades e áreas em que se pretende atuar, desde a administração, aos representantes setoriais e aos próprios agentes económicos, entre outros.

Por outro lado, por forma a garantir a sua implementação e monitorização propomos que seja feito um acompanhamento regular da sua aplicação no âmbito da Comissão Consultiva das Culturas Arvenses que funciona junto do GPP, e que deste acompanhamento seja dada nota periódica a tutela.

ANEXO I

MEDIDAS ADICIONAIS

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Disponibilização do Fundo Ambiental no apoio a projetos de investimento que promovam a utilização racional e proteção dos recursos hídricos utilizados pelo setor agrícola	10.1.1	Período programação 2014-2020 e Período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Definição das tipologias de investimento a apoiar no Fundo Ambiental, em coerência com os apoios existentes no PDR2020. 2. Desenvolver recomendação a remeter ao Fundo Ambiental fundamentando o enquadramento nos objetivos previstos no Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, designadamente o uso eficiente da água e proteção dos recursos hídricos. 3. Solicitar a inserção deste tipo de tipologias de investimento no plano anual de atribuição de apoios do Fundo Ambiental. 		
Fundamentação: Custo da rega – água e energia; Falta de água em períodos de seca prolongada;		
Entidades envolvidas: MAMB, MAFDR; OA		

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Apoio à implementação de energias renováveis no setor agrícola	10.1.1	Período programação 2014-2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Potenciar a utilização do Fundo de Eficiência Energética do PNAEE pelo setor agrícola em particular o dos cereais. 2. Estabelecimento de diagnóstico/perfil energético do subsetor dos cereais para avaliar o potencial de contributo para o PNAER - Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis. 3. Promover o acesso do setor aos apoios previstos nos PO Regionais (PO Norte, PO Centro 2020, PO Lisboa, PO Alentejo, CRESC Algarve) para a implementação de energias renováveis, ao abrigo do Objetivo Temático T 4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores. 		
Fundamentação: Necessidade de redução de custos de produção, através da melhoria da eficiência energética, promovendo ações de apoio no âmbito do FEE e PO regionais.		
Entidades envolvidas: MAFDR, AdCoesão, OA		

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Fomentar a utilização da Biotecnologia enquanto fator de competitividade e sustentabilidade da agricultura e desenvolvimento rural	10.1.1	Período programação 2014-2020 ou período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Alinhar a investigação com as prioridades do setor dos cereais – produtividade e segurança alimentar. 2. Promover ações de sensibilização da sociedade em geral para o uso de ferramentas biotecnológicas na agricultura. 		
Fundamentação: Dinamizar programas de melhoramento genético das espécies que integram ferramentas baseadas na biotecnologia, tais como as tecnologias conhecidas com “ <i>New Breeding Techniques</i> ” (NBT).		
Entidades envolvidas: INIA, ITQB		

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Redução de encargos de transporte rodoviário	10.1.1	Até final de 2018
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar a aplicação ao setor dos cereais da flexibilidade em termos de tonelagem máxima permitida no transporte prevista no DL 132/2017. 		
Fundamentação: Custos de transporte elevados em resultado da deslocalização dos centros de transformação industrial face às principais regiões de produção e do desmantelamento progressivo da rede ferroviária.		
Entidades envolvidas: MPI; MAFDR (GPP)		

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Agilização de processo de aprovação de candidaturas no PDR 2020	10.1.1	Período programação 2014-2020 e Período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Implementação de modelos de apoios forfetários ou outros custos simplificados. 		
Fundamentação: Necessidade de melhorar o ritmo do processo de aprovação de projetos de investimento apresentados no âmbito do PDR2020.		
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP, AGPDR 2020, IFAP)		

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Criação de uma rede única nacional agrometeorológica para aconselhamento das dotações de rega	10.1.2	Período programação 2014-2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de contributos para os termos de referência relativos à Criação do Sistema de Informação Centralizado de Avisos Agrícolas no quadro do Programa AGRI-ADAPT da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020. 		
Fundamentação: Recurso a água para rega complementar pode duplicar produção por hectare (pragadosos); Custo da rega – água e energia (todos os cereais); Falta de eficiência na utilização de água por deficientes redes de rega e enxugo em certas zonas do país (arroz).		
Entidades envolvidas: MAFDR (DGADR), COTR, IPMA, OA, Outras Entidades Privadas		

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Promoção do conhecimento da aptidão do solo para o território nacional	10.1.2	Período programação 2014-2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgação do mapa de aptidão do solo para o território nacional – SIGIMAP (Sistema global para a Inovação e modernização da agricultura portuguesa). 		
Fundamentação: Dotar o setor de melhor conhecimento sobre a capacidade do solo.		
Entidades envolvidas: MAFDR (DGADR), OA		

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Incrementar a Economia Circular no setor dos cereais	10.2.1	Período programação 2014-2020 ou período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as tipologias associadas ao desenvolvimento e aplicação dos princípios da Economia Circular no setor (ex: Secagem de cereais com recurso a centrais de biomassa a partir de resíduos agrícolas). 		
Fundamentação: Incentivar a valorização que pode ser dada aos inúmeros aproveitamentos podem ter os cereais como matéria-prima, não só para a alimentação humana e animal, neste caso para fins energéticos.		
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP), OA		

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Rever regime de reconhecimento de OP	10.2.1	1º Semestre 2018
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação da aplicação da Portaria 169/2015. 2. Revisão da Portaria 169/2015, para adaptação a regras comunitárias e estabelecimento de critérios de reconhecimento a nível nacional que reforcem a dimensão média das OP (aumento do VPC mínimo) e a promoção da criação de AOP (Associações de Organizações de Produtores). 		
Fundamentação: O nível de organização da produção em OP no setor dos cereais é ainda inferior a 50% (32% em 2015). O acesso a financiamento e a I&D são podem ser melhor potenciados em economias de escala com maior concentração da produção.		
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP, IFAP), OA		

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Promover a contratualização, de preferência plurianual, entre a produção e a indústria ou entre a produção e a distribuição consoante a situação	10.2.2	Período programação 2014-2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver contrato-tipo de compra e venda entre diferentes níveis da fileira. 2. Homologação de contrato-tipo para efeitos de extensão de regras (se solicitado). 		
Fundamentação: Reduzida utilização de contratos formais entre a produção e a indústria.		
Entidades envolvidas: Organizações Interprofissionais (Desenvolver contrato-tipo) / MAFDR		

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Apoiar a diversificação de mercados, aproveitando novas utilizações e novas tendências	10.2.3	Período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Inclusão em medida/ação de carácter I&D da possibilidade de apoio a experimentação para novas utilizações (Ex: milho alimentação humana, trigo bio, centeio ou produções de valor acrescentado como os cereais BTP). 2. Inclusão em medida/ação ligada à Internacionalização de estudos de mercado ligados a novas tendências e novos mercados. 		
Fundamentação: A elevada qualidade sanitária dos cereais produzidos no nosso país (Ex: baixo teor em micotoxinas), a existência do Centro Nacional de Competências para as Culturas do Milho e Sorgo “InovMilho”, a boa articulação entre a produção, a indústria e a investigação através do INIAV e IP Beja, a existência no setor do arroz de um Centro Tecnológico – COTArroz, e a procura crescente de centeio e trigos BTP, trigos melhoradores, trigos biológicos constituem à partida uma base sólida de conhecimento que deve ser potenciado pela procura de novas utilizações/tendências e novos mercados.		
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP, AG_PDR 2020), Organizações Interprofissionais, AdCoesão		

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Redução de exposição externa e reforço de competitividade da produção nacional	10.3.1	Período programação 2014-2020 e pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> 1. Defender nos acordos comerciais níveis de proteção de fronteira compatíveis com a sensibilidade das produções europeias em todo o espaço comunitário. 2. Assegurar utilização do contingente de importação de milho (Abatimento) de forma concertada em termos de datas e quantidades. 3. Avaliar no quadro da PAC pós-2020, medidas de intervenção no mercado que assegurem uma efetiva rede de segurança e de regulação do mercado dos cereais e arroz. 4. Avaliar no quadro do Planeamento Civil de Emergência a necessidade de estabelecimento de reservas estratégicas nacionais de cereais. 		
Fundamentação: Elevada concorrência de produtores de países terceiros não sujeitos às mesmas exigências em termos de higiene e segurança alimentar, condições de trabalho; Custos de produção elevados e superiores aos dos concorrentes Europeus; Custos de produção acrescidos resultantes de normativos comunitários cada vez mais exigentes (ambiente, segurança alimentar e proteção laboral) face a países terceiros; Manutenção da tendência em baixa dos preços pagos à produção; Volatilidade dos preços.		
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP)		

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Assegurar a estabilidade no nível de apoio direto concedido ao setor ao longo do período de programação	10.3.1	Período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> Promover a atribuição de apoio direto concedido ao setor, evitando flutuações no nível de apoio. 		
Fundamentação: Necessidade de dar resposta à redução progressiva do nível de apoio direto nas explorações especializadas na sequência da reforma da PAC de 2013.		
Entidades envolvidas: MAFDR, OA		

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Apoio à implementação de medidas estruturais para melhorar as condições de fertilidade dos solos	10.3.3	Período programação 2014-2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> Melhorar o apoio aos investimentos que visam a fertilidade do solo, incluindo fomento da utilização de Matéria Orgânica com aplicação direta no solo, assim como correção de outras limitações nomeadamente ao nível da drenagem e combate à erosão. 		
Fundamentação: Necessidade de melhorar a aptidão agrícola dos solos de forma a evitar a alteração do uso do solo para outras atividades com menor risco (gado, forragens) em detrimento dos cereais para grão.		
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP, AG PDR 2020), OA		

Descrição da Medida	Grupo Medida	Calendário
Criação de um sistema de Certificação ambiental das explorações agrícolas cerealíferas	10.3.3	Período programação pós 2020
Ações a desenvolver: <ol style="list-style-type: none"> Elaboração dos termos de referência de Sistema de Certificação Ambiental, incluindo pegada de carbono. 		
Fundamentação: Criar Sistemas de reconhecimento do contributo que os sistemas cerealíferos têm para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas.		
Entidades envolvidas: MAFDR (GPP), OA		

ANEXO II

Sistema de Análise de Informação Estatística dos Cereais

(<http://www.qpp.pt/index.php/estatisticas-agricolas/estatisticas-agricolas>)

1. Evolução da Superfície, Produção e Produtividade dos Cereais e Principais Forrageiras por Região em Portugal - 1986 a 2016

Fonte: INE

Variáveis – Área, Produção e Produtividade, para 2 cereais e 2 regiões

Cereais: Cereais p/ grão, Trigo, Trigo mole, Trigo duro, Centeio, Aveia, Cevada, Triticale, Milho, Milho regadio, Milho sequeiro, Arroz, Milho forrageiro (apenas a partir de 2011) e Aveia forrageira (apenas a partir de 2011)

Regiões: PT e Regiões Agrárias do Continente e RA

2. Evolução da Superfície, Produção e Produtividade dos Cereais por país da União Europeia -1993 a 2017

Fonte: Eurostat

Variáveis – Área, Produção e Produtividade, para 2 cereais e 2 países da UE

Cereais: Cereais, Trigo mole, Trigo duro, Centeio, Aveia, Cevada, Triticale, Milho grão, Sorgo e Outros cereais

País: Países da União Europeia

3. Índice de Preços dos Cereais e principais Consumos Intermédios em Portugal (Base 2005) - 2005 a 2015

Fonte: INE

Variáveis – Índice de Preços e principais Consumos Intermédios

Índice de Preços: Trigo mole e Espelta, Trigo duro, Centeio, Cevada forrageira, Cevada, Aveia, Milho grão, Arroz e Outros cereais

Consumos Intermédios: Sementes e Plantas, Eletricidade, Combustíveis para Aquecimento, Combustíveis para motores, Lubrificantes, Adubos e Corretivos, Adubos simples, Adubos compostos e Produtos de proteção das culturas

4. Evolução dos Preços Mensais do Grão por Destino e Tipo de Cereal e País da UE - 1991 a 2017

Fonte: Comissão Europeia; DGAGRI

Variáveis – Cereais e Países (é possível comparar 2)

Cereais: Trigo panificável, Trigo forrageiro, Trigo duro, Centeio panificável, Centeio forrageiro, Cevada forrageira, Cevada para malte, Aveia forrageira, Aveia para trituração e Milho forrageiro

País: Países da União Europeia

5. O Cereais nas Contas Económicas da Agricultura Nacionais e Regionais em Portugal - 1980 a 2016

Fonte: INE, Contas Nacionais, Contas Satélite.

CEA – Contas Económica da Agricultura – 1980 a 2016

CEAR - Contas Económica da Agricultura Regionais – 1995 a 2015

Variáveis – Preços Constantes 2011 / Preços Correntes e Cereais

Cereais: Total, Trigo e Espelta, Centeio e Mistura de trigo e centeio, Cevada, Aveia e mistura de cereais de verão, Milho em grão, Arroz e Outros cereais

6. Principais Parceiros Comerciais nas Trocas de Cereais em Portugal – Triénios 2008 e 2015

Fonte: INE, Base de Dados de Comércio Internacional de bens transacionáveis.

Top 5 de Importações e Top 3 de Exportações de Cereais. Avaliação da média de três anos centrada em 2008 e 2015

Cereais: Trigo, Centeio, Cevada, Aveia, Milho, Arroz, Sorgo de grão, Outros cereais, Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio, Farinhas de cereais (exceto de trigo ou de mistura de trigo com centeio), grumos, sêmolas e "*pellets*", de cereais, Grãos de cereais trabalhados de outro modo (por exemplo: descascados, pelados, esmagados em flocos, em pérolas, cortados ou partidos); germes de cereais, inteiros, esmagados, em flocos ou moídos, Malte, mesmo torrado, Amidos e féculas e inulina, Glúten de trigo, mesmo seco, Todos os Cereais e Produtos Indústria de Moagem

7. Componentes do Balanço de Aprovisionamento dos Cereais em Portugal - 1989 a 2015

Fonte: INE

Variáveis: Cereal e Rubricas do Balanço

Cereal: Total de cereais, Trigo, Trigo mole, Trigo duro, Centeio, Cevada, Aveia, Milho e Outros cereais

Rubricas do Balanço: Produção utilizável, Entradas, Saídas, Recursos disponíveis, Utilização Interna total, Alimentação animal, Consumo humano, Consumo humano *per capita* e Grau de autoaprovisionamento

8. Análise do Número de explorações, Superfície e Superfície média de cereais das explorações com cereais para grão Por Região e classe de área de cultura – 1989 a 2013

Fonte: INE; Recenseamentos da Agricultura (1989, 1999 e 2009) e Inquéritos à estrutura das explorações agrícola (restantes anos)

Variáveis: Classes de área, Região Agrária e Rubrica

Classes de Área: <0,5 ha; 0,5 a <1 ha; 1 a <2 ha; 2 a <5 ha; 5 a <20 ha; 20 a <50 ha; 50 a <100 ha; >100 ha

Região Agrária: PT e Regiões Agrárias do Continente e RA

Rubrica: Nº Explorações com cereais para grão, Superfície de cereais para grão, Área média de cereais para grão por exploração

ANEXO III

Lista de Entidades e Personalidades consultadas pelo Grupo de Trabalho

- **ANIPLA** - Associação Nacional da Indústria para Proteção das Plantas
- **ANSEME** - Associação Nacional dos Produtores e Comerciantes de Sementes
- **FENAREG** – Federação Nacional de Regantes de Portugal
- **ITQB** - Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier
- **COTArroz** - Centro Operativo e Tecnológico do Arroz
- **IACA** – Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais
- **APIM** – Associação Portuguesa da Indústria de Moagem
- **APCV** - Associação Portuguesa dos Produtores de Cerveja
- **ANIA** -Associação Nacional dos Industriais do Arroz
- **Casa do Arroz** - Associação Interprofissional do Arroz
- **Clube de Produtores SONAE**
- **Orivarzea SA**
- **Agromais CRL**
- **Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches CRL**
- **Cooperativa Agrícola de Beringel CRL**
- **Clube Português dos Cereais Forrageiros de Qualidade**
- **Clube Português dos Cereais de Qualidade**
- **ICNF**- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- **DGAV** - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
- **EDIA** - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, SA.
- **APOSOLO** - Associação Portuguesa de Mobilização de Conservação do Solo
- **CIB** - Centro de Informação de Biotecnologia
- **Prof. Francisco Avillez** - Instituto Superior de Agronomia
- **Prof. Ricardo Braga** - Instituto Superior de Agronomia
- **Prof José Potes** – Escola Superior Agrária de Santarém
- **Prof Manuel Patanita** - Escola Superior Agrária de Beja
- **Dr. Fernando Carpinteiro Albino** - Empresário Agrícola
- **Eng.º João Coimbra** – Empresário Agrícola
- **Eng.º Luis Vasconcellos e Souza** - Empresário Agrícola

- Foram igualmente ouvidas a **Comissão consultiva setorial** Arvenses que contou com a participação, para além das entidades que constituíntes do grupo de trabalho, das seguintes entidades:
 - **IFAP**- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
 - **DGADR** - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
 - **DRAP** - Direções Regionais de Agricultura e Pescas
 - **CONFAGRI** - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal
 - **CNA** - Confederação Nacional da Agricultura
 - **CNJ** - Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e Desenvolvimento Rural
 - **CAP** - Confederação dos Agricultores de Portugal
 - **ACICO** - Associação Nacional de Armazenistas, Comerciantes e Importadores de Cereais e Oleaginosas

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Grau de Autoaprovisionamento dos Cereais por País em 2013	8
Gráfico 2 - Grau de autoaprovisionamento dos cereais em 2013 (%)	8
Gráfico 3 - Evolução do autoaprovisionamento dos cereais em Portugal (%)	9
Gráfico 4 - Produção e utilização interna de cereais (s/ arroz) em alimentação animal e consumo humano 1989-2015 em Portugal (1000 ton)	9
Gráfico 5 - Variação da Terra Arável por Região Agrária 2016-1989	13
Gráfico 6 - Variação da Culturas Permanentes por Região Agrária 2016-1989	14
Gráfico 7 - Variação da Pastagens Permanentes por Região Agrária 2016-1989	14
Gráfico 8 - Evolução da Superfície Irrigável e do seu peso na SAU	15
Gráfico 9 - Evolução da superfície Irrigável por região agrária (IND 100 = 1989)	16
Gráfico 10 - Evolução da superfície Irrigável por classe de dimensão física das explorações (100 = 1989)	16
Gráfico 11 – Superfície, produção e produtividade dos cereais em Portugal.....	17
Gráfico 12 – Superfície, produção e produtividade do milho em Portugal.....	18
Gráfico 13 – Dispersão da superfície e produtividade de milho por região agrária.....	19
Gráfico 14 – Evolução produtividade milho (kg/ha)	19
Gráfico 15 – Superfície, produção e produtividade do trigo em Portugal	21
Gráfico 16 – Dispersão da superfície e produtividade de trigo por região agrária	21
Gráfico 17– Superfície, produção e produtividade do arroz em Portugal	23
Gráfico 18 – Evolução das áreas ocupadas por cereais no EFMA	24
Gráfico 19 – Evolução da área ocupada por milho no EFMA	25
Gráfico 20 – Superfície dos cereais por região agrária em 2016 (ha)	27
Gráfico 21 – Número de explorações dos cereais por NUTS 2013 em 2016 (Nº).....	28
Gráfico 22 - Estrutura da produção de cereais (média 2015/16/17P) (%).....	29
Gráfico 23 - Evolução da produção de cereais - valor, volume e preço (2005=100)	29
Gráfico 24 - Evolução da produção de milho em grão, trigo e espelta e arroz.....	31

Gráfico 25 – Estrutura regional e produção de milho em grão por NUT II	31
Gráfico 26 – Estrutura regional e produção de trigo e espelta por NUT II.....	32
Gráfico 27 – Estrutura regional e produção arroz por NUT II	32
Gráfico 28 - Principais produções comercializadas para o setor dos setores dos cereais, oleaginosas e proteaginosas em 2015 (M€)	33
Gráfico 29 - Principais produções comercializadas de arroz em 2015 (M€).....	34
Gráfico 30- Formas de detenção de capacidade de armazenagem (%).....	36
Gráfico 31 - Índices de preços da fileira do trigo no produtor, indústria e consumidor	38
Gráfico 32 - Índices de preços da fileira do milho no produtor e indústria	40
Gráfico 33 - Índices de preços da fileira do arroz no produtor, indústria e consumidor	41
Gráfico 34 – Importações e exportações dos cereais e produtos de indústria de moagem 2015*(M€) ..	42
Gráfico 35 - Evolução de exportações, importações e saldo comercial de cereais 1990-2016 (1000 ton)	43
Gráfico 36 – Distribuição da área segura no setor dos cereais 2017	57
Gráfico 37 - Distribuição do valor do capital seguro dos cereais 2017	58

FIGURAS

Figura 1 - Dispersão do milho no território do Continente.....	18
Figura 2 – Dispersão do trigo mole no território do Continente.....	20
Figura 3 – Dispersão do trigo duro no território do Continente	20
Figura 4 Dispersão da cevada no território do Continente.....	22
Figura 5 – Dispersão do arroz no território do Continente.....	22
Figura 6 - Esquema da fileira dos cereais praganosos	37
Figura 7 - Esquema da fileira do milho – alimentação animal	39
Figura 8 - Esquema da fileira do arroz	40

QUADROS

Quadro 1 - Estrutura de produção agrícola, a preços base e respectivas variações	30
Quadro 2 - Evolução estrutural do comércio internacional de cereais por produto	43
Quadro 3 – Principais parceiros comerciais: evolução do Top 5 de importações de cereais	44
Quadro 4 – Principais parceiros comerciais: evolução do Top 3 de exportações de cereais	44
Quadro 5 - Investimentos nas explorações agrícolas (ação 1.1.1- componente 1) – Pedidos de Apoio apoiados, PRODER - Relatório de encerramento 2007/2015	49
Quadro 6 - Investimento apoiado no setor cereais, oleaginosas e proteaginosas, por rubrica de investimento, na Modernização e capacitação das empresas (ação 1.1.1 – componente 1) .	50
Quadro 7 - Composição da SAU das explorações contratadas em investimentos nas explorações agrícolas (ação 1.1.1 - componente 1)	50
Quadro 8 – Pedidos de apoio na transformação e comercialização de produtos agrícolas no setor dos cereais (ação 1.1.1- componente 2).....	51
Quadro 9 – Área contratada dos pedidos de apoio à instalação de jovens agricultores (acumulado) no setor cereais, oleaginosas e proteaginosas (ação 1.1.3)	51
Quadro 10 - Investimento na exploração agrícola (3.2.1) - Projetos aprovados no setor dos cereais e arroz a 31 de dezembro de 2016	53
Quadro 11 – Instalação de Jovens Agricultores (3.1) - projetos aprovados no setor dos cereais e arroz a 31 de dezembro de 2016	54
Quadro 12 - Investimento na exploração agrícola (3.2.1) – Área apoiada no setor Cerealicultura, oleaginosas, proteaginosas e leguminosas a 31 de dezembro de 2016.....	54
Quadro 13 - Pequeno investimento na exploração agrícola (3.2.2) - Projetos aprovados no setor dos cereais e arroz a 31 de dezembro de 2016	55
Quadro 14 - Pequeno investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas (3.2.2) – Área apoiada no setor cerealicultura, oleaginosas, proteaginosas e leguminosas a 31 de dezembro de 2016	56
Quadro 15 - Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas (3.3.1) - Projetos aprovados no setor cereais e arroz a 31 de dezembro de 2016	56

Quadro 16 - Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas (3.3.2)	
- Projetos aprovados no setor dos cereais a 31 de dezembro de 2016	56
Quadro 17 - Número de candidaturas, área segura, produção segura, bonificação e capital seguro, por tipo de apólice, no setor cereais a 27 de outubro de 2017.....	57
Quadro 18 – Pagamentos PDR 2020 - Medida 7	59
Quadro 19 – Pagamentos PDR 2020 - Medida 9	60

ACRONIMOS

AP – Administração Pública

CEE – Comunidade Económica Europeia

EFMA - Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OA – Organizações de Agricultores

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PAC – Política Agrícola Comum

SAU - Superfície Agrícola Utilizada

SISAP - Sistema de Apoio à Determinação da Aptidão Cultural

SCTN – Sistema Científico e Tecnológico Nacional

UE – União Europeia